



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

Aos trinta dias do mês de setembro de 2020, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural de Chaves, pelas nove horas, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ordem do Dia: -----

PONTO 1 - APROVAÇÃO DE ATA DA SESSÃO ANTERIOR; -----

PONTO 2 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA; -----

PONTO 3 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO GERAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA E DAS ZONAS DE ACESSO AUTOMÓVEL CONDICIONADO, EM VIGOR NO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 54/GAP/2020; -----

PONTO 4 - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS. LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO E RESPECTIVOS DIPLOMAS LEGAIS DE ÂMBITO SETORIAL. EXERCÍCIO DO DIREITO DE NÃO ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA SAÚDE NO ANO DE 2021. PROPOSTA N.º 56/GAPV/2020; -----

PONTO 5 - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS. LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO E RESPECTIVOS DIPLOMAS LEGAIS DE ÂMBITO SETORIAL. EXERCÍCIO DO DIREITO DE NÃO ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO NO ANO DE 2021. PROPOSTA N.º 57/GAPV/2020; -----

PONTO 6 - PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL DE CHAVES. INFORMAÇÃO Nº 016/PC/2020; -----

PONTO 7 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ENTIDADES DO GRUPO AUTÁRQUICO. INFORMAÇÃO Nº17/DGF/2020; -----

PONTO 8 - AUDITOR EXTERNO/EMIÇÃO DE RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – 2020. INFORMAÇÃO Nº23/DGF/2020; -----

PONTO 9 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS/BENS DE INSTALAÇÕES MECÂNICAS E AVAC PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS, NO ÂMBITO DO AVISO NORTE-03-2017-42 “EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NAS INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL” – DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE. CONCURSO PÚBLICO Nº6/UCP/2020. PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL; -----

PONTO 10 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE DE ALUNOS, EM CIRCUITOS ESPECIAIS, PARA O ANO LETIVO DE 2020/2021. CONCURSO PÚBLICO URGENTE Nº7/UCP/2020. PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL; -----

PONTO 11 - PROPOSTA DE EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO POR DESERÇÃO - PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL “ENTREPOSTO FRIGORÍFICO COM SALA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 4 – 30/09/2020

DE DESMANCHA E CORTE MISTA” DA SOCIEDADE “SERRAGADOS – COMÉRCIO DE GADO LDA.” – DECISÃO DEFINITIVA - INFORMAÇÃO Nº 29/DSC/2020, DA ENG.^a CLÁUDIA FERREIRA, DE 18.03.2020 – PARA CONHECIMENTO; -----

PONTO 12 - PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DE UMA “ZONA 30” NO CENTRO HISTÓRICO DA MADALENA, INFORMAÇÃO Nº 216/DPM/2020, DA DIVISÃO DE PROJECTOS E MOBILIDADE, DO SR. ENG. CIVIL, FRANCISCO RODRIGUES ALVES, DATADA DE 28.08.2020; -----

PONTO 13 - ALTERAÇÃO DA SINALIZAÇÃO VERTICAL DE ORIENTAÇÃO NO NÓ DO IP3/A24 COM A EN 103 – PROJETO DE EXECUÇÃO – CHAVES – INFORMAÇÃO Nº 219/DPM/2020 – DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SRº ENGº ABEL PEIXOTO, DATADA DE 10.07.2020; -----

PONTO 14 – SOLICITAÇÃO PARA A COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E ESPELHO E A TROCA DE CAIXOTES DO LIXO E ECOPONTOS – RUA DE NABELHOS/TRAVESSA DE NABELHOS, JUNTA DE FREGUESIA DE OUTEIRO SECO – PROCESSO N.º 849/19 – INFORMAÇÃO N.º 192/DPM/2020, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 24.06.2020;-----

PONTO 15 - PEDIDO DE MATERIALIZAÇÃO DE LUGAR DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS DE PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA – RUA VISCONDESSA DO ROSÁRIO, SANTA MARIA MAIOR – MARIA FILOMENA DOS SANTOS GRAÇA – PROCESSO N.º 411/20 – INFORMAÇÃO DA DPM Nº 220/DPM/2020, DO ENG. BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 14.07.2020; -----

PONTO 16 - RESPOSTA AO PEDIDO DE CRIAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO E DE CARGAS E DESCARGAS NA RUA 25 DE ABRIL E RUA DO TABOLADO – HOTEL IBIS STYLES CHAVES – PROCESSO Nº 47/19 – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE Nº 310/DPM/2020, DO ENGº ABEL TEIXEIRA PEIXOTO, DATADA DE 10/09/2020. -----

Presidiu esta sessão o senhor Presidente da Assembleia Municipal de Chaves, Altamiro da Ressurreição Claro. -----

Dos setenta e nove membros que constituem a Assembleia Municipal de Chaves, estiveram presentes nesta sessão os seguintes: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Maria Aline Silva Ferreira Caetano, António Manuel Pires de Almeida, Luís Manuel Areias Fontes, Nuno André Monteiro Coelho Chaves, Fátima Liliana Fontes Correia, Gisela Maria Esteves Espirito Santo, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Eduardo Júlio Alves Brás, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, Domingos de Moura Alves, José Francisco de Resendes Carreiro, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Cristina Maria Inocência Imaginário, Luiz Mário Alves Carneiro, Clara Maria Pinto Dias Lopes, Ricardo Vassal Coutinho, Fernando Daniel Cancelinha Ribeiro, João Miguel Tome Correia e Eduardo Amílcar Teixeira da Cruz. -----

Pelo Grupo Municipal do PSD: Francisco António Taveira Ferreira, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, José Ferreira de Moura, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, António José dos Santos, Carlos Afonso de Moura Teixeira, Milena Sofia Vieira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

de Melo, Manuel Pedro Oliveira Branco Teixeira, Pedro Miguel Vieira Miranda, Carlos Alberto Pinto Branco, Ana Maria Guedes Chaves Fernandes, André Fontoura Faria, Adelino Júlio Ramada Parada, Anabela Maria Neves Martins e Jaime Esteves de Abreu. Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----
Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Gonçalo André Nascimento Alves. -----

Presidentes de Junta de Freguesia de: Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, Anelhe - Arlindo Santos Costa, Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro, Calvão e Soutelinho da Raia – António Manuel Rua Reis, Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, Eiras, São Julião de Montenegro e Cela - Fernando Alberto Barreira de Moura, Ervededo - Ilídio Jorge Chaves Correia, Faiões - Octávio Rodrigues Bastos, Lama de Arcos - João Ramos Duro, Loivos e Póvoa de Agrações - Cecília Maria Silva A. Alves, Madalena e Samaiões – João Manuel Almeida Pinto, Mairos - Adriano Vieira Rodrigues, Moreiras - António José Lopes, Nogueira da Montanha - António Lopes, Oura – António Eusébio Vieira Cardoso, Paradela de Monforte - Gilberto Santos de Jesus, Planalto de Monforte(Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia, Redondelo - Nelson Fernandes Costa, Sanfins da Castanheira - Rui Alberto Trinta Pintor, Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, Santa Leocádia - João Manuel Teixeira Pereira Borges, Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva, Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, Santo Estêvão - Maria José Sena Barros, São Pedro de Agostém - Pedro Manuel Pereira Barroco, São Vicente da Raia - Mário José dos Anjos, Soutelo e Seara Velha - João Rua Banha, Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro, Valdanta – Jorge José Pereira de Carvalho, Presidente de Junta da Freguesia de Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paranhos - Rui Manuel Branco Rodrigues, Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues, Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, Vilarelho da Raia - António Carvalhal dos Reis, Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus Pereira e Vilela Seca – Maria Natália Guerra. -----

Registaram-se os seguintes pedidos de substituição dos membros da Assembleia Municipal: Maria Inês Pereira Dias, do PSD, Francisco José Gonçalves Oliveira, do PSD, Francisco José Teixeira Lopes Silva Preto, do PSD, Cláudia Patrícia Quitério Bento, do PSD, Paula Maria Morais Esteves, da CDU, Fernando Luíz Lopes Moreira, do PS, Ernesto Salgado Areias, do PS, Manuel Guerra Afonso, do PS, Maria Adalgisa Portugal Ferreira Silva Babo, do PS, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, do PS, Carlos Alberto Soares Alves, do PS, Sandra Celina Fernandes Fonseca, do PS, António Jorge Sousa Pinto Barros, do PS e José Manuel Sarmento Morais Caldas, do PS. -----

Registou-se o seguinte pedido de suspensão de mandato, do membro da Assembleia Municipal: Ana Maria Rodrigues Coelho. -----

Faltaram a esta sessão os seguintes membros da Assembleia Municipal: Michele Alexandra Rodrigues da Costa, do PSD. -----

Presidentes de Junta da Freguesia de: Cimo de Vila da Castanheira – Lígia Maria Chaves Silva, Outeiro Seco – Carlos Alberto Batista Xavier, Travancas e Roriz – Filipe Maldonado Pinto e Vilela do Tâmega - Ramiro Figueiredo dos Santos -----
O Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, abriu a Sessão fazendo os respetivos cumprimentos a toda a Assembleia e dando conta do expediente entrado: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 4 – 30/09/2020

Bom dia. Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, senhores membros da Câmara Municipal, senhoras e senhores vereadores, senhores membros desta Assembleia Municipal, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, caros membros desta Mesa Assembleia Municipal. Vamos dar início a esta Sessão. Vivemos em período de contingência, portanto, estamos sujeitos a algumas medidas. Penso que vamos ter uma reunião em segurança, peço para manterem as máscaras como forma de proteção. Vamos iniciar com a leitura do Expediente, peço ao primeiro Secretário da Mesa que efetue a sua leitura. Muito obrigado. -----

O 1º Secretário da Mesa da Assembleia, **Anselmo José Martins**, no uso da palavra disse: -----

Muito bom dia a todos. Passo, então, a fazer a leitura da documentação recebida: convites; expediente; pedidos de substituição e pedido de suspensão de mandato dos membros da Assembleia Municipal que deram entrada no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, até esta data. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, no uso da palavra disse: -----

Há três questões que eu queria abordar, antes de dar início ao período antes da Ordem do Dia. O primeiro, tem a ver com a realização do Referendo. A Comissão Nacional de Eleições, comunicou-nos os resultados para conhecimento da Assembleia Municipal. Esta comunicação deu entrada no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, no dia 28 de setembro de 2020, já não foi possível integrá-la na Ordem do Dia, mas foi enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, para conhecimento. Posteriormente, o Presidente da Assembleia Municipal, irá dar conhecimento público através de Edital, nos próximos três dias. Este assunto, também, tem a ver com o solicitado pelo membro da Assembleia Municipal Gonçalo Alves, do Grupo Municipal do CDS, de inclusão de um Ponto na Ordem do Dia, relacionado com a questão do Referendo, mas de acordo com o Regimento que refere que qualquer pedido para integração de ponto na Ordem de Trabalhos, tem que ser feita com um período mínimo de cinco dias uteis, e como tal não aconteceu, não foi admitido pela Mesa, porque foi apresentado com quatro dias uteis de antecedência. Este é o primeiro assunto que eu queria aqui abordar. O segundo, tem a ver com a eleição do presidente e do vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte. Para a eleição do presidente da CCDRN, votam os membros da Assembleia Municipal, os membros da Câmara e os Presidentes de Junta de Freguesia. Já saíram os Cadernos Eleitorais, vão ser afixados no “hall” de entrada, pois com as substituições que têm vindo a acontecer na Assembleia Municipal, o Caderno Eleitoral que vai vigorar no dia 13 de outubro, não será coincidente com a atual composição da Assembleia Municipal. Para os membros desta Assembleia Municipal, poderem verificar quem tem capacidade eleitoral, devem consultar os cadernos eleitorais expostos com o nome dos membros que têm direito a voto no dia 13 de outubro. As eleições foram convocadas pelo Secretário de Estado, no mesmo dia para todas as Assembleias Municipais. Posteriormente, iremos fazer a convocatória e indicar o local aonde irá decorrer a reunião da Assembleia, para efeitos de votação para a eleição do presidente da CCDRN, já que para a eleição do vice-presidente, é efetuado ao nível das CIMs. Uma outra questão que queria partilhar com todos os membros desta Assembleia, tem a ver com a possível adesão da Assembleia Municipal de Chaves, à ANAM (Associação Nacional das Assembleias Municipais). Temos recebido muita



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

informação por parte desta Associação, não somos membros, houve inclusivamente um Congresso da ANAM, em Braga, temos que abordar uma possível adesão, em futura reunião da Assembleia Municipal. -----

Seguidamente, deu-se entrada no período antes da Ordem do Dia, tendo sido apresentados, os seguintes documentos: -----

Nuno André Monteiro Coelho Chaves, pelo PS. -----

Muito bom dia a todas e a todos, queria naturalmente, começar por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia, na sua pessoa cumprimentar o senhor secretário e a senhora secretária, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores vereadores, caras e caros deputados municipais, senhoras e senhores Presidentes de Junta, minhas senhoras e meus senhores. -----

“Voto de Louvor: -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal, reunida a 30 de setembro de 2020, aprove um Voto de Louvor e de Reconhecido Mérito a Rodrigo Roque da Costa, pela sua eleição, no pretérito dia 15 de setembro, por unanimidade, para o lugar de Diretor Executivo da Agência Europeia do Sistema Global de Navegação por Satélite (GSA), sediada em Praga. -----

Rodrigo Roque da Costa nasceu a 19 de novembro de 1976, em Chaves. É licenciado em Engenharia Aeroespacial pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa, e mestre em Engenharia Aeroespacial pela Universidade de Delft na Holanda. Tem um MBA pelo consórcio EuroMBA. -----

O engenheiro Rodrigo Roque da Costa conta com uma larga experiência de 20 anos de trabalho na área aerospacial e possui um vasto e profundo conhecimento nesse domínio, bem como do funcionamento da GSA, em virtude do cargo que desempenhava, até à data, como gestor de projetos dos Serviços Galileo, sendo nesta função responsável por todas as atividades do Galileo, delegadas pela Comissão Europeia à GSA, nomeadamente o fornecimento de serviços a usuários em todo o mundo, a gestão das operações, o desenvolvimento das infraestruturas e instalações, e a gestão das atividades desempenhadas pela Agência Espacial Europeia para a GSA. Anteriormente, Rodrigo Roque da Costa ocupou vários cargos de direção, gestão e desenvolvimento de projetos na indústria aerospacial em vários países da Europa, nas áreas de voo espacial humano, exploração e lançadores, onde se destaca a passagem como diretor de projetos no grupo airbus. -----

A eleição do candidato flaviense para este cargo de enorme importância, numa área absolutamente estratégica, constitui um enorme orgulho para o país e, em particular, para Chaves. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista recomenda ainda à Câmara Municipal de Chaves a atribuição de uma condecoração no âmbito das suas competências e do regulamento das distinções honoríficas em vigor, em data que considere oportuna.” ----

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista de Chaves. -----

Muito Obrigado. -----

Colocado à votação o Voto de Louvor, foi aprovado por unanimidade. -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela CDU. -----

Bom dia. Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa todos os presentes, do Executivo, da Mesa da Assembleia e Presidentes de Junta.

Moção -----

Repór as freguesias extintas – um imperativo democrático -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

“O processo de agregação/extinção de 1168 freguesias, no âmbito da chamada Reorganização Administrativa do Território, imposto pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, em execução da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, da maioria PSD e CDS, mereceu generalizada contestação e oposição das populações e da esmagadora maioria dos órgãos autárquicos. -----

Ao contrário do propagandeado, a extinção de freguesias, na generalidade, não trouxe ganhos financeiros nem contribuiu para o reforço da coesão territorial, antes acentuou as assimetrias regionais já existentes. Ao encerramento de inúmeros serviços públicos pelo país, a extinção de freguesias, veio ainda esvaziar e agravar mais a vida em muitas localidades, em particular nas zonas rurais e de interior, onde a freguesia era a entidade que restava, deixando as populações ao abandono. -----

Perdeu-se a proximidade dos eleitos com as populações, com a redução de cerca de 20 mil eleitos de freguesia; dificultou-se a capacidade de intervenção na resolução de problemas; perdeu-se a identidade de cada freguesia e reduziu-se a capacidade de reivindicação das populações e dos seus órgãos autárquicos. -----

Na legislatura 2015/2019, foram apresentadas iniciativas legislativas na Assembleia da República, com o objetivo de repor, as freguesias extintas, de acordo com a vontade das populações e dos órgãos autárquicos, e com eleições em 2017. Estas iniciativas foram rejeitadas com o voto do PS, PSD e CDS. O PS, nessa altura, avançou com uma Resolução recomendando ao governo a avaliação do processo para posterior decisão. De então para cá as populações de norte a sul do país continuam a reivindicar a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade. -----

Os últimos Congressos da ANAFRE realizados em 2018 e 2020 colocaram como exigência a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade. -----

Desde 2018 que o Governo PS anunciou ir apresentar uma lei de criação de freguesias, que permitiria corrigir os erros criados pela extinção de freguesias imposta pelo governo PSD/CDS. -----

O PCP já voltou a apresentar, em dezembro de 2019, novo projeto de lei de reposição de freguesias, que aguarda agendamento. -----

A reposição de freguesias exige uma lei simples e objetiva, que respeite a vontade das populações. -----

A reposição das freguesias extintas, com eleições em 2021, é um ato de inteira justiça, é uma exigência democrática. -----

Assim, **a AM de Chaves reunida a 30 de setembro de 2020, delibera:** -----

1 – Reclamar do Governo e da Assembleia da República, as medidas legislativas necessárias para reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações e dos respetivos órgãos autárquicos; sempre no acordo com a vontade das populações.

2 – Reclamar que todo o processo esteja concluído de forma a assegurar as eleições no ato eleitoral de 2021. -----

3- Enviar para: -----

1º Ministro, Grupos Parlamentares da AR, ANAFRE, ANMP e Comunicação Social -----
Chaves, setembro de 2020 -----

O eleito, pela CDU, da Assembleia Municipal de Chaves -----

Manuel Justino Matos Cunha” -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, informou que a Mesa decidiu o seguinte: -----

Em relação às Moções, a leitura será da responsabilidade de quem as apresenta. O tempo de leitura não conta para os tempos que estão distribuídos a cada um dos Grupos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

Municipais. O tempo passa a contar a partir do momento que entremos na sua discussão. -----

Seguiram-se as seguintes intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

Eduardo Júlio Alves Brás, pelo PS. -----

Bom dia a todas e a todos, começo por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia, e na sua pessoa, cumprimentar o senhor secretário e a senhora secretária, o senhor Presidente da Câmara Municipal, as senhoras e os senhores vereadores, caras e caros deputados municipais, senhoras e senhores Presidentes de Junta. -----

É só para dizer que o termo extinto está incorreto. As Freguesias não foram extintas, continuam a ter validade jurídica, simplesmente se fez uma união de Freguesias, não se criou uma nova freguesia e ficou com o nome, o nome é da união e, todas as outras freguesias continuam a existir legalmente. Será mais fácil até reverter essa situação perante a lei, senão teria que se criar, outra vez, novas freguesias, e isso é um processo mais complexo. É só o que queria dizer. -----

Nuno André Monteiro Coelho Chaves, pelo PS. -----

Renovo os meus cumprimentos e em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, é só para dizer, e à semelhança e em coerência com aquela que foi a nossa posição já no passado nesta Assembleia, naturalmente, subscrevemos os considerandos e a proposta que está vertida na moção do Partido Comunista Português. Muito obrigado. -

Colocada à votação, a Moção foi aprovada por maioria -----

Carlos Afonso de Moura Teixeira, pelo PSD. -----

Muito bom dia a todos. Cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores secretários, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores, senhores Presidentes de Junta, membros eleitos, caros vizinhos. Trata-se, efetivamente, de uma moção conjunta do Grupo Municipal do PPD/PSD, e do Grupo Municipal do CDS-PP, e que visa solicitar ao Município, a indicação de uma forma coerente e permanente sobre os contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo e prestação de serviços nas modalidades de Contrato de Tarefa e Contrato de Avença. -----

Moção -----

“Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo e Prestação de serviços nas modalidades de Contrato de Tarefa e Contrato de Avença -----

1. Segundo a Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, DGAEP, o trabalho em funções públicas pode ser prestado mediante vínculo de emprego público ou contrato de prestação de serviços, nos termos definidos na Lei do Trabalho em Funções Públicas. -----

2. Entende-se como «vínculo de emprego público» aquele pelo qual uma pessoa singular presta a sua atividade a um empregador público de forma subordinada e mediante uma remuneração. São modalidades de vínculo de emprego público: -----

i. O contrato de trabalho em funções públicas, modalidade-regra de constituição do vínculo aplicável em todas as situações em que, nos termos da lei, não deva ser usada a nomeação ou a comissão de serviço; -----

ii. A nomeação, vínculo de emprego público dos/as trabalhadores/as que exercem funções no âmbito das seguintes atribuições, competências e atividades: missões genéricas e específicas das Forças Armadas em quadros permanentes; representação externa do Estado; informações de segurança; investigação criminal; segurança pública em meio livre ou institucional; inspeção. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

iii. *A comissão de serviço, vínculo de emprego público que se constitui em caso de cargos não inseridos em carreiras, designadamente cargos dirigentes, e funções exercidas com vista à aquisição de formação específica, habilitação académica ou título profissional por trabalhador/a já detentor/a de vínculo de emprego público por tempo indeterminado.* -----

3. *O contrato de trabalho a termo resolutivo (certo ou incerto) apenas pode ser celebrado nas situações elencadas no artigo 57.º da LTFP, desde que fundamentadamente justificadas. Para além dos requisitos gerais de forma aplicáveis, os contratos de trabalho a termo resolutivo devem ainda conter as indicações previstas no artigo 58.º da LTFP.* -----

4. *Ao contrato de trabalho em funções públicas é aposto um termo resolutivo certo quando é conhecido o momento da sua verificação. O termo certo é, assim, sinónimo de prazo. Este contrato dura pelo tempo acordado, não podendo exceder três anos nem ser renovado mais de duas vezes. A renovação não é automática estando sujeita às exigências materiais da respetiva celebração bem como a forma escrita. Considera-se como único o contrato objeto de renovação.* -----

5. *Ao contrato de trabalho em funções públicas é aposto um termo resolutivo incerto quando, apesar de se ter como certa a verificação do termo, se desconhece o exato momento em que este ocorre. O contrato a termo incerto dura pelo tempo necessário à substituição do trabalhador ou à conclusão da tarefa que justificou a sua celebração.* --

6. *Com base nos artigos 10.º e 32.º, Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, "o contrato de prestação de serviço é aquele em que uma das partes se obriga a proporcionar à outra certo resultado do seu trabalho intelectual ou manual, com ou sem retribuição.* -----

7. *Para o exercício de funções públicas, pode ser celebrado contrato de prestação de serviços para a prestação de trabalho em órgão ou serviço sem sujeição à respetiva disciplina e direção, nem horário de trabalho, numa das seguintes modalidades:* -----

i. *Contrato de tarefa: sempre que esteja em causa a execução de trabalhos específicos, de natureza excecional; o contrato não pode exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido;* -----

ii. *Contrato de avença: quando o objeto do contrato for a execução de prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal; o contrato pode ser feito cessar, a todo o tempo, por qualquer das partes, com aviso prévio de 60 dias e sem obrigação de indemnizar.* -----

8. *São requisitos cumulativos da celebração de contratos de prestação de serviços:*

i. *A execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público;* -----

ii. *A observância do regime legal de aquisição de serviços;* -----

iii. *A comprovação pelo prestador do serviço da regularidade da sua situação fiscal e perante a segurança social.* -----

9. *No sítio oficial do Município de Chaves, a informação prestada relativa a "Avenças, Tarefas e Contratos a Termo Resolutivo Incerto" apresenta informação reduzida e desatualizada (o documento é datado de 10 de dezembro de 2018), não apresentando qualquer tipo de estatística ou de possibilidade de comparação face a períodos anteriores.* -----

10. *No mesmo documento, é possível verificar a existência, à data de 10 de dezembro de 2018, de 19 contratos a Termo Resolutivo Incerto, 9 contratos de Prestação de Serviço de Avenças e ainda 1 contrato de Prestação de Serviço de Tarefas.* -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

Assim, o Grupos Municipais do PPD/PSD e do CDS-PP propõem à Assembleia Municipal que: -----

1. A Câmara Municipal de Chaves elabore e apresente, na sessão ordinária de novembro/dezembro de 2020 da Assembleia Municipal, um relatório completo e detalhado — com área funcional, qualificações e área de estudos, duração do contrato, valor do contrato, motivo da contratualização e parecer vinculativo ou autorização genérica — relativo aos Contratos de Trabalho a Termo Resolutivo, Contratos de Tarefa e Contratos de Avença, celebrados no atual mandato, até à presente data. -----

2. A Câmara Municipal de Chaves elabore e apresente nas restantes sessões ordinárias da Assembleia Municipal, até ao final do mandato, relatórios de acompanhamento dos contratos nos termos retromencionados, com a informação constante no ponto anterior. Chaves, 28 de setembro de 2020 -----

*O membro da Assembleia Municipal, eleito pelo PPD/PSD, -----
Carlos Afonso de Moura Teixeira -----*

*O membro da Assembleia Municipal, eleito pelo CDS-PP, -----
Gonçalo André Nascimento Alves” -----*

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecimento de algumas questões. -----

Muito bom dia. Muito bom dia senhor Presidente da Assembleia Municipal, os dois secretários, cumprimentos também aos senhores vereadores e senhoras vereadoras, senhores membros eleitos diretamente da Assembleia Municipal, senhores e senhoras Presidentes de Juntas, público, comunicação social e vizinhos em geral. Já tinha algumas saudades de estar aqui, sinceramente, já tinha alguma saudade de poder participar intensamente numa Assembleia Municipal e, espero que, naturalmente, seja como todas as que precederam esta, elevada e com uma discussão intensa, para que, nós possamos esclarecer, melhor informar e exercitar em concreto a democracia. Antes de mais, uma pequena referência, já percebemos o casamento. Temos aqui um casamento do CDS e do PSD, bem-vindo, saudamos essa união, essa união de facto, que certamente, um dia destes, será ou não formalizada em casamento, mas fica aqui esta união de facto registada para o futuro. Dizer, também, outra consideração ainda prévia, dizer que, enfim, agradecemos essas considerações de direito. Já algum tempo que não as lia e, portanto, verdadeiramente essa escolástica que foi aqui transmitida relativamente aos conceitos e àquilo que é a definição de contrato de trabalho em funções públicas, quer a termo resolutivo certo, quer a termo resolutivo incerto. Só ficou a definição, aqui, de contrato de tarefa e de avença, não ficou, aqui, explicitada, se calhar, até convinha acrescentá-la. Dizer, também, que lemos com atenção aquilo que foi escrito. Já percebemos que temos alguém que está a elaborar as propostas e que as faz chegar a esta Assembleia Municipal. Há aqui um mandante encoberto. Mas, enfim, saúda-se naturalmente essa postura. Dizer que se nós estivéssemos perante uma aula de direito, neste caso particular, de direito do trabalho da área pública, enfim, a intervenção seria muito frágil, muito fraquinha. De qualquer, das formas vamos ao essencial o que está aqui em causa: Primeiro, na minha perspetiva, é saber se esta proposta não viola aquilo que são as competências dos órgãos da Câmara Municipal e aquilo que é da Assembleia Municipal. Na minha perspetiva, viola. O que está a querer fazer através de uma pretensa moção, até de uma pretensa resolução, ou não sei se é outra figura. Aliás, não consigo perceber exatamente qual é a figura regimental que está aqui a ser usada. Na minha perspetiva, a decisão que venha a ser tomada, é manifestamente ilegal, em questão de forma e em questão de substância. Quanto à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

questão de substância, o que é importante dizer, é que eu estava a ouvir ler esta moção e fez-me recordar tempos idos, quando a Câmara Municipal de Chaves, tinha dois mapas, tinha dois quadros. Um quadro do pessoal e um quadro paralelo. Lembram-se que havia cento e tal pessoas em quadro paralelo? Felizmente não estamos nesse tempo. Pode haver, eventualmente, algumas pessoas que têm saudades desse tempo. Não sei, se os protagonistas desta moção, de facto, estão motivados com essa ambição ou não. Mas, de facto, estamos em tempos de mais transparência, de mais clareza. Portanto, a informação que aqui é requerida, vai ser trazida a esta Assembleia Municipal, de forma ordinária, aliás, como sempre. Se estivessem atentos, perceberiam, por exemplo, que o Balanço Social que é apresentado todos os anos, traz essa informação. Traz uma caracterização sobre o total de trabalhadores, sobre a sua natureza de funções, se são funções públicas, o mapa de pessoal, também, tem informação sobre as que estão a termo certo e a termo incerto, tem o número de avenças, tem a caracterização profissional, por grupos profissionais, até a remuneração lá tem. Depois, é curioso, porque ainda há pouco tempo, presumo que tenha sido há duas sessões da Assembleia Municipal, esteve aqui, um Mapa de Pessoal, e nesse Mapa de Pessoal, tem a informação toda, mas absolutamente toda. E, portanto, não percebo esta visão persecutória, porventura, não sei quem é o seu protagonista, o seu motivador, mas a verdade é que nós não temos nada a temer. Portanto, o que nós faremos é, cumprindo a legislação, mas não cumprindo uma ordem ilegal, e cumprindo a determinação, o que nós faremos é, quando o Balanço Social, no próximo ano, aqui vier, teremos toda a oportunidade de explicitar todas as dúvidas que os membros da Assembleia Municipal, tenham. Quer relativamente aos postos de trabalho, quer relativamente aos contratos de trabalho a termo resolutivo certo, quer aos contratos a termo incerto, quer às avenças, quer às tarefas. E, portanto, o que nós vamos fazer, é cumprir essa obrigação. Quanto à informação que está no Site, ela será atualizada, aí sim, essa é uma obrigação legal e deve ser cumprida. Se, de facto, está desatualizada deve ser cumprida, mas é no Site, não é numa decisão tomada na Assembleia Municipal, que na minha perspetiva, extravasa as competências desta Assembleia, nesta matéria. Depois dizer outra coisa, nós não vivemos os tempos em que a Câmara Municipal, tinha dezenas e dezenas de avenças. Nós não vivemos tempos em que a Câmara Municipal, tinha dezenas e dezenas de contratos em quadro paralelo, não. O que nós temos e, curiosamente, tenho aqui as contas, se nós compararmos com os finais de 2017, a Câmara de Municipal de Chaves, tem mais 29 trabalhadores. Vamos tentar explicar como é que se contabilizam estes 29 trabalhadores, rapidamente chegaremos à conclusão que, provavelmente, são menos. Se, se recordam, a Câmara Municipal, tem dois projetos: “Viver a Sociedade” e o “Combate ao Insucesso Escolar”, no âmbito do qual, foram efetuados 16 ou 17 contratos de trabalho em funções públicas a termo incerto, lembra-se do termo incerto? Sabe o que é o termo incerto? São aqueles contratos em que nós sabemos quando têm o início, sabemos que tem um fim, mas o fim está dependente de um facto de verificação certa, mas incerta quanto ao tempo, é isso que nós falamos e, portanto, são esses os 16 ou 17, mas já vamos com 16 ou 17, depois corrigimos uma situação absolutamente indigna e indignante para os trabalhadores que estavam a ser contratados como prestadores de serviços, através de uma empresa, para o prolongamento e acompanhamento das atividades nas escolas. Estavam a ser contratados entre 2 e 3 € à hora. Nós fizemos a correção. Contratámos a termo certo por 3 anos, 20 animadores sociais. Já vamos com 36, eu dizia que eram 29, não é 29? Já vamos com 36 e fica, aqui, feita, claramente, a explicitação. Também contratámos, como sabem, cinco sapedores florestais, já vamos com mais de 29.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

Podíamos, enfim, ir acrescentando e acrescentado para explicar, agora, esta visão que aqui nos aparece de querer controlar e substituir-se ao poder Executivo, na minha perspetiva, inaceitável. Este Executivo, liderado por mim, terá todo o prazer, o direito e a obrigação de prestar todas as contas, mas, naturalmente, cumprindo aquilo que são as competências de cada Órgão, e informando em cada momento as questões que quiserem colocar. Se têm uma questão concreta, ou seja, se há uma dúvida específica, concreta, sobre uma contratação específica, sobre um contrato particular, então nós prestaremos essa informação, e aí sim, até poderemos chegar à conclusão que estamos no exercício da competência de fiscalização. Porventura, no caso em concreto parece-me um **grão de areia**. -----
Seguiram-se as seguintes intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

Gonçalo André Nascimento Alves, pelo CDS. -----

Bom dia, excelentíssimo Presidente da Mesa e na sua pessoa cumprimento a Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal e demais Vereação, senhoras e senhores Presidentes de Junta, caros membros desta Assembleia, funcionários de apoio a esta Assembleia, público presente. Senhor Presidente da Câmara, mandante não há nenhum, se houve algum mandante, fui eu que redigi grande parte do documento. Relativamente à proposta, se há casamento, não assinei, nem ninguém do meu Partido assinou, nem do PP/PSD, também não. Da mesma forma que já apresentámos, aqui, propostas com assentimento do PS e da CDU, fizemos o mesmo com o PPD/PSD. ----
Relativamente ao que o senhor Presidente disse, eu acharia grave se nós pedíssemos para verificar o processo de recrutamento de um funcionário, em si. Isso sim, é que eu acharia grave. Pedir um conjunto de informações sobre um conjunto de contratos e de prestações de serviços, isso é meramente a execução do papel de fiscalização deste Órgão. E se o senhor Presidente, acha que essa informação existe, está compilada e disponibilizada, a única coisa que o senhor Presidente da Câmara, tem que fazer, e o seu argumentário só veio a favor da nossa moção, é que compile e entregue. Se essa informação não é assim tão indisponível, tão grave, é só uma questão de a compilar, como os membros desta Assembleia solicitaram, e entregá-la. Acho que não há aqui nenhum problema, ninguém disse que ia contratar pelo senhor Presidente, ninguém disse que ia por uma espada por cima da sua cabeça. Nós só queremos ter acesso à informação. Muito obrigado. -----

Carlos Afonso de Moura Teixeira, pelo PSD. -----

Bom dia a novamente todos. Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores vereadores, caros deputados municipais, caros Presidentes de Junta, minhas senhoras e meus senhores. -----
Aquilo que o senhor Presidente da Câmara, acabou de fazer de listar com algum detalhe, quais os contratos e as avenças, é isso que nós procuramos saber de uma forma distendida, sensata, procurando fiscalizar e compreender os motivos das contratações. Quem são essas contratações e, efetivamente, compreender quem são? Quando é que foram contratados? E comparar com o anterior. De uma forma transparente, sem dramas, sem considerandos de maior, é isso que pedimos. Que a Assembleia seja informada de quais são os contratos? Com quem? Durante quanto tempo? E por que valor? Tão simples quanto isso, de uma forma serena, descomplicada. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----
Renovo os cumprimentos à Mesa, aos senhores vereadores, a todos os presentes na sala no seu conjunto. A questão que está a ser suscitada, é se a questão, é legal ou ilegal? Se é da competência ou não é da competência? Porque se a questão é da substância dessa informação, esta proposta denota muita ignorância, porque esta informação vem todos os anos à Assembleia Municipal. Todos os anos, se repararem na prestação de contas, há um documento que se chama Balanço Social, é um documento extenso, sei que custa ler às vezes, mas tem esta informação toda e, portanto, a informação relevante e que tem que ser partilhada com esta Assembleia, que está na lei, é lá que consta. E, portanto, todas essas informações se quiserem e se, se derem ao trabalho na Assembleia de abril de 2020, enviámos essa informação sobre 2019. Quando for em 2021, terão essa informação sobre 2020. E nesse momento, se houver alguma questão em particular que suscite alguma dúvida e que mereça, enfim, uma apreciação mais peculiar, então é o momento certo para a esclarecer. E, portanto, entendendo isso, sem dramas, sem nenhuma preocupação. Agora, o que me parece, sinceramente, sobre esta matéria, é que o que se está a fazer, é querer criar factos, introduzir ainda mais complexidade, mais trabalho, para distrair algumas pessoas. Não pactuamos com isso. Nós estamos muito focados e o nosso foco é o trabalho, esse é o essencial, e questões adjetivas são importantes se elas fizerem parte, efetivamente, daquilo que são as competências deste Órgão, ou se elas não viessem a este Órgão, e vêm, têm vindo sempre. E, como já perceberam, aquilo que é a preocupação do número de trabalhadores, não é motivo de nenhuma preocupação, já foi mais que explicada a diferença dos vinte e sete que consta. E, curiosamente, se tivessem em consideração e se lessem um documento que se chama Ficha do Município, esse documento que foi distribuído a todos os membros desta Assembleia Municipal, em que tem escrito o comparativo do efetivo de trabalhadores em cada ano, perceberiam que em cada ano, e por cada Assembleia Municipal, a informação sobre os períodos anteriores, essa informação consta lá. E, portanto, dizer claramente que percebemos que estamos em período pré-eleitoral, percebemos que ainda não há casamento, mas que já há união de facto. -----

Gonçalo André Nascimento Alves, pelo CDS -----

Senhor Presidente da Assembleia, renovo os cumprimentos. Senhor Presidente da Câmara, gostava de saber: -----
Primeiro: em que matéria de facto é que está a ilegalidade, faça-me o favor de dizer qual é a norma que violamos? Gostaríamos, já agora, de saber aonde é que está a informação relativamente ao parecer vinculativo, autorização genérica e o motivo de contratualização. Obrigado. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----
Sabe, senhor membro desta Assembleia, quando se fala e não se conhecem, verdadeiramente, as questões, às vezes dizem-se algumas imprecisões, é o seu caso. Presumo que, se calhar, quis dar aqui uma aula de direito, mas se calhar o que deveria era levá-la, era recebê-la. Portanto, dizer o seguinte, como sabe, tudo o que é contratação com contrato de trabalho em funções públicas, não há, nem sequer, autorização prévia, nem sequer há mais nenhuma autorização. Relativamente, à contratação de serviços, há duas das modalidades de contratação de serviços, uma é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

tarefa, outra é avença, relativamente a elas pode ou não haver. Se nós estivermos a falar de situações em que, porventura, os encargos financeiros do ano do exercício forem superiores aos do ano pretérito, podemos ter uma autorização para que aquilo que é o limite da despesa com aquela despesa específica, tenha que ter uma autorização, mas essa autorização é do Presidente da Câmara. Portanto, está dada, está no processo e, portanto, o que eu reitero, é se tem alguma dúvida sobre alguma questão de legalidade ou de irregularidade de algum processo, suscite-a. Depois, se for da sua competência a informação, será dada, se não for da sua competência, não será dada. É isso que gostaria muito de aqui afirmar. Porque, curiosamente, aquilo que afirma, é exatamente ao contrário. Sabe que no direito administrativo há um princípio? Só se pode fazer aquilo que a lei diz que pode fazer. E, portanto, o que tem que dizer, o que esta moção tem que dizer, é que existe competência legal para o exercício dessa proposta e dessa moção. Agora, reitero aqui o que disse há pouco, a questão adjetiva, formal é esta. A questão substantiva é a informação que requerem, há-de vir a esta Assembleia Municipal, no Balanço Social. Mais, eu já reconheci, que se a informação que está no Site do Município, relativamente, a esta matéria, está desatualizada desde 2018, o que vou fazer, é determinar que seja atualizada para 2020. Aí sim, nesse particular, entendo que faz todo o sentido, corrigindo uma obrigação, essa sim, legal, de a publicitar no Site do Município, e essa sim, é uma obrigação de publicitação e essa sim, será corrigida. Mas, parece-me, que é esse o âmbito que fica, e que deve ser concentrada a questão e mais nenhuma matéria. Obrigado. -----

Carlos Afonso de Moura Teixeira, pelo PSD. -----

Muito bom dia a todos. E, obviamente, mantendo a moção até final. Como veem esta atitude que agora o senhor Presidente da Câmara, revelou de necessidade de transparência, de disponibilidade para essa transparência, é isso que é pedido. Portanto, não era nada de especial, acabou por se dar aqui um passo em frente, no sentido da transparência com o qual nós estamos, obviamente, de acordo. Mas mantendo mesmo assim a proposta à votação. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, no uso da palavra, disse, senhor membro da Assembleia, pretende que seja votada? Ia sugerir que passasse a Recomendação, atendendo ao que se passou aqui na Assembleia. Concorda? -----

Carlos Afonso de Moura Teixeira, pelo PSD. -----

Mantemos a moção e a votação. -----

Colocada à votação, a Moção foi rejeitada com 31 votos contra, 19 votos a favor e 10 abstenções. -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela CDU. -----

Renovo, os cumprimentos. -----

Moção -----

“Suplemento de insalubridade, penosidade e risco -----

O Decreto-Lei n.º 53-A/98, de 11 de Março, que «regulamenta as condições de atribuição dos suplementos de risco, penosidade e insalubridade» consagrou as figuras de compensações, suplementos e demais regalias a atribuir em função de algumas particularidades específicas do trabalho prestado no âmbito da Administração Pública,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

cuja regulamentação nunca foi efetuada, em prejuízo dos trabalhadores que nunca viram os seus direitos devidamente garantidos. -----

Com a publicação e entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, foi revogado expressamente o Decreto-lei n.º 53-A/98, de 11 de Março, ficando previstos os suplementos remuneratórios, como componentes da retribuição, sem no entanto, os designar e/ou regulamentar, continuando os trabalhadores a executar trabalho em condições de risco, penosidade ou insalubridade sem qualquer reconhecimento da sua condição, nem do pagamento da compensação devida. -----

A obrigatoriedade do pagamento dos suplementos remuneratórios, passa a estar tipificada na Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, a qual revoga a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, mas na verdade sem determinar o seu âmbito de aplicação, regras de cálculo e modo de pagamento destes suplementos, bem como dos respetivos complementos a atribuir em acréscimos aos referidos suplementos, permanecendo esta obrigatoriedade num vazio e os trabalhadores visados sem o pagamento de qualquer suplemento e/ou complemento que compense os danos eventuais ou efetivos do trabalho executado em condições de risco, penosidade ou insalubridade. -----

No decurso da difícil situação de pandemia que vivemos, ficou demonstrada a importância da atribuição do suplemento de insalubridade, penosidade e risco. Os trabalhadores da administração local, dos Municípios e das Freguesias, de diversos sectores, desde a proteção civil, à recolha de resíduos, aos serviços de água e saneamento até à limpeza urbana, desempenharam um papel essencial e são dos trabalhadores mais expostos ao risco de contágio durante a epidemia da covid 19, tendo um maior nível de penosidade e risco nas funções que desempenham em qualquer circunstância. -----

O papel dos trabalhadores das autarquias que asseguram os serviços essenciais, com forte exposição ao perigo, deve merecer não só o aplauso de todos, mas uma valorização efetiva. -----

É tempo de regulamentar o suplemento de insalubridade, penosidade e risco. A aplicação do suplemento deve estar dependente da efetiva execução de tarefas ou do exercício de funções em condições de risco, em condições de penosidade, em condições de insalubridade, ainda que se encontrem reunidas as condições de segurança legalmente definidas para o desempenho das mesmas. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Chaves reunida a 30/09/2020, reclama a regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco na Administração Pública e a sua atribuição aos trabalhadores da administração central e local, que exercem funções em situações de penosidade, insalubridade e risco, com carácter de urgência. -----

Reclama também que se encontrem soluções análogas para todos os trabalhadores que prestam serviços semelhantes, através de empresas privadas que assegurem esses serviços às autarquias. -----

Enviar esta Moção para 1º Ministro, Grupos Parlamentares da AR, ANAFRE, ANMP e comunicação social. -----

Chaves, 30 de setembro de 2020 -----

O eleito, pela CDU, da Assembleia Municipal de Chaves -----

Manuel Justino Matos Cunha” -----

Intervenção: -----

Carlos Afonso de Moura Teixeira, pelo PSD. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

Bom dia a todos. Obviamente, simpatizando imenso com aquilo que aqui foi exposto, e não sei se o membro desta Assembleia, Manuel Cunha, terá algo a dizer a seguir, é que, de facto, quem tem assegurado, em tempos de pandemia, no nosso Concelho, o serviço de recolha de resíduos, tratamento de águas residuais e de abastecimento de água, são colaboradores de empresas privadas, também. E, portanto, não sei até que ponto não fica curto, porque em tempos de pandemia não foi feita qualquer distinção entre o público e o privado, e esses trabalhadores “*deram o peito às balas*” e nunca nos deixaram sem esse serviço. E, portanto, não sei até que ponto não fica curto e injusto, deixando de fora quem, efetivamente, não sendo funcionário público, com mérito, também nos ajudou a ultrapassar os momentos mais difíceis do confinamento. Portanto, era só essa observação e esse comentário. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer algumas questões. -----

Novamente bom dia. Apesar de fora de tempo, dizer que relativamente, à primeira moção da CDU, comungo com aquilo que são os respetivos pressupostos e motivação da mesma. E, de facto, já era tempo desse processo ser aberto e poder ser corrigido um conjunto, na minha perspetiva, de injustiças, e até de soluções, que contribuem para termos um País menos coeso e mais desequilibrado. Quanto à proposta em concreto, enfim, dizer que já conhecia esse manifesto, essa posição assumida pela CGTP, e quem tem sido veiculada em todas as câmaras municipais, todas. Dizer que, naturalmente, é uma questão de justiça que deve merecer uma atenção particular no sentido de criarem as condições materiais e financeiras para que, de facto, este suplemento possa ser feito, porque, sobretudo, vai beneficiar trabalhadores que estão em carreiras profissionais, cujas remunerações são muito próximas do salário mínimo nacional e que têm funções muitíssimo relevantes, porque desempenham, em muitos casos, serviços essenciais que são absolutamente críticos e são ainda mais decisivos em situações de pandemia, ou de catástrofes ou de outras situações em que normalmente são os primeiros a serem mobilizados para o terreno. Dizer, que naturalmente, a minha sugestão, acompanhando a posição do membro desta Assembleia, Carlos Afonso, era exatamente essa. Que esta moção, pudesse ser uma moção abrangente para todos os trabalhadores e não apenas para os trabalhadores em funções públicas. E, portanto, penso que a moção que veio aqui, pretende mostrar que existe um vazio, que existe um diploma que não está a regulamentar, e urge em fazê-lo, mas aproveitando, não só instando o Governo a fazê-lo, mas ao mesmo tempo, também, para que este processo fique na agenda daquilo que é a concertação e que possa merecer uma atenção particular para que todos os trabalhadores que estejam nestas situações, possam merecer esta atenção particular e a correção desta injustiça. Obrigada. -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela CDU. -----

Eu penso, que por questões legais, o que está aqui dito, tem que estar dito, pode ter é um acrescento. Mais, chamo a atenção que todos os trabalhadores que prestem serviços nas autarquias, ainda que por empresas externas, sejam abrangidos por legislação análoga e ficaria assim, se estivessem de acordo. São dois aspetos do ponto de vista legal, distintos. Um é a administração pública e a legislação sobre a administração pública. A mim, parece-me que ninguém terá nada a opor, acrescentar que todos os trabalhadores que não fazem parte da administração pública local e que prestem serviços em análogas circunstâncias, beneficiem de análogos suplementos ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

compensações. Está bem. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para informar. -----

Só diria que esta missiva tem que ir para o Governo e para a Assembleia da República, porque as competências são distintas, só isso. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, no uso da palavra disse, está alargado o âmbito desta proposta. Pedia ao membro desta Assembleia, Manuel Cunha, que depois nos desse a texto final para anexar à Ata. -----
Colocada à votação a Moção foi aprovada por unanimidade. -----

Ainda, neste período, seguiram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

António José dos Santos, pelo PSD. -----

Bom dia a todos. Cumprimento o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, os senhores secretários, cumprimento o senhor Presidente da Câmara e os restantes vereadores, cumprimento, também, todos os membros desta Assembleia, Presidentes de Junta, pessoal de apoio a esta Assembleia e Público em geral. -----

“O arranque do ano letivo é sempre um acontecimento marcante na vida dos alunos e das suas famílias. Este ano não poderia fugir à regra, mas, pelas dificuldades dos tempos que vivemos, este ano é, vincadamente, um ano diferente. Muito diferente e para pior. -----

Vivendo nós, um tempo de imprevisibilidade quanto ao futuro, até mesmo próximo, existe o dever de projetar e acautelar, atempadamente, as situações da vida prática das pessoas e não descurar as suas reais necessidades e expectativas que depositaram naqueles que escolheram para os governar. -----

Falo, então, dos transportes que não há e daqueles que não servem os alunos, dos seus horários e das condições em que são transportados; falo dos poucos, pouquíssimos, assistentes operacionais que servem as nossas crianças e jovens, quer no acompanhamento dos recreios, na vigilância das suas brincadeiras, nos refeitórios, na limpeza dos espaços exteriores, na limpeza e desinfeção das salas de aulas e dos materiais, na preservação dos edifícios escolares, no atendimento geral e em tudo aquilo que faz parte da vida das escolas; falo das refeições, de como são servidas e das deslocações que se poderiam evitar; falo dos meios tecnológicos que muitos não têm e que aspiram um dia vir a ter; falo da água que não se pagou, na primavera, mas que está a ser paga, a dobrar, no outono; falo das dificuldades na compra dos livros e materiais escolares, das merendas na sacola; falo de coisas reais. -----

Falei e não podia ficar calado, porque vejo todos os dias que as coisas não estão bem. Então, qual foi a razão ou razões que nos fizeram chegar até aqui? Foi a falta de planeamento, de antecipação e de rigor, nas decisões. -----

Já agora, pergunto, mais uma vez. Não hoje, mas já o tinha feito noutras assembleias. Por que razão nunca reuniu o Conselho Municipal de Segurança? Não faz falta? Não seria tempo, ainda de prevenção e de delinear estratégias de intervenção/atuação, nomeadamente em relação, à pandemia do Covid-19, nas suas consequências? -----

Os alertas foram dados em devido tempo. -----

Mas para tudo isto há, naturalmente, consequências: probabilidade do aumento de casos de Covid-19, instabilidade emocional nos alunos e famílias, perda de tempo produtivo, acréscimo de encargos para as famílias, maiores preocupações para as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

escolas e agentes educativos, aumento das probabilidades de consumos de substâncias ilícitas, propícias à marginalidade e exclusão social. ----- Assim, apelo à rápida resolução dos problemas nos transportes dos alunos, ao aumento do número de assistentes operacionais e a uma maior celeridade nas respostas às situações de contingência que vivemos. ----- Pelo bem-estar da comunidade educativa.” Tenho dito. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. ----- Reitero e renovo os cumprimentos. Enfim, já nos vamos habituando a estas visões negativas e nefastas que o membro da Assembleia, António Santos, faz. Parece que estas visões negativas e nefastas aconteceram só a partir de 2017, antes de 2017 era tudo bom. Nunca o ouvi fazer aqui intervenções desta natureza. Apesar de sabermos que já desempenha funções de docente e, também, de membro de algumas direções há muitos anos. Mas a verdade, é que o equívoco da mudança da perceção e do estado d'alma foi quando? Foi dia 1 de outubro de 2017, não foi? E lembram-se porque? Portanto, tudo que era bom, passou a ser mau. Apesar de já vermos, a seguir, que as coisas mudaram para melhor. De qualquer das formas, veremos, parece que, de facto, a questão partidária faz-lhe ter uma visão diferente da realidade, enfim, faz parte das perspetivas e faz parte da posição de cada um dizer o que quer. É verdade que vivemos tempos mais difíceis, tempos mais exigentes, para a família, para as empresas, para os cidadãos, é verdade. Vivemos um tempo de pandemia, nenhum de nós tem um referencial histórico, não tem um referencial de experiência, não tem um indicador daquilo que deve fazer ou não deve fazer em cada momento. Estamos todos, a sociedade, as empresas, as instituições, as famílias, os cidadãos, estamos todos a aprender. Eu acho que é um momento em que se pode dizer que somos seres em aprendizagem constante, de facto. E, só alguns, é que nunca erram e têm sempre razão. Não sei se recordam quem era? E, portanto, provavelmente, comunga dessa visão. Nós erramos, mas o erro faz parte do processo científico, do processo do conhecimento, do processo de afirmação e, portanto, dizer que relativamente às questões que se colocam, aos desafios que esta pandemia coloca, eles são muitos. Desde logo, sobre a questão da segurança sanitária, da questão da equidade, da acessibilidade em termos iguais ao conhecimento, à informação, enfim, à partilha do mesmo, isso é verdade. Queria antes de focar cada um dos aspetos que aqui foram enunciados dizer duas coisas. Não nos podemos esquecer, que foi com este governo que os livros escolares passaram a ser gratuitos e, portanto, não se venha dizer que afinal as famílias têm mais encargos, não! Têm menos encargos, temos de ser verdadeiros, temos que ser verdadeiros. Não façamos falácias nem digamos mentiras. Como sabem, quem tem filhos, sabe quanto é que custa comprar os livros todos os anos, o que é que isso representa 500, 600 ou 700 € por ano. Portanto, dizer que as famílias têm mais encargos é mentiroso. Depois, dizer que os transportes escolares são tendencialmente gratuitos para todos, tendencialmente gratuitos para todos, e com este executivo, já se fez o incremento e a diminuição dos encargos. Temos a intenção, e já foi aqui dito, de tornar os transportes escolares totalmente gratuitos para todos. Essa é uma ambição que temos, estamos à espera de melhorar as condições financeiras que, felizmente, são melhores do que já eram em 2017, aí uma mudança para melhor. De qualquer das formas, chegaremos a essa ambição. Também, dizer que foi com este executivo que se fizeram obras de requalificação na Escola Secundária Fernão Magalhães, que, teimosamente, por causa de 12 ou 13.000 €, não se faziam, com o argumento que a competência era do governo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

E como a competência era do governo, eram os professores, eram as crianças, eram os alunos que eram prejudicados. Isso é inaceitável. E, portanto, connosco, logo que foi possível, o que nós fizemos, foi, independentemente, de continuarmos a dizer que, de facto, a obrigação pela requalificação do edificado afeto aos 2º, 3º ciclo e secundário é do Ministério da Educação, reiteramos em dizer que em nome da população geral, em nome da população escolar, entendemos que era decisivo fazer essas obras de requalificação. Estão feitas, já podem ser usadas, dir-me-ão são insuficientes! É verdade, temos a ambição de fazer mais, mas já estão feitas e antes não estavam. Requalificou-se o pavilhão, requalificaram-se os laboratórios, requalificou-se a sala dos professores, requalificou-se o auditório, requalificou-se a rede de água, a rede de saneamento, a rede de segurança e muitas outras coisas, há muito mais a fazer? Com certeza que há, mas fez-se muito. Não esquecer que este processo esteve dois ou três anos, claramente, parado, apenas por teimosia. Também já adjudicámos e vai entrar em obra a requalificação da escola de Vidago. Quantas vezes, aqui, ouvimos, inclusivamente à senhora vereadora, também na Assembleia da República, dizer que era importante fazer a remoção do amianto, é verdade, mas não havia condições, agora elas foram encontradas, existem. E já temos adjudicação e vamos fazer o contrato para que, brevemente, nós possamos fazer o quê? Uma intervenção de requalificação da escola de Vidago. Sim, temos em curso a identificação de um conjunto de necessidades de todas as escolas, independentemente do nível de ensino, para quê? Para substituir o amianto, utilizando os fundos do Programa Regional Operacional do Norte, está neste momento em identificação, está em projeto. Mas, também, queremos intervir em pavilhões, intervir em laboratórios, intervir em todas as áreas mais críticas em que possamos intervir, vamos intervir. Também vamos melhorar a questão dos recursos pedagógicos, também dos recursos informáticos que existem nas escolas, e devo dizer, aqui, que há um compromisso, um compromisso do governo de que se corrija uma injustiça, uma iniquidade que é o acesso distinto daqueles que têm dos que não têm, designadamente, através das soluções tecnológicas. Como sabem, existe um compromisso para, ainda este ano, serem distribuídos não só computadores, como também acesso à internet e, portanto, fica aqui esse compromisso que é um compromisso que existe, sabemos todos, e foi reiterado ainda há poucos dias para todos os alunos deste País. E, portanto, não se venha com esta visão catastrófica. Depois vejamos em concreto algumas questões que foram colocadas, é preciso distinguir aquilo que é responsabilidade do Município, daquilo que é responsabilidade do Ministério da Educação. Sabemos todos que a pré-primária, o 1º ciclo, questões logísticas, recursos humanos de apoio são do Município, as demais não são. Mas devo dizer ainda, nas escolas do 2º, 3º ciclos e ensino secundário, o Município de Chaves, gasta mais de 40.0000 €, por ano em recursos humanos, reafirmo mais de 400.000 € por ano em recursos humanos nestes estabelecimentos de ensino, para quê? Para suprir necessidades que deviam ser supridas pelo governo, mas é em nome dos alunos, em nome deles e do ensino e da aprendizagem que o fazemos e que continuaremos a fazer, desde recursos humanos que têm a ver com trabalhadores do Quadro do Município, até, como sabem, com pessoas que colaboram no âmbito do contrato de inserção social, que como sabem, tem custos, como é evidente, e representa no caso do Município de Chaves, por ano, 200 ou 300.000 €, no conjunto destes contratos todos. Para dizer que há, aqui, esforço de compromisso, um esforço com a educação e um esforço de suprimento das necessidades. Dizer outra questão. Então a questão dos transportes? Falemos então dos transportes. Sim, falemos então dos transportes. Como vocês sabem, é o Município que tem obrigação de garantir a rede de transportes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

Municipal, e ela é feita, sobretudo, com base no transporte da rede pública de transporte terrestre de passageiros, naquilo que é o concessionário. Essa é a base de transporte, depois agregamos a esta solução de transporte, aquilo que são os chamados circuitos especiais, que representam, também, milhares de euros ao Município, o Município tem que durante o mês de maio ou junho iniciar o processo. Estamos a falar de um processo internacional por questões de legalidade, por questões de transparência. Temos que fazer um concurso público internacional que leva, naturalmente, dois ou três meses, se o processo correr bem, se não houver impugnações, se não houver reclamações, a ser concluído e fizemo-lo e, temo-lo concretizado e está disponível, pontualmente, depois, será necessário completar algumas soluções. Dizer que esse processo foi feito. Assim, o que nós pedimos aos agrupamentos de escolas, foi que cooperassem connosco neste processo. Porque sabíamos, todos, que ia ser um ano exigente, um ano complexo, exatamente porquê? Por causa dos transportes. E, portanto, se os horários nalgumas escolas foram feitos sem terem em atenção aquilo que era a rede de transporte público existente e conhecida pelos agrupamentos de escolas, se não tiveram isso em consideração o que é que fizeram. Fizeram a arrumação e a disposição dos tempos letivos sem ter isso em consideração. E, portanto, agora o que é que acontece? Alguns agrupamentos de escolas, neste momento, constataram uma coisa que era evidente. Se foram construídos os horários e os tempos letivos sem terem em atenção a rede que existia, claro, agora há desfasamento, agora há desajustamento. Mas o que temos pedido, ainda assim, dizendo que essa responsabilidade não é nossa, que essa responsabilidade devia ser feita em articulação entre a Câmara Municipal, os agrupamentos de escolas e a CIM, que é a autoridade de transportes, mas também, porque não o próprio transportador público? Fazer esse processo de cooperação para conseguirmos uma solução melhor, não foi feito antes, está a ser feito agora. Temos pedido desde o início do ano letivo, e é preciso que se diga, que só há uma semana, antes do arranque escolar, é que soubemos os horários, não sabíamos os horários. Não é possível, alguém ter uma rede de transportes, que tem que contratar 3 meses antes, não saber horários. Isso é, absolutamente, impossível. Mas dizer, que ainda assim, estamos preocupados, com certeza que estamos preocupados, de certeza que faremos um esforço para poder resolver algumas questões de desajustamento de transporte público e, sobretudo, dos alunos mais carenciadas globalmente e das aldeias. Como sabem, nalguns casos, têm que esperar algumas horas pelo transporte, quer para o início do período letivo do dia, quer no fim. Aliás, não é uma coisa nova, porque sempre aconteceu. A mim, por exemplo, também me acontecia sempre, sou de uma aldeia, de Travancas, e havia muitas tardes que não tinha aula e não tinha transporte, enfim. É verdade que já se melhorou muito e queremos melhorar mais. E, portanto, o que está em curso, é um processo de cooperação, de identificação, daquilo que são os desajustamentos da rede e daquilo que são as incapacidades para perceber se existem recursos financeiros. Porque não é despiciente a questão. Mas, também, se existem recursos logísticos na nossa economia, se existe capacidade de transportar esses alunos. O senhor vereador e a área da educação está a fazer esse mapeamento, identificando todos os alunos, a sua proveniência, o respetivo horário, para perceber se não é possível arranjar um “mix” de soluções. Por exemplo, garantir uma coisa que não está a ser garantida, que é o transporte que leva os alunos do período da manhã, poder trazer os do período da tarde, fazendo um intervalo maior de almoço. Mas isso não foi feito em Chaves, mas nalguns concelhos foi feito. Por exemplo, se os alunos começam às 8h:10 ou às 8h:20, até ao meio dia e meia, a ideia é serem levados para o respetivo lugar de destino e, depois, trazerem de volta os alunos, para quê? Para que o transporte



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

possa ter dupla função. Isto não está a acontecer em Chaves. Esta, é uma solução. Outra solução, poderá ser, nalguns casos, encontrar transporte alternativo, contratualizarmos mais, fazermos mais investimentos, para que, porventura, possamos, nalguns casos, resolver questões de transporte que não têm outra solução. Depois, ainda assim, perceber se há outro conjunto de situações em que não há solução, e relativamente a esses, pode haver um conjunto de situações, pode, até, haver por parte da Câmara ou dos agrupamentos de escolas um espaço físico que cumpra as regras de segurança no qual os alunos possam ser acompanhados no estudo ou que possam ter um espaço, aonde tenham computadores, aonde possam fazer outro tipo de trabalho, outro tipo de aprendizagens. Eu acho, que é nesta lógica de resposta integrada às necessidades que temos de trabalhar e não de acusação recíproca, não de imputação de culpas a quem não tem responsabilidades nesta matéria. Sim, temos que melhorar, é nossa intenção fazê-lo, mas nessa lógica, nessa lógica de cooperação, de integração e sempre em nome de uma maior, que é a melhoria dos processos de aprendizagem. Depois dizer, os assistentes operacionais são poucos? Concordamos, sobretudo, nos 2º, 3º ciclos e no secundário, por isso é que nós gostamos lá 400.000 €. É exatamente por isso, por isso é que nós a seguir somos contra e entendemos que é de não aceitar a competência em matéria da educação, exatamente por quê? Por causa da famosa portaria dos rácios. Há nas escolas um défice de assistentes operacionais, quiçá, agora numa situação de pandemia teria que haver um reforço, esse reforço aconteceu, designadamente, na saúde. Também fazia sentido que esse reforço de recursos humanos, sobretudo de apoio neste caso de auxiliares ou assistentes operacionais, também acontecesse, não aconteceu. Ainda assim, a Câmara está a fazer um esforço para que possamos ter mais 20 ou 30 pessoas nas escolas. É esse esforço que nós estamos a fazer, e queremos concretizá-lo durante o mês de outubro. Depois senhor membro desta Assembleia, a Câmara está a dobrar o pagamento da água? Não! O que a Câmara fez, foi várias coisas, e recorro, para as famílias carenciadas e para as famílias que nós identificámos que têm um rendimento “per capita” inferior ao salário mínimo nacional, nós fizemos um desconto de 10%, de 10% na fatura da água, não foi? Também fizemos isso para as empresas, não foi? O desconto de 10%, também englobou o saneamento e a recolha de resíduos sólidos urbanos. Fizemos uma moratória geral para todo e qualquer consumidor que quis utilizar a moratória. E a moratória é não pagar no momento em que tinha que pagar, mas pagar 90 dias mais tarde. É verdade que quem não pagou e que tinha que pagar em maio, agora, naturalmente, pode ter um período ou dois em que há, digamos, uma coincidência de pagamentos, isto não é culpa da Câmara. Então vamos acusar a Câmara? E vamos entender que é um ato negativo? Quando o que fez foi exatamente o inverso, foi uma moratória. Vai-me desculpar, mas acho que a visão é claramente errada sobre esta matéria. Em resumo, reiterar que, de facto, a sua visão da realidade muda de acordo com quem gere a Autarquia. -----

António José dos Santos, pelo PSD, em resposta e em defesa da honra. -----
Em primeiro lugar, em defesa da honra daquilo que foi aqui dito, é o primeiro aspeto. O primeiro aspeto tem a ver, exatamente, com isso. Senhor Presidente, o senhor Presidente, tem que ter cuidado com as palavras que me dirige, digo-lhe mesmo assim, tem que ter cuidado com as palavras que me dirige. Quando se dirigiu a mim, dizendo que eu sou mentiroso, digo-lhe uma coisa, eu não lhe admito isso, porque senão, eu faço-lhe a mesma coisa, também o ultrajo. O senhor Presidente não tem motivo nenhum para vir aqui dizer que eu disse mentiras e que sou mentiroso, isso não lhe admito, está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

bem! O senhor Presidente tem que provar, aqui, que mentiras é que eu disse. A sua opinião, é a sua opinião, e a minha opinião, é a minha opinião. Mas isso não é uma mentira, quando eu digo que as famílias hoje vivem maiores dificuldades, isto não é uma mentira. É a sua opinião e a minha opinião e as opiniões não são mentiras, tem que respeitar isso, é isso que eu exijo aqui, é que o senhor Presidente me respeite e nunca mais me volte a chamar mentiroso, ofendeu-me muito e eu não gosto disso, eu nunca chamei ao senhor Presidente nenhum nome. Estou indignado com isso. O senhor Presidente, veio aqui, desmontar um conjunto de situações, mas não desmontou nada, porquê? Realmente tem essa capacidade de retórica, de chegar, usar as palavras, mas não respondeu àquilo que é, verdadeiramente, o que se está a passar nas escolas. Relativamente aos transportes, sabe o que está a acontecer? Toda a gente sabe. Que os alunos vêm de manhã, têm aulas de manhã e depois não têm transporte para ir para casa e passam aí a tarde toda, ou ao contrário. Os alunos têm aulas de tarde, mas vêm logo de manhã. Sabe exatamente o que está a acontecer e era a isso que eu me referia. Portanto, sabe exatamente que há problemas nos transportes. E sabe que os alunos são transportados em transportes cuja capacidade é questionável. Como é que é possível, às vezes, fazer transporte de tantos alunos num autocarro. No que respeita à água, a água tocou-me a mim. Consultou-me se eu queria deixar de pagar dois meses a água? O que me beneficiou a mim dois meses que não paguei a água? Eu não lhe pedi para não pagar a água. Eu dei autorização aos serviços para cobrar a água todos os meses. Decidiram eu não a pagar e agora decidiram que tinha que pagar dois meses. O que me beneficiou os dois meses que não paguei água? Tem muitas soluções para tudo, tem sim senhor, para os alunos, para as escolas, tem para tudo, mas as aulas já começaram e estão a decorrer e os problemas estão a acontecer, as famílias, muitas delas, têm que pegar nos seus carros e transportar os alunos às escolas. E esses, são os problemas. E têm que trazer a merenda, porque não têm, às vezes, aonde ir comer. Não conhece a realidade como conheço eu. Era o que eu tinha para dizer. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, usou da palavra para dizer o seguinte, a interpretação que eu faço, é que o senhor Presidente disse que o senhor membro desta Assembleia estava a dizer uma mentira, não lhe chamou mentiroso. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----
Reitero novamente o que disse antes, também. Eu não lhe chamei mentiroso, disse que eram mentiras e que a afirmação era mentirosa e reitero. Eu não lhe chamei mentiroso. Sim, eu disse que era mentira o que disse, não lhe chamei mentiroso. Eu disse que era mentira o quê? E reafirmo. Que as famílias tinham mais encargos e eu demonstrei que era mentira. Quando o senhor membro desta Assembleia disse “as famílias têm mais encargos com a educação” e eu disse “as famílias não pagam os livros escolares, as famílias tiveram uma diminuição num transporte escolar” então têm mais encargos? Se me dissesse ao contrário, que algumas famílias, porventura, em resultado de desemprego têm mais dificuldades em poder acorrer a algumas necessidades da sua gestão familiar, com certeza. Agora, dizer que as famílias têm mais encargos por causa da educação, é mentira. Depois, dizer outra coisa muito simples, acho que todos os presentes perceberam o problema e ninguém escamoteia um problema que existe que tem a concorrência de vários fatores, são vários fatores. E, também já disse, só uma pessoa é que tinha certezas e não tinha dúvidas e nós temos. O senhor também não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

tem. Mas nós temos dúvidas, incertezas e insuficiências que queremos corrigir e já identificámos algumas e já lhe dissemos o que estamos a falar. Mas, também, para lhe dizer outra coisa, há muitos pais que transportam os filhos e vão continuar a transportar, eu também. Aliás, quem frequenta as escolas desta cidade vê o congestionamento que existe nas escolas, são centenas e centenas de pais, e acha que isso é por falta de transporte? Não é claramente. Tem a ver com a nossa forma de organização e com a atenção que damos aos nossos filhos. A questão que se coloca e todos nós sabemos disso é, sobretudo, os alunos que vêm das aldeias. Se calhar, eu conheço melhor essa realidade do que o senhor membro desta Assembleia, como já disse, experimentei isso, experienciei-o, sabe? E, portanto, para dizer, quando vem aqui para dizer uma série de insinuações, é importante que diga casos concretos, qual foi a linha de autocarros que está a operar de forma inadequada? Diga. Para que? Para que nós possamos ver se é verdade e se isso for verdade, nós corrigimos. Por exemplo, que diga, claramente, porque é que os alunos levam farnel? Não foi porque o Município determinou isso. É preciso que o diga aqui. Então foi a Câmara Municipal que disse para os alunos levarem farnel? Ou foram as escolas pela orientação das autoridades de saúde que encerraram os bares? Quem é que encerrou os bares? Foi a Câmara Municipal? Ou foram, as escolas? E, portanto, é preciso que quando se fazem afirmações, que se façam afirmações com informação e de forma correta, porque, senão, arrisca-se a que eu diga que é mentira e, depois, fica zangado. O farnel existe, porque é uma orientação das autoridades de saúde e porque as escolas foram sensíveis a essas orientações e entenderam que nos espaços e, nalgumas escolas, também é preciso que se diga que não é em todas, algumas não têm bar, outras têm, e noutras têm máquinas dispensadoras de bebidas e de alimentos. E, portanto, o que a mim me custa, e esta minha irritação decorre do quê? Decorre de que a culpa toda é da Câmara, só! E isso, parece que não é justo e não é aceitável. Que haverá insuficiências? Que haverá processos que têm que ser melhorados? Com certeza que sim. Identifiquemo-los, concretizemos as nossas dúvidas e a seguir façamos um bom trabalho em prol daqueles que nós aqui representamos. -----

Fátima Liliana Fontes Correia, pelo PS. -----

Muito bom dia a todos. Cumprimentar o senhor Presidente da Mesa, senhor secretário, senhora secretária, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores membros desta Assembleia, senhoras e senhores Presidentes de Junta e restante público presente. -----

“Foi inaugurado em Chaves no passado dia 17 de setembro o Posto de Turismo do Alto Tâmega, projeto integrante do plano estratégico para o desenvolvimento do Alto Tâmega da Comunidade Intermunicipal e resultado do esforço de coordenação e cooperação dos municípios integrantes. -----

Este investimento de cerca de 400 mil euros, tem como principal objetivo não só a atração de maior número de turistas à região, mas principalmente o aumento da taxa de permanência dos visitantes, através da criação de produtos compostos e temáticos que envolvam os vários agentes turísticos e que levem os visitantes a conhecer melhor o Alto Tâmega, numa estratégia integrada de cooperação entre os seis municípios do alto Tâmega, fundamental para o desenvolvimento sustentado da região. -----

Há muitos anos que Chaves vinha reivindicando para si a centralidade de toda a região do Alto Tâmega. Mas a afirmação da centralidade de um concelho no seio de uma região não se concretiza apenas pela sua dimensão geográfica ou populacional ou muito menos por vontade própria e imposição, mas antes se conquista com dinamismo, visão,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

atratividade e pro-atividade. E a instauração do Posto de Turismo do Alto Tâmega no concelho de Chaves é um sinal dessa centralidade que se começa a sentir dia após dia, reflexo do trabalho do município na prossecução de políticas públicas estruturadas, articuladas e de valor acrescentado. -----

Mas também a criação em Chaves da Associação Aquavalor é reflexo dessa mesma visão. -----

Considerado um dos principais projetos que estão a ser desenvolvidos em Portugal e que pode vir a ter um grande significado a nível Europeu, o Aquavalor comporta um Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia cujo principal objetivo passa por dinamizar a investigação e a criação de conhecimento científico e tecnológico e a sua valorização que alicerce o desenvolvimento de novos produtos e serviços centrados na água e posterior transferência do conhecimento para o tecido empresarial através de tecnologias e soluções inovadoras, permitindo não só o desenvolvimento económico da região onde está inserido, mas também a atração e fixação de pessoas assim como o aumento da qualificação dos seus cidadãos. -----

O Aquavalor que conta já com quatro laboratórios de ponta instanciados, e com oito investigadores de áreas multidisciplinares, tem sido constantemente estimulado pelos titulares das diferentes áreas governativas a procurar novos desafios e projetos. -----

Bem recentemente, na semana passada, o espaço foi visitado pelo ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor e pela secretária de Estado da Valorização do Interior, Isabel Ferreira, reafirmando que a junção da atividade científica com os recursos endógenos da região associados à água é, de facto um projeto com futuro em Chaves, em Portugal e, em associação com outras terras, também no contexto europeu. -----

Aproveito esta referência ao Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior recordando que pelo segundo ano consecutivo que assinala o início do ano escolar do ensino superior em Chaves. O ano passado fê-lo, precisamente, nas instalações do Aquavalor instigando a importância dos cursos CTESP que aí se passaram a realizar, e, este ano, na Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha com a aposta no ensino bilingue em português e castelhano, procurando, desta forma a distinção e diferenciação da escola que conta, atualmente, com cerca de 400 alunos. -----

Nada acontece por acaso, e todos estes projetos e investimentos, sejam eles de carácter intermunicipal, público, semi-privado ou privado, têm por base a mesma pedra angular que é a confiança. Confiança, por um lado, na seriedade, transparência e rigor do desempenho do Município o qual, desde já, congratulo. E confiança de que Chaves entrou num rumo de desenvolvimento e prosperidade, afirmando-se como destino turístico nacional e internacional, investindo e valorizando os seus produtos endógenos, contribuindo para a construção de um território mais coeso, mais dinâmico, mais atrativo e mais empreendedor.” -----

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, pelo PSD. -----

Senhor Presidente da Mesa, senhora e senhor secretários, os meus cumprimentos, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhora vereadora, senhores vereadores, os meus cumprimentos. -----

Permitam-me um cumprimento especial ao Senhor Presidente da Câmara: Congratulo-me por vê-lo aqui de novo em excelente forma e faço votos para que o motivo que o afastou da última Assembleia, esteja completamente ultrapassado. Bem-vindo! -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

Senhoras e senhores membros desta Assembleia, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, público aqui presente, comunicação social, funcionários e colaboradores da Autarquia. -----

A todos cumprimento da forma mais respeitosa. -----
“Em nome do Grupo Municipal do PSD, de forma sucinta apenas dois apontamentos dirigidos ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves, Dr. Nuno Vaz: uma pergunta e uma sugestão. -----

PERGUNTA: -----
Senhor Presidente: Nesta data pode fazer a esta Assembleia o ponto de situação da “Requalificação e recuperação ambiental do rio Tâmega, em vista a permitir a sua utilização para fins balneares”? -----

SUGESTÃO: -----
Implementar no Município de Chaves a figura do “Provedor Municipal da Pessoa Portadora de Incapacidade” com as funções de defesa da boa implementação do regulamento do “Cartão Municipal da Pessoa Portadora de Incapacidade” e de implementação de acessibilidades e mobilidade para todos, contribuindo para existência de um município mais justo, solidário e inclusivo”. Disse. -----

Assembleia Municipal de Chaves, 30 de setembro de 2020 -----
Grupo Municipal do PSD -----
Nelson Montalvão -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela CDU. -----

Bom dia a todos outra vez. -----

É importante percebermos que nós na realidade vivemos um período difícil. É importante percebermos que chegámos a este período difícil com um estado social mais enfraquecido do que devia estar. Chama-me à atenção que os partidos que contribuíram para o enfraquecimento do estado social, agora fiquem assustados pela falta de recursos nas escolas e na saúde para responder a essas situações, eu também acho que poderia haver. E nós como vivemos na incerteza, penso que ninguém estava muito seguro do que ia acontecer neste período, que estaríamos com tantas preocupações neste período, a planificação poderia ter sido feita de outra forma a nível Central e a nível Local. Temos menos informação, mas seguramente que a Autarquia pode desafiar a Direção das escolas para discutir no tempo certo, fazendo aquilo que agora está na moda, dizer ser proativo, não se esqueçam ao fazer assim, e assim sobre os horários, não se esqueçam que também há um complemento dos transportes, esse é um aspeto. O que eu venho aqui denunciar, é que em termos Centrais, em relação aos enfermeiros e aos assistentes operacionais. O que é que o estado fez? Bateu-lhes muitas palmas, impôs durante o período de pandemia com uma resposta muito generosa dos profissionais de saúde, muito generosa, impôs horários de 12 horas de presença física e consecutiva durante 15 dias, seguidos de, obrigatoriamente, 15 dias de permanência em casa disponíveis para vir para o hospital se fossem requisitados. E no fim, apresentou-lhes a conta, 60 horas de dívida porque se tivessem cumprido o horário de outra forma, deviam ter feito mais 60 horas, ou seja, impôs-se e a seguir cobrou-se. E neste momento, temos enfermeiros e assistentes operacionais a fazerem, aquilo que na prática, são horas extraordinárias para pagar a dívida. A motivação dos profissionais para enfrentar este embate com este comportamento da parte do Governo das administrações dos hospitais, não é a mesma! Esperemos que as coisas corram bem. Esperemos que o Governo e as administrações dos hospitais, tenham a sensibilidade de perceber que com as suas atitudes criaram situações em que a resposta, se as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º. 4 – 30/09/2020

coisas se agravarem nos próximos tempos, será mais difícil. A paralisia dos cuidados primários de saúde tem várias componentes de responsabilidade, uma é do Ministério da Saúde, e nós no período que devíamos ter desconfinado, aberto os centros de saúde, por os centros de saúde a funcionarem, não o fizemos. Não o fizemos por instruções de organismos do poder central, mas, também, por alguma autonomia dos centros de saúde. Se quiserem, depois, podemos ir por aí abaixo até à responsabilidade individual dos funcionários. O que se está a passar na saúde é gravíssimo. Pretender “*tapar o sol com a peneira*” de que não está a haver atrasos nos diagnósticos, de que o aumento da mortalidade não depende do covid, é perigosíssimo, porque esconde a realidade e é importante percebermos que o plano de por os cuidados primários a funcionarem com consultas presenciais, com instalações dignas, eu até alertei, nos centros de saúde, no Centro Hospitalar em Chaves, quem vai ser triado para entrar no hospital, fica numa fila à porta, têm que se encontrar soluções de dignidade e de conforto, porque a maior parte das pessoas que vai ser triada para entrar no hospital, são doentes e uma grande parte idosos, durante o verão a coisa foi ficando mais ou menos, mas eu não sei se há soluções para o inverno. São pequenas soluções, é nestas que a própria autarquia deve entrar em articulação com o centro hospitalar para ver que soluções há para esses aspetos humanos concretos, porque caso a evolução da pandemia seja mais negativa, nós vamos ter dificuldades sérias. O reforço dos profissionais de saúde e a melhoria das condições de salubridade são a minha preocupação e a razão da minha intervenção. Não chegam as palmas. -----

Seguidamente o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----
Renovo os cumprimentos à Mesa, às senhoras e senhores vereadores, membros da Assembleia Municipal, independentemente da sua qualidade, e a todos os presentes nesta sala. -----

Dizer que partilha da visão, aqui trazida pelo membro desta Assembleia, Fátima Correia, e que o processo em curso entusiasma todos os Autarcas do Alto Tâmega, os seis, independentemente do seu quadrante político. De facto, há um compromisso, uma grande cooperação e devo, aqui, salientar que, de facto, tem havido, da parte de todos, uma motivação conjunta e um claro reconhecimento da centralidade de Chaves. Não só em termos geográficos, mas também, em termos económicos e em termos de projeção no todo nacional. Isso é manifesto e é claro. Mas, dizer também, que temos que realçar, aqui, eu já o fiz de forma direta, o que representa para os líderes dos outros territórios, Boticas; Montalegre; Ribeira de Pena; Vila de Aguiar e Valpaços, esta decisão numa lógica de solidariedade e desprendimento. Porque, de facto, nalguns casos torna-se difícil, reconhecidamente difícil, defender a estratégia adotada, porque todos nós somos egoístas quando defendemos os nossos territórios. Por exemplo, a decisão assumida pelas Câmaras no seu conjunto em aportar parte do seu orçamento para fazer o Posto de Turismo, é claramente demonstrativo da vontade conjunta. Considero que se encontra a ser criada uma dinâmica coletiva e todos temos a consciência que este território, esta sub-região é claramente uma das que têm mais problemas. Mais problemas críticos de demografia, de empregabilidade, de atração, que na nossa perspetiva só poderão ser debelados com um plano conjunto de intervenção. E, portanto, fica esta nota que, na minha perspetiva, é uma nota de realce para todos, para todos os autarcas e para todos os residentes no Alto Tâmega. Depois, agradecer ao membro desta Assembleia Municipal, Nelson Montalvão, pelas palavras simpáticas, congratulando-se com o meu bom estado de saúde. Considero que isso é notório e que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

a minha presença aqui, a forma como tenho intervindo, denotam um estado de saúde bastante bom, tendo, por isso, a expectativa que as mensagens que iam passando pela comunidade, que o Presidente da Câmara estava doente, possam terminar. Desconheço a proveniência, mas andavam por aí umas mensagens a dizer estas coisas na comunidade a dar a ideia de que o líder era um líder fraco, porque estava doente. De qualquer das formas, penso que os atos e as ações vão demonstrar se é assim, se não é assim, enfim o futuro o dirá. Naturalmente as ações o comprovarão. Depois, dizer, relativamente ao primeiro apontamento e à primeira pergunta, ainda bem que faz essa questão, porque permite-me esclarecer duas matérias que frequentemente são usadas de forma inadequada. Primeiro, continuamos a acreditar e continuamos a entender que é fundamental requalificar ambientalmente o rio Tâmega, já o dissemos aqui, que é um processo complexo, moroso, oneroso e que não depende exclusivamente, ou melhor, depende menos da Câmara Municipal, mas depende mais de outras entidades e falamos de forma desassomburada sobre esta matéria. Todos nós sabemos que o rio Tâmega tem dois problemas. Um problema de caudal de água, sobretudo, no verão. Tem, também, o problema de ser recetáculo não só de efluentes urbanos, mas também de muitos nitratos e outro tipo de fertilizantes que são utilizados na nossa agricultura, na nossa veiga que ainda tem uma solução de rega muito arcaica, exemplo a rega do milho, com abundância de água, fazendo com que os fertilizantes acabem na bacia do rio Tâmega. Portanto, a estratégia sobre isto, é uma estratégia que nós acreditamos que é necessária, que é absolutamente necessária, que não vamos concretizar em 4 anos, mas que está em curso. Quisemos sensibilizar para este problema quem? Primeiro, quem está a montante. Se olharmos para o rio Tâmega, antes de Verin e depois de Verin, percebemos que alguma coisa se passa de anormal. Como sabem, os efluentes da parte urbana de Verin e de uma grande parte do Concelho de Verin, são tratados numa coisa que eles chamam “depuradora” que é uma ETAR, só que essa ETAR, tem muitos anos e é uma concessão privada. É um privado que faz esse tratamento. É uma concessão e, de facto, aquilo faz de conta que trata, mas não trata nada e, portanto, se vocês fizerem um percurso, como eu já fiz, rio acima, a pé, verão de vez em quando umas coisas estranhas a boiar na água. O que é isso? Isso tem a ver, sobretudo, com a falta de tratamento dos efluentes urbanos dos esgotos em Verin. Se isto não bastasse, 9 ou 10 mil pessoas a lançarem os seus efluentes para o rio Tâmega, com pouco e insuficiente tratamento, há ainda a acrescentar Oimbra que também não trata os efluentes urbanos. Oimbra, não sei se tem 1400 ou 1600 habitantes, mas não trata os seus efluentes, se não os trata, para onde é que vão os efluentes? Para o rio Tâmega. Depois, da fronteira, naquilo que é o troço deste rio internacional na área do Concelho de Chaves, também há alguns problemas pontuais para resolver. Há alguns problemas pontuais em Vila Verde da Raia, haverá alguns que ainda decorrem em Santo Estêvão e ainda haverá alguma outra atividade agrícola e pecuária que é feita na margem direita, que, provavelmente, terá que ser melhor, melhorada, estando o assunto a ser equacionado. A somar a isto, temos uma agricultura, levada a cabo na veiga, muito ligada ao milho de forragem, mas não só, que continua a consumir água em grande quantidade, aliado à excessiva aplicação de adubos, fertilizantes e herbicidas. Em primeiro lugar, já identificamos este assunto ao Ministro do Ambiente, para que esta questão seja discutida nas Cimeiras Ibéricas, porque se do lado de cá as competências para fazer ETARs, são das Câmaras Municipais, na Galiza não são dos Concelhos, não são das Câmaras Municipais, são das regiões hidrográficas. Portanto, o que conhecemos, neste momento, é que Oimbra, estaria a tratar de construir a sua ETAR, que também já estaria em projeto e para ser lançada a obra. Relativamente a Verin,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

estamos a falar de uma promessa que já tem 2 anos. A verdade, é que não está no terreno e, portanto, não está cumprida. Do lado de Portugal, falámos, não só, com o Ministério do Ambiente, também com a Agência Portuguesa do Ambiente e com o Ministério da Agricultura, porquê? Porque era importante que o Ministério da Agricultura fizesse sensibilização e formação aos agricultores no sentido de que os sistemas de rega possam ser modernizados. Porque não pensar em rega moderna? Todos nós sabemos que temos água que vai para os canais, mas porque não pensar que, em alguns troços, aproveitando Fundos Europeus, fazer rega de precisão, uma rega diferente que, efetivamente, necessite de menos água. Aliás, até por questões ambientais, sabemos bem da escassez deste recurso vital. Porque é que não fazemos a transformação deste sistema de rega? Isto, ajudar-nos-ia a resolver, também, o problema do rio Tâmega. É verdade que este é um processo verdadeiramente complicado, agora digo e continuo a dizer e a reafirmar que isto é absolutamente decisivo, mas não, apenas, pelas questões balneares, não! Por questões ambientais, de qualidade de vida, de qualidade da fauna e da flora que existe no rio Tâmega. Isso é absolutamente decisivo, estamos empenhados e comprometidos em o fazer. Apresentámos, e não foi aprovada uma candidatura para fazer essa requalificação ambiental no âmbito da Eurocidade, não foi aprovada, mas essa intenção existe e vai continuar a ser persistida. Por que nós todos precisamos de requalificar o rio Tâmega, é uma condição de cidadania. Quanto ao que dizem, sobre nós termos prometido uma praia no rio Tâmega, onde é que isso está escrito no programa eleitoral? O que está escrito no programa eleitoral, é aquilo que o senhor membro desta Assembleia Municipal, disse, “requalificou-se e recuperou-se, tendo em vista alguma coisa, exatamente, mas não está lá fazer nenhuma praia no mandato, não está lá, não está desculpe, mas não está, o que está lá, é tendo em vista, desculpe senhor membro desta Assembleia, se calhar a interpretação tem que ser mais abrangente, mais teológica, mais sistemática, menos literal e, portanto, se calhar indo por aí conseguiremos, não é mais conveniente? conveniente para si. Portanto, dizer aqui, reiteradamente, duas coisas: primeiro, o compromisso existe, as obrigações de meios estão, neste momento, a serem implementadas. Naturalmente que temos um projeto, dentro em breve conhecerão um projeto para ali, já faltou mais para conhecerem o projeto, já faltou mais. Portanto, se calhar, essa pressão até ajuda a acelerar os processos, bem-vinda essa pressão que de vez em quando colocam, porque ajuda a que os processos de construção das propostas possam ser feitos. Dizer outra coisa, o que é que o PSD, fez durante 16 anos relativamente ao rio Tâmega? Que requalificação ambiental fez? Não conheço? Não sei? Não percebo? E, portanto, exigir a quem tem 3 anos de mandato, que cumpre no mês de outubro, tanto ou mais do que não se fez em 16 anos, eu acho que não é equilibrado, e nem sequer é intelectualmente justo e, na minha perspetiva, adequado. Portanto, dizer o seguinte sim, esse compromisso manifesta-se e há-de ser um compromisso para vários mandatos independentemente de quem lidere a Câmara Municipal. Eu acho que isto é algo em que não pode haver divergência entre nós. A requalificação ambiental é necessária, e na minha perspetiva, já vai atrasada e vai atrasada, pelo menos, 16 anos. Dizer que, relativamente à sugestão, de que tomei boa nota, que é algo que está nas nossas intenções concretizar. Espero podermos concretizar, ainda, no mandato, fica essa lembrança, fica este apontamento, e, portanto, com a intenção de a concretizar. Relativamente à intervenção do membro desta Assembleia, Manuel Cunha da CDU, dizer que, globalmente, nas questões da saúde, não aduzimos nada em particular. Temos uma grande identificação naquilo que é o reforço do Serviço Nacional de Saúde, apesar dessas fragilidades que já foram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

manifestadas e dessas insuficiências que, aqui, foram partilhadas. O que seria a qualidade da saúde em Portugal, se não houvesse SNS? O que seria, se por exemplo, o processo de desqualificação, de desinvestimento e desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde, fosse aquele que o CDS e o PSD, fizeram durante anos. O que é que aconteceria? Portanto, depois de muitos milhões de euros investidos no Serviço Nacional de Saúde, depois de 900 milhões de euros de investimento em cada ano, não é a mesma coisa, não é a mesma coisa, pode parecer, mas não é. O que seria de Portugal, se não tivéssemos o Serviço Nacional de Saúde? Recordam-se? Têm presente, por exemplo, o que acontece em países desenvolvidos como são os Estados Unidos ou Inglaterra, são países de primeiro mundo, nós, ainda, o não somos, infelizmente. O que acontece nesses países? Como não há Serviço Nacional de Saúde, da forma como nós interpretamos, o que é que acontece, quem é que sofre mais e de forma mais gravosa? Ver-se-á com esta pandemia quem são. E, portanto, dizer o quê? Dizer que ainda bem que há Serviço Nacional de Saúde, ainda bem que alguém criou o Serviço Nacional de Saúde, e não foi o PSD. O PSD, votou contra a criação do Serviço Nacional de Saúde. Dito isto, pergunto? Durante a pandemia qual tem sido o papel dos privados? Têm feito uma intervenção como faz o Serviço Nacional de Saúde? Desconheço, sinceramente. Sei que existem algumas cooperações, algumas partilhas, mas concentrou-se, efetivamente, em atender às questões de saúde resultantes da pandemia? Não! Portanto, entendemos que sim! É necessário fazer mais no Serviço Nacional de Saúde, sim! É preciso mais investimento no Serviço Nacional de Saúde, sobretudo, em recursos humanos, sim! Também, discordo da decisão tomada, relativamente a esta pretensa contabilidade das horas, no que respeita aos trabalhadores, porque se, efetivamente, houve uma decisão para que pudessem ficar em casa, e se houve essa solução, ou seja, destas equipas em espelho. Essa decisão não podia ser tomada em prejuízo dos trabalhadores, mas sim, em benefício da organização e dos utentes. -----

Francisco António Taveira Ferreira, pelo PSD; -----

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor secretários, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta, senhoras e senhores deputados, público presente, senhoras e senhores da Comunicação Social, senhoras e senhores colaboradores. Caros amigos. A todos muito bom dia. -----

“A pandemia covid 19, iniciada em Dez 2019 na China e em março de 2020 em Portugal, após ligeiro recuo nos meses quentes do verão, aumentou de intensidade em todo os continentes e na generalidade dos países europeus. Esta realidade vem trazer ao mundo, a todos os portugueses e, também, aos Municípios de Chaves uma nova forma de viver e estar caracterizada por alteração na liberdade de ação e diminuição do acesso a atividades correntes, algumas com impacto social muito relevante, tendo sido declarados o estado de emergência, 2 períodos, estado de contingência, três períodos, estado de calamidade, um período, em todo o país. Medidas regionais e locais foram tomadas para controlo da propagação do vírus. -----

As relações e equilíbrios sociais foram alterados, com impacto económico e sociais gigantescos. As diferenças sociais agravaram-se com os ricos cada vez mais capitalizados e os pobres com mais dificuldades para viver e sobreviver. -----

Novas exigências e posturas estão implementadas, para controlada pandemia. A manutenção do funcionamento da economia e coesão social exigiram um grande esforço o orçamento do estado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

Hábitos recentes, foram propostos e legislados: -----
USO SISTEMÁTICO DE MÁSCARA FACIAL para proteção respiratória, mas também levando a dificuldade no contacto humano, impedindo contacto visual, reduzindo a comunicação não-verbal e trazendo para uso rotineiro e até obrigatório o uso de máscara facial que antes era proibido e admitido apenas pelo carnaval. -----
DISTANCIAMENTO FÍSICO DOIS METROS, que condicionou fortemente os transportes, as escolas e os tempos livres. As escolas, antes inclusivas e abertas à comunidade, são agora fechadas recomendando-se que os alunos permaneçam no exterior, sem acessibilidade dos pais, com desfasamento de horários, bar e cantinas encerradas, grande limitação no convívio, no contacto entre grupos e idades. Grandes limitações para a juventude e adolescência, geralmente muito ativos e com propensão para contactos pessoa a pessoa. Os idosos, já antes a viver frequentemente em lares e residências são agora isolados, para sua proteção, condicionando a redução, dos contactos com o exterior e com seus familiares e amigos. -----
Portugal perdeu uma mais-valia que era a proximidade e familiaridade para todos, em especial para os turistas. -----
As polícias, antes amigáveis e defensoras das liberdades, estão agora ao serviço da saúde pública e impedem, cumprindo a lei, reuniões de mais de dez pessoas. Aos olhos do não avisado, temos hoje menos liberdade, mais constrangimentos, pior economia, perda sistemática de emprego, tudo em nome da saúde pública, para evitar mortalidade e morbilidade. -----
Estão cancelados, as festas, os convívios, as romarias, os atos religiosos, as idas ao cinema, ao teatro, aos acontecimentos artísticos. Os casamentos, batizados, funerais, estão muito condicionados. -----
Os serviços públicos passam a ser fornecidos por marcação, com atrasos e muitas dificuldades para os cidadãos. Filas de espera, agora não visíveis, são reais e não registadas. Atrasos nas marcações, não atendimento telefónico/correio eletrónico. A utilização de serviços, net, online aumenta exponencialmente, apps para todos os gostos e feitos, ficam disponíveis. Melhorou acessibilidade a muito trabalho administrativo. As redes sociais proliferam e ficam disponíveis a custos muito reduzidos.
Adivinha-se uma crise económica pior que em 2008. Depois virá uma crise social grave com implicações no rendimento das famílias, desemprego, baixo acesso ao ensino, pior qualidade de vida. O acesso à saúde vai piorar. -----
O Governo central centraliza serviços, visando reduzir custos e otimizar resultados. --
Estamos perante um desafio que também o governo municipal sente e tem que enfrentar, antecipar e programar. -----
Assim importa: -----
1- Com coragem, determinação fornecendo equipamentos de proteção adequados REPÔR A FUNCIONAR OS SERVIÇOS do Município, aproveitando esta crise como OPORTUNIDADE de melhoria, modernização e redução da burocracia. -----
2- Está o executivo acusado de não ter antecipado solução para os transportes escolares, o acesso às escolas, face à reorganização escolar, prevendo espaços de acolhimento fora da escola para alunos das localidades periféricas, -----
3- Apreciamos a preocupação do Presidente e do seu executivo na obtenção de informação e na manutenção de pressão sobre as estruturas do poder central. -----
4- Os munícipes necessitam ESPERANÇA, INFORMAÇÃO CORRETA e ATEMPADA.
5- Lutamos por EQUIDADE na distribuição dos meios disponíveis a nível -----
Nacional. Os Flavienses não são Portugueses de segunda.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

Seguidamente o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----
Novamente bom dia. Senhor membro desta Assembleia, Francisco Taveira, teve alguma dificuldade em perceber o que é que pretendia, efetivamente, com esta intervenção. Porque, se por um lado era defensor das medidas restritivas da liberdade por razões de saúde pública, nalguns casos, entendi exatamente o inverso, em que é que ficamos? Nós sabemos sempre que em situações de pandemia, em situações de crise e sabemos todos que esta situação de pandemia, porventura, terá um paralelismo, eventualmente, com a gripe espanhola, é verdade que a sociedade está mais preparada, mais capaz, existem mais meios. Mas, de qualquer das formas, não podemos escamotear a circunstância, ou então, somos daqueles que defendemos que isto é uma pandemia e não há grande problema para a saúde das pessoas, portanto, podemos fazer a nossa vida normal. Mas se entendermos e eu entendo que, efetivamente, há uma alteração anormal das circunstâncias da nossa vida em sociedade, em comunidade, então isso tem consequências não podemos fazer de conta que elas não existem, elas existem no nosso dia-a-dia. A questão é saber sempre, qual é o ponto de equilíbrio entre a segurança e a liberdade individual e aquilo que são questões sanitárias de segurança da saúde das populações. Estamos a falar de segurança, estamos a falar da saúde das pessoas. E, portanto, todos nós sabemos que isso trouxe grandes constrangimentos. Pessoas foram despedidas, o acesso aos serviços públicos, mas também aos serviços privados foram afetados. Por exemplo, as empresas laboram com mais dificuldade, têm dificuldade em ter fornecimento de alguns materiais e com isso atraso na produção, sabemos disso tudo. Na saúde na educação, no serviço público, enfim, todos os serviços estão, hoje, confrontados com esse desafio Eu acho, que ainda assim, devo dizer, sinceramente, que Portugal respondeu globalmente bem à crise, quer em termos sanitários, quer em termos económicos, quer em termos sociais, porque sabemos que isso teve uma consequência, temos o “deficit” a crescer, temos uma dívida pública a galgar, mas isso foi necessário para conseguirmos ter o tal apoio social. Ou somos defensores das medidas que foram aplicadas pelo primeiro-ministro, é esse o caminho que nós queremos fazer, ou é um caminho inverso? Aceitarmos ter dívida pública, aceitarmos todos pagar mais no futuro, mas ainda assim termos um país mais coeso mais equilibrado socialmente e com mais garantias sociais. Eu comungo desta segunda visão, uma visão mais social-democrata, mesmo liberalista, é dessa visão que eu comungo. É claro que temos todos de fazer esse processo de aprendizagem, os líderes das organizações, mas, também, os próprios integrantes das organizações O que é que eu quero dizer com isto? Se nós sabemos que hoje existem problemas de acesso aos serviços públicos e numas áreas mais críticas e noutras menos críticas, claro que a questão da saúde é uma situação crítica, porque é imediata a consequência, pode ser imediata para o seu estado de saúde. Noutras, também é crítica, não é tão visível, de uma forma tão imediata na educação e outros. Ainda assim, os serviços no seu conjunto têm sido proativos, por exemplo, o cartão de cidadão vai ser enviado para casa para acabar com a questão das filas, o município naquilo que é a organização dos seus serviços, foi obrigado a fazer quê? Em prol da saúde dos trabalhadores promoveu o teletrabalho na época, digamos no período mais crítico, a 106 trabalhadores. Mas para isso acontecer, é porque havia plataforma, havia tecnologia, havia recursos humanos e havia capacidade. O que nós temos que fazer em cada momento, é tomar as decisões que sirvam melhor o interesse público, sempre no compromisso entre a segurança individual, os direitos dos trabalhadores e os direitos dos utentes do serviço público, é isso que nós temos de fazer. Provavelmente divergimos no tom, ou seja, o senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

membro tem um tom mais crítico, e eu um tom menos crítico, provavelmente, a motivação é a mesma. O que nós queremos todos, é que os serviços de saúde, seja nos hospitais, sejam os cuidados primários funcionem e sabemos que não funcionam tão bem como gostaríamos, quer os hospitais, quer as chamadas unidades funcionais que trabalham nos centros de saúde, sabemos isso tudo. Por exemplo, nós sabemos que nos centros de saúde houve uma quebra muito grande de produção de consultas, mas verdadeiramente preocupante é sabemos que foram substituídas, em muitos casos, por consultas não presenciais. Temos todos, muitas e fundadas dúvidas sobre a qualidade destas consultas, mas também relativamente às presenciais. Quem de nós, da nossa família não foi a um Centro de Saúde, e foi atendido no corredor ou atendido no hall? Todos nós temos experiências dessas para partilhar eu tenho, para dizer o quê? Que temos que melhorar esta resposta, temos todos! A resposta é da responsabilidade do Ministério da Saúde, é da responsabilidade dos dirigentes destas organizações, é verdade, mas também é compromisso dos profissionais. Os próprios profissionais, todos, têm que ter um compromisso. Não podem ser, como nalguns casos vejo, os próprios profissionais da saúde os mais alarmistas e aqueles que mais inspiram intranquilidade, não pode ser isso que deve acontecer, na minha perspetiva. É esta a visão que nós temos que ter relativamente ao município, claro que sim, nós sabemos que existe um conjunto de insuficiências, sabemos e continuam a existir, e às vezes problemas de organização, de planeamento, de insuficiência de recursos humanos. Sim isso também existe, é a verdade e não vale a pena escamoteá-lo. Agora, é mais que claro que não vamos ter a capacidade de trabalho, de produção que tínhamos antes da pandemia, não vamos ter, ainda que com novos processos de decisão, com mais materialização, com mais meios tecnológicos, uma melhor organização. Com as pessoas nós vamos ter uma capacidade menor e, portanto, a minha expectativa é que rapidamente o mundo científico avance e nós consigamos ter uma vacina, porque aí, sim, poderemos voltar à realidade que tanto criticámos e agora ambicionamos. -----

Gonçalo André Nascimento Alves, pelo **CDS**; -----

Renovo os cumprimentos. -----

Dá-me o riso, cada vez que a CDU, vem afirmar que são os outros que deram cabo dos serviços públicos, nomeadamente, o Serviço Nacional de Saúde e continuam a aprovar orçamentos. -----

Outra questão, é que se fale mal do serviço Inglês, mas, que eu saiba o serviço português é baseado na National Health Service, que motivou a proposta de António Arnaut, em 1980 e cujo CDS e o PSD, apresentaram as suas propostas, votaram contra aquela, mas apresentaram as suas. Por isso, queriam um Serviço Nacional de Saúde, não este. Mas não é este assunto que me traz aqui. O que me traz aqui tem que ver com o Covid 19. Gostaria que o senhor Presidente da Câmara me informasse sobre notícias que correm. Sabemos que houve alguns funcionários que contraíram a doença, gostaríamos de ter mais informação sobre esta realidade, e se mais algumas medidas específicas foram tomadas no âmbito do Município no que respeita a este assunto. -----

Outra questão que gostaria de colocar é: existiram alguns surtos comunitários, nomeadamente, em São Vicente e tiveram que ser os próprios membros do executivo da Junta de Freguesia, a fazer o transporte de pessoas suspeitas do Covid 19. Gostaríamos de saber se há algum protocolo ou alguma medida que possa ser criada entre o Município e as Juntas de Freguesia, para que este tipo de situação não ocorra e que a saúde de todos os cidadãos seja, de certa forma, mais acutelada. Obrigada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

Seguidamente o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Novamente, bom dia. Para que não fiquem dúvidas, o PSD e o CDS, votaram contra a Lei de Bases do Serviço Nacional de Saúde, para que não fiquem dúvidas. Isto é verdade. Votaram contra o Serviço Nacional de Saúde, ponto! O que queriam, era um serviço de saúde, mas a questão era, queriam incluir os privados, ponto! Sabe que, relativamente, ao serviço Inglês eu conheço-o bem. Curiosamente, estive lá uma semana a perceber como é que funcionava e posso partilhar aqui alguns dos ensinamentos, que se calhar, não resultam, apenas, de leitura apressada de alguma informação que há no Doutor Google. Dizer o seguinte, todo o sistema inglês está muito pensado e centrado no utente. Muito centrado nos cuidados primários e, portanto, significa que cada utente tem um valor máximo de despesa anual, não sei se sabiam disso. Ou seja, cada utente tem um valor máximo de despesa anual que está autorizada pelo Governo, se passar esse valor, tem que pagar do seu bolso. E como é que isso é gerido? Isso é contratualizado entre as autoridades de saúde regionais que contratualizam com clínicos, dois, três, quatro, cinco e seis clínicos e, curiosamente, mais de 55%, não são ingleses, são, sobretudo, indianos, das Ilhas Virgens, paquistaneses e outros, e contrata com estas clínicas privadas. Fazem um contrato de prestação de serviços, e todos os encargos que aquele doente, que faz parte da lista daqueles doentes que tenham, seja nas próprias clínicas, seja em qualquer hospital do país, é imputado àquele contrato, para que? Para, naturalmente, fazer com que a despesa seja a mais reduzida possível. Sabe o que é que acontece em muitos casos? Os doentes não são encaminhados. Porque é que não são encaminhados? Não são encaminhados, porque se forem encaminhados, vão ter uma fatura imputada àquele contrato específico daquele grupo de clínicos e, por esta via, deixa de ser rentável, porque isso é remunerado. Portanto, não é uma solução idêntica à nossa. Eu, ainda assim, entendo que o nosso Serviço Nacional de Saúde, é bem melhor, é mais adequado do que o inglês. E, portanto, se quiser eu posso dar-lhe alguma bibliografia sobre essa matéria. Depois dizer, para que não fiquem dúvidas, o CDS e o PSD, vetaram a chamada Lei de Bases da Saúde, foi isso que aconteceu. Depois dizer, senhor membro desta Assembleia, funcionários? O voyeurismo continua se há pouco queria saber tudo sobre a questão dos trabalhadores, agora é sobre os funcionários se ficaram doentes ou não? Sabe que essa informação nem sequer é partilhada com o Presidente da Câmara? Essa é informação de reserva. O Presidente da Câmara, não sabe se foi o Manuel, se foi o Joaquim ou se foi o António, nem pode saber. Agora o que eu posso dizer, é que o plano de contingência que existe para os serviços municipais, foi acionado, o serviço a partir desse momento passa para quem? Passa para a autoridade de saúde, ou seja, quem assume, quem gere o processo, é a autoridade de saúde não é o Município. A partir do momento em que nós dissemos, ou que alguém diz que há uma situação que é, potencialmente, suspeita de ser um contágio de Covid19, nós não temos informação nenhuma. Não sei se recordam de uma polémica em que os Presidentes de Câmara queriam saber quem é que estava infetado? Continuamos a não saber. A informação que nós temos sobre a evolução epidemiológica, é exatamente a mesma que tem qualquer cidadão. Está a ver aquele boletim? É a informação que nós temos. Não temos mais informação do que aquela. Porquê? Porque é uma decisão que foi tomada pela Direção Geral de Saúde e, portanto, preocupa-me isso. De qualquer forma, posso dizer uma coisa que é a seguinte, os trabalhadores que estavam ou foram casos suspeitos e confirmados ou aqueles que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 4 – 30/09/2020

tiveram contactos, estiveram confinados em casa durante 14 dias. Neste momento já regressaram. É só isso que eu posso dizer. Depois, dizer outra coisa, estranha-me que venha aqui, de alguma forma, com alguma intenção de fazer uma censura ao executivo municipal, relativamente à falta de transporte de alguns suspeitos de Covid19. Como sabe, este é um processo que é gerido pelas autoridades de saúde pública, pela linha de saúde 24, mas fica aqui o compromisso com todos os Presidentes de Junta, que é: se houver alguma situação na vossa freguesia e que exista algum problema de transporte de algum cidadão que não tem qualquer meio de mobilidade, cabe à linha Saúde 24, aos bombeiros, enfim, a quem tem esta missão de transportar os doentes. Como sabem, estes suspeitos não devem ser transportados de qualquer das formas, digo eu! Não é? E, portanto, se estes casos suspeitos, se temos suspeitos de covid19, devem ser transportados por quem? Por quem está habilitado, preparado, treinado para o fazer. E, portanto, a minha sugestão a todos é insistam com a linha Saúde 24, insistam como Presidente da Câmara, para ele insistir eventualmente, com a autoridade de saúde pública e é isso que nós podemos fazer relativamente a esta matéria. -----

Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, pelo PS; -----

Bom dia a todos. Cumprimentar desde logo o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, senhor e senhora secretários, cumprimentar o senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, cumprimentar os senhores membros desta Assembleia, senhores Presidentes de Junta de Freguesia e o público em geral. Uma nota de congratulação não só pelas moções que prosseguiram, mas essencialmente, por questões nas quais me revejo, o senhor Presidente da Câmara, já me retirou algumas palavras que iria proferir sobre elas. São elas as questões da preocupação com a saúde, com a saúde pública, com a saúde comunitária, também com a capacidade de operacionalização que este Serviço Nacional de Saúde teve, numa época completamente imprevisível de pandemia. Também concordo que todos os envolvidos, nas questões de expressão de boas práticas de cidadania, estiveram bem. O conceito de saúde da Organização Mundial de Saúde, coloca-nos num estado e num estádio de bem-estar biológico, psicossocial, cultural e espiritual, e não só a ausência de doença, a promoção da saúde como ação individual e coletiva na sua ação de promover a vida, obtém-se através da adoção de estilos de vida saudáveis. O promover a saúde prossegue na vigilância da saúde física e psicológica, é um determinante que todos nós devemos ter em conta. Todas as atividades de promoção da saúde que esta pandemia nos coloca como desafio, principalmente, a nós profissionais de saúde, estão a ser partilhadas como um exercício de segurança para todos, e foi, exatamente, o exercício que eu fiz, aqui, neste momento, e que este Governo, quer queiramos quer não, na situação de aprender a aprender e de ir estabelecendo regras de segurança para, de certa forma, frenar a propagação deste vírus. Já percebemos que é um vírus insidioso e que promove a propagação pessoa a pessoa, pela ventilação /respiração. O uso da máscara, constitui-se uma boa prática como medida de prevenção e de proteção não só individual, mas também de proteção das pessoas com quem interagimos. Terei que me congratular também com a política que está a ser seguida, concretamente, pela nossa instituição, do que disse o doutor Manuel Cunha face ao pagamento das horas que os enfermeiros fizeram quando estiveram no processo de trabalho de equipa em espelho, para não haver sobreposição de profissionais no serviço e para se conseguir manter as regras de segurança, nomeadamente o distanciamento social, a informação que eu tenho, deste momento, é que, de facto, vai haver nos horários, zeragem dessas horas. Ou seja, essas horas não vão ser contabilizadas, estamos à espera que isso seja



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º. 4 – 30/09/2020

concretizado. Os cuidados de saúde primários deveriam ser, efetivamente, o pilar da nossa saúde. É nos cuidados de saúde primários que está a principal estratégia de prevenção da doença, na prevenção primária. A secundária, já diz respeito aos cuidados hospitalares. Mas a promoção da saúde cabe a todos nós, e esta pandemia chamou-nos a ter essa autorresponsabilização, autorresponsabilização de nos protegermos e protegermos os outros. Gostava de dar esta nota em relação a alguns dados que traduzem o que está a ser feito na Unidade Hospitalar de Chaves. Concretamente informar, que neste momento, estão a decorrer 28 especialidades médicas em termos de consultas, vou elencá-las por ordem alfabética, consultas desde o ano de 2019, até este período do ano 2020. A funcionar na consulta externa: a consulta de anesthesiologia; de cardiologia; cirurgia de cuidados paliativos; endocrinologia; fisioterapia; gastroenterologia; ginecologia; hematologia; hepatologia; imunoalergologia; imunohemoterapia; consultas de medicina; medicina interna; neurologia; nutrição; nefrologia; obstetrícia; oftalmologia; oncologia; ortopedia; otorrinolaringologia; pediatria; pedopsiquiatria; pneumologia; psicologia; psiquiatria; reumatologia e urologia. Obviamente, que não vamos ignorar a suspensão das consultas, na época da pandemia, com início a 13 de março, e que prosseguiu até maio. Congratulo-me com a retoma da atividade das consultas médicas. Esta questão de alguma paralisia, utilizando as palavras do membro desta Assembleia Manuel, Cunha, com as quais me identifico, dos Agrupamentos dos Centros de Saúde, é real, mas fazer uma nota, as equipas estão envelhecidas, e obviamente, que nesta questão da promoção da saúde e da prevenção da doença, tem que se incluir os trabalhadores. O absentismo aumentou, aumentou muito, porque a maioria dos trabalhadores também tem vulnerabilidades do ponto de vista da sua saúde, muitos estão a faltar por atestado e por aconselhamento do seu médico assistente por causa da vulnerabilidade do seu sistema imunitário e de patologias crónicas das quais são portadores. Dizer que, por exemplo, na consulta externa, 60% da equipa de enfermagem está de atestado. Tínhamos quinze enfermeiros desde março, e que há oito enfermeiros de atestado e com esta questão burocrática e atraso nas juntas médicas, provavelmente, haverá ainda um prorrogar desses atestados, durante no mínimo mais 6 meses. Dizer, que o Serviço Nacional de Saúde, respondeu prontamente às necessidades de recrutamento de profissionais de saúde. Há profissionais de saúde que conseguiram, até, concretizar o seu sonho de serem integrados nas instituições de saúde pública, incluindo as instituições de saúde hospitalares. Houve recrutamento sem seriação e sem concurso para dar resposta às necessidades imediatas. Congratular-me com a inclusão de um profissional nas entradas principais para fazer educação para a saúde, para a colocação da máscara, para lembrar a higienização das mãos. Falar no número de testes, estão a fazer-se os testes a utentes com sintomas na tenda Covid e no serviço de consulta externa aos utentes que vão ser operados. Nas crianças e na consulta externa de saúde infantil e pediatria e de obstetrícia que é no terceiro piso, estão a ser feitos também os testes às grávidas e às crianças e ao acompanhante que pode ser a mãe ou o pai. Só lembrar que na carta dos direitos de acesso aos cuidados, o utente tem direito à prestação de cuidados em tempo considerado clinicamente aceitável para a sua condição de saúde, e de facto, a alternativa que surgiu como uma resposta a esta pandemia, foi efetivamente a consulta clínica por videoconferência. Vamos receber na consulta externa, agora, computadores mais modernos para que possam, efetivamente, promover uma videoconferência com qualidade, não é uma solução, de facto, para cuidados diferenciados e cuidados de proximidade, mas é uma solução alternativa para esta situação. Dizer que, se eu fosse falar dos direitos dos trabalhadores, obviamente,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 4 – 30/09/2020

que diria algumas questões preocupantes, é nesse contexto que me revejo no discurso do membro desta Assembleia Manuel, Cunha. Nesta fase de pandemia, atendendo à inflação dos custos que nos trouxe, congratulo-me, ainda, com a política seguida pelo nosso Conselho de Administração, percebo que dispararam os custos, estão a ser tomadas as medidas com sensatez, na equidade da gestão de recursos que tiveram que ser novamente adquiridos. Obrigada. -----

André Fontoura Faria, pelo PSD; -----

Muito bom dia a todos, começo por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal, professor Altamiro Claro e os demais membros da Mesa, cumprimento o senhor Presidente da Câmara Municipal, os demais vereadores, caras e caros membros desta Assembleia Municipal, senhoras e senhores Presidentes de Junta, demais público presente. No passado dia 13 de outubro, os eleitores do Município de Chaves, foram convocados a participar num referendo a propósito da possibilidade de retoma de circulação de trânsito rodoviário na Ponte Romana. Importa a este propósito, fazer uma breve análise quanto aos resultados. Os mesmos não poderiam deixar de espelhar, como era sobejamente antecipável, uma retumbante vitória do não, com uma votação próxima ou a rondar os 85%, uma pesada derrota do sim com uma votação a rondar os 15%. Mas, a verdade, é que a grande vencedora foi, sem dúvida alguma, a abstenção. Com valores a cifrarem-se nos 88%. O que não pode deixar de ser lido e interpretado como, no fundo, um ato de repúdio por aquela que é a ausência de sentido de utilidade sentida pelos flavienses relativamente a este referendo. Mas afinal que referendo foi este? Foi um referendo que se insere naquela que é a tradição da inconsequência que caracteriza a ação política do Partido Socialista? E, que se pudesse ter determinado as consequências, assustaria o próprio Partido Socialista. Irresponsabilidade e ausência de sentido de prioridades, de governação, não poderia descrever da melhor maneira aquela que é a ação do Partido Socialista em geral e neste caso em particular. Enquanto que o país enfrenta, e o mundo em geral, uma das maiores crises económicas e de saúde pública de que há memória, o que é que o Partido Socialista, tem para oferecer aos flavienses? Programas robustos de apoio económico às empresas que vão para além de meras isenções fiscais, em relação a hipotéticos e abstratos impostos e rendimentos que, provavelmente, este ano não se verificaram, nomeadamente, injeções de liquidez como fizeram alguns Municípios aqui ao lado? Ou programas de apoio às famílias que vão além de meras isenções parciais enredadas em burocracias, nada disso. O Partido Socialista, tem para oferecer aos flavienses um referendo inútil, inócuo, inoportuno. Um referendo em relação a uma matéria sobre a qual já existia um consenso muito amplo na comunidade e na sociedade civil em geral. Propõe e promove um referendo sem que promova o debate público. Contudo, devo dizer que o compreendo Senhor Presidente, afinal de contas quando se procura discutir e levar a referendo um não assunto, torna-se difícil. É que, aliás, nem tão pouco se vislumbrou a existência de um único movimento de apoio ou um movimento público de apoio à circulação. Portanto, temos que concluir que este referendo resultou, no fundo, de um disparate e de uma teimosia promovida por este executivo. E, perante isto, e perante estes resultados o que é que o senhor Presidente da Câmara Municipal, tem a dizer aos flavienses? Pois bem, que se tratou, pasme-se, da correção de um erro democrático. Pois, perante isto, apenas uma de duas conclusões podem ser retiradas, ou de que o Senhor Presidente, padece de uma profunda ignorância no que diz respeito, à compreensão daquilo que é o fenómeno democrático, a democracia representativa. Pese embora, e ressalvasse aqui a importância de participação dos munícipes, dos flavienses nos processos de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

decisão pública. Mas em casos e, eventualmente, em referendos, mas em casos em que de facto se justifique, matéria pertinente, relevante, em relação à qual haja divergência, ou então, a de que o senhor Presidente é profundamente populista e se escusa numa manobra de demagogia a reconhecer o erro em que incorreu. Mas vamos aos custos, porque isto, também é uma matéria não só importante como fundamental. Afinal, quais é que foram os custos desta brincadeira? Desde logo os custos suportados pelo erário público nacional, na organização do processo eleitoral, custos com as mesas, apontamos aqui para valores em torno dos 24 mil euros, pelas 91 mesas. Mas, mais importante, quais é que foram os custos do Município com a organização deste referendo? Pois bem, a este propósito, foi celebrado dia 7 de maio de 2020, entre o Município de Chaves e a empresa Betar Consultores, um contrato para a inspeção das obras de arte do Concelho de Chaves. Pasmese, o sentido de oportunidade, e no fundo o que é que se procurou através da contratualização deste contrato? No fundo o que verte para já ou que verteu até a realização do referendo, foi um escasso relatório de 9 páginas, 9 páginas, foi o que resultou, para já, até à data do referendo, de um relatório técnico, espero que o senhor Presidente possa explicar. Porque, até à data do referendo, aquilo que resultou desse contrato, cujo valor de celebração foi da módica quantia de 19 960 euros. Um relatório de 9 páginas, uma das quais o índice, outra a capa, constituída por três linhas, outra correspondente a duas fotografias da Ponte Romana, portanto, fazendo as contas, como diria o Engenheiro Guterres, fazemos uma conta que parece que isto é 4 mil euros à página. Mas, enfim, bom negócio. Tudo isto, para cumprir uma promessa eleitoral, uma promessa eleitoral, não! No fundo foi um “*faitdivers*” eleitoral, nem consta, tão pouco, do programa eleitoral do Partido Socialista. Mostrar o Senhor Presidente, tanto afinco, em fazer cumprir esses compromissos, nomeadamente, as piscinas descobertas, a ligação rodoviária da A24 ao hospital, a recuperação do Jardim das Freiras, a criação de uma agência de captação para a criação dos 500 postos de trabalho entre outras ou a requalificação do rio Tâmega para efeitos balneares. Bom! Compromissos que nas palavras do Partido Socialista, e consta no seu programa eleitoral, passo a citar “*eram verdadeiramente razoáveis e alcançáveis*” não são palavras minhas. Bom! Parece que o Partido Socialista que há 3 anos, sabia e afirmava dizer que sabia muito bem por onde não queria ir, também me parece não saber por onde seguir quando os problemas da governação verdadeiramente se colocam. Caras e caros membros desta Assembleia Municipal, é, pois, este, o retrato triste e infeliz deste Socialismo vasista, volvidos 3 anos da sua ilusão, a ilusão cede lugar à farsa, o prioritário dá lugar ao periférico. Tenho dito. -----

Seguidamente o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----
Antes de mais, muito bom dia. Renovo os cumprimentos. Vamos lá, então, dissecar um pouco esta intervenção, vazia, sem sentido, esta sim, uma verdadeira farsa. Para mim, quando se respeitam os compromissos, sejam escritos ou não escritos, para mim, é cumprir a democracia. Percebo que o PSD, o tenha feito ao longo dos 4 mandatos, que fez dezenas e dezenas de promessas e não as tenha cumprido. Eu percebo isso, entendo que é a vossa forma de estar e de ser, entendo-a. Mas, para o Partido Socialista, os compromissos são todos para cumprir, ainda, que não sejam cumpridos no tempo em que é estimado cumprir, mas são todos para cumprir. Todos para cumprir, Sim! Comparar 3 anos com 16 anos, creio que já percebeu que a sua contabilidade é pior do que aquela que referiu há pouco. Já percebemos que a contabilidade, também, não é o seu forte. Mas, dizer o seguinte, cumpriu-se a democracia. Corrigiu-se o erro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 4 – 30/09/2020

histórico, sim! Porque o que tinha que ser sido feito, era, claramente, perguntar aos cidadãos. Há pessoas que têm uma visão tutelar, paternalista da sociedade, eu percebo. Se calhar alguns que ainda militam no CDS e no PSD, porventura, ainda são um pouco saudosistas das velhas políticas do “**Dómus Pátris Família**”, que vigorou durante 50 anos. Eu entendo, se calhar, até percebo que alguns militantes do PSD e do CDS, agora vão para o CHEGA, porque, verdadeiramente, é essa a sua convicção ideológica, é aí que deviam estar. É aí que se sentem bem. Percebo que essa visão populista, essa visão fascista é claramente o protótipo daqueles que têm um vazio no discurso e na substância não tem nada para mostrar, absolutamente nada para mostrar e, portanto, dizer que quanto a esta matéria, o que se fez foi o seguinte. Sim, foi a democracia que saiu reforçada, sim! Para mim, ainda que a votação fosse só de uma pessoa, estamos a falar de democracia. Já lá vão os tempos em que as populações não podiam votar, não podiam intervir, e a liberdade é, também, não votar. Agora fazer interpretações sobre a abstenção, acho que são infundadas, impróprias e descabidas. Porque se assim fosse, tínhamos que, também, fazer interpretações sobre aquilo que são as participações para a Assembleia da República, para a União Europeia, para o Presidente da República e para as autárquicas. E a liberdade no nosso País expressasse, também, não votando. Agora, tirar daí interpretações que nos convêm, parece inadequado, inadmissível e impróprio. Depois dizer uma coisa, então como é que o senhor membro desta Assembleia Municipal, queria que o Presidente da Câmara, promovesse debates? Então não estamos a falar num referendo popular, que é eminentemente dos cidadãos e que não deve ser protagonizado, propiciado, conduzido pelo Presidente da Câmara? Não, a Câmara Municipal, tinha a obrigação de propiciar os passos, a logística e os meios. Mas a verdade, é que não há nenhum registo, nenhum pedido de qualquer movimento, de nenhum grupo de cidadãos, de ninguém que tenha solicitado um espaço para ter esse debate. Sim, eu também estava à espera de uma intervenção mais intensa nesta discussão, sim! Se calhar é por ser o primeiro referendo, se calhar temos que fazer mais, porventura, isso vai fazer com que nós possamos discutir outros temas, ou outros assuntos de interesse municipal que façam parte, naturalmente, do âmbito que é passível de serem integrados na área dos referendos, porque não são todos. Já ouvi alguns disparates, alguns nas redes sociais a fazerem propostas sobre matérias que, manifestamente, não podem fazer parte dos referendos, não sei se o senhor membro desta Assembleia, terá feito alguma, não sei. Mas, como sabe, por exemplo, não se podem referendar obras municipais, mas eu já vi isso nalguma rede social. Portanto, isso é ilegal, é desconhecimento, é ignorância, mas enfim, a ignorância também ajuda ao crescimento e ao conhecimento. Depois, dizer outra coisa. Curiosamente, o PSD, que queria participar no referendo, apresentou a proposta fora de prazo! É estranho! Ou seja, além do referendo cuja tecnicidade, ou conhecimento técnico, aqui está bem evidenciado, diz que se as forças políticas, os partidos políticos se quiserem participar no referendo têm que o comunicar em tempo oportuno. Bem, o PSD, fez chegar a pretensão à Comissão Nacional de Eleições, não é à Câmara Municipal, 2 dias após o término do prazo. Das duas uma, ou desconhecia a lei, ou então era um “faitdivers”, aí sim, um “faitdivers”, apenas, só para dizer que queria participar, mas verdadeiramente não tinha essa intenção. Depois, dizer, então é populismo cumprir uma promessa? Então os compromissos verbais não contam? Na minha terra o que se diz é: “Palavra dada palavra honrada e a palavra vale tanto como uma escritura”. Penso que, eventualmente, para a sua geração, se calhar para si, que tem uma visão diferente, não acredita nem pratica isso, mas eu continuo a acreditar nisso. As palavras proferidas são tão importantes como aquelas que assumem a forma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

escrita. Depois, dizer outra coisa, populista, demagogo é o senhor nas redes sociais e em todos os sítios. Agora que é líder da Juventude Social Democrata Distrital, acha que pode falar sobre tudo e mais alguma coisa e que pode fazer considerações sobre coisas que nem conhece e sabe. Ok. Essa é a liberdade que tem, tem essa autoridade política para o fazer, deve-o fazer, mas se calhar, agora tem que ouvir o contraditório relativamente a algumas matérias. Dizer-lhe, quanto à sua afirmação, “isto foi uma brincadeira”, então um referendo popular é uma brincadeira? Então um direito constitucionalmente garantido é uma brincadeira? Então a nossa Constituição é uma brincadeira? Brincadeira foi o seu discurso, senhor membro desta Assembleia, isso sim, foi uma brincadeira. Então, e os custos? Vamos lá aos famosos custos, sobre isto apetece-me fazer aqui uma pequena, uma pequena ressalva. Então o senhor membro desta Assembleia Municipal, está preocupado com 20 ou 30 mil euros e não se preocupou com milhões e milhões de euros que o seu executivo municipal desbaratou? Eu já percebo a coerência das suas propostas, já percebo. É mais importante 20 ou 30 mil euros do que são três, quatro cinco, seis, dez milhões de euros desperdiçados em juros à banca? Isso é que é aceitável, não é? Sim, isso é que é um ato de boa gestão? Sim, os senhores quiseram dar a tónica que, de facto, a democracia devia ficar refém de 30 mil euros ou de 20 mil euros, não senhor membro desta Assembleia, não, não fica refém, este executivo não porá, por exemplo, óbice nenhum à realização de Assembleias Municipais como foi no passado, apenas porque custavam 7 mil euros? Isso não se fará, para nós a democracia é algo que está acima destas questões, estará sempre acima destas questões. Portanto, dizer que também na dimensão financeira discordamos radicalmente. O senhor não valoriza os milhões e milhões que foram desbaratados em sucessivos executivos do PSD, nas Águas, na Banca, nos processos judiciais, em tudo o que aconteceu. Sim, a má gestão, a falta de liderança, a falta de caminho de orientação, é deste executivo, mas quem nos trouxe até quase à bancarrota, quem foi? Foi o PS? Lembram-se que o problema da dívida acumulada foi gerado sucessivamente, em cada ano, à volta de três, quatro milhões de euros, por causa do não pagamento da água que cobravam aos clientes, mas não entregavam à Banca e com esse dinheiro faziam obras disparatadas? Então não tem memória, não tem memória? Portanto, quanto a liderança, já falaremos de liderança senhor membro. Liderança é ao fim de três anos ter poupado quase 3 milhões de euros, isso é que é liderança. Liderança é continuar a fazer todos os investimentos, todas as obras, não só aquelas que estavam projetadas com um conjunto muito significativo de obras e ter projetos para o futuro. Isso é que é liderança. Liderança é fazer de Chaves capital da região, não faz de conta, não de palavra, mas no território do Alto Tâmega, isso sim, é que é liderança. Liderança é resolver problemas às pessoas, liderança não é ter um discurso vazio, liderança não é ter discurso de palavras estereis, liderança não é fazer de conta e falar a uma comunidade como se estivesse em pose, isso não é liderança. Liderança é conhecer os seus concidadãos, é atendê-los e receber milhares de pessoas, preocupar-se com os seus problemas, alguns dos quais não são da competência do Município. Este executivo que eu lidero, orgulha-se muito disso, de falar com muita gente, de ouvir muita gente, de atender milhares de pessoas, de trabalhar 12 a 14 horas por dia, disso orgulha-se. Mas, também se orgulha de ir tendo, progressivamente, umas finanças saudáveis, cada vez mais saudáveis, que vão, com certeza, permitir concretizar muitos dos projetos que nós tínhamos ambição de concretizar e de alguns dos quais não foram concretizados, apenas porque não havia recursos financeiros. Porque as contas não transpareciam a verdade, agora desafio todos, desafio o senhor membro desta Assembleia Municipal, a dizer nas contas do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

Município, o que é que falta lá? O que é que não está nas contas do Município? Que fatura é que não está lá? Que responsabilidade é que não está lá registada? Isso no passado era prática comum, era o “**modus operandi**”, senhor membro desta Assembleia Municipal, não brinque com coisas sérias, não brinque com atos de gestão, não brinque com a competência das pessoas, não brinque, faça política sim, mas não brinque, porque o que o senhor fez foi brincar e vou dar-lhe outro esclarecimento que é importante. Falemos então dos custos, para além dos muitos, e muitos milhões que foram desbaratados. Falemos então dos famosos custos, sobre o contrato relativamente às inspeções das pontes. É que, também aí, revela ignorância. O contrato não foi feito apenas e tão só por causa da Ponte Romana. O contrato foi para suprir uma omissão, uma falha durante anos de governação do PSD, que não fazia inspeções às pontes, aos pontões, às obras de arte, nunca nesta casa, nunca na Câmara Municipal, se fez inspeções às pontes. O que nós decidimos fazer foi fazer inspeções a todas não apenas à ponte Romana, são 29. Portanto, o preço daquele contrato não são as 8 páginas, é dos quatro ou cinco mil euros. Se calhar, devia olhar para dentro, e perceber quem é que faz isso, mas não somos nós. Portanto, dir-lhe-ei, o contrato é um contrato para 2 anos e, portanto, era importante que se lesse com atenção, que se ativesse ao conteúdo enclausurado no mesmo, que percebesse que aquele contrato visa o quê? Identificar todas as pontes, se calhar, há aqui alguns Presidentes de Junta, que já souberem e que foram visitados no seu território por uma equipa técnica, para que? Para que os pontões, as pontes sejam todas inspecionadas, sim! Para que nós percebamos a situação em que elas se encontram, para que nós saibamos que tipos de intervenções precisam, se urgentes, se emergentes, se a médio prazo, se de curto prazo, se de longo prazo, é isso que nós queremos fazer, e portanto, vir aqui dizer que afinal aquele relatório, que aquele contrato foi feito por causa da Ponte Romana, é mentiroso e é desonesto. Se tivesse percebido, ou tivesse perguntado, designadamente, se aquele relatório é um de 29? Ou se era o único que ia ser feito por conta do contrato, eu ter-lhe-ia respondido. Mas o que o senhor membro desta Assembleia fez, foi fazer uma acusação, uma acusação sem fundamentação. O senhor não questionou, afirmou. Afirmou à guisa de que havia custos, falou dos custos das mesas. Falemos, então, dos custos das mesas. Então nós estamos preocupados com 24 mil euros, quando esse dinheiro veio do Governo Nacional, para os nossos concidadãos, para as pessoas que estiveram nas mesas, foi dinheiro que entrou no território, até nisso é mau gestor, porquê? Porque se nós estamos a falar de recursos nacionais, se nós dizemos sempre que há uma má partilha, uma má distribuição, até aqui, de uma forma comezinha, não expressiva, não relevante financeiramente, mas até aqui foi uma boa gestão. Porque esse dinheiro em vez de ficar em Lisboa, ficou em Chaves. -----

Gonçalo André Nascimento Alves, pelo **CDS**; -----

Relativamente ao que estava a falar anteriormente, queria dizer que em relação ao Serviço Nacional de Saúde, o que o senhor Presidente disse, está correto. Protagonizamos uma solução mais Austríaca e Alemã, que tem melhores resultados que o sistema português e do Reino Unido, que implica um sistema misto. E já agora, que não há censura, nem “bigbroter”, nós não perguntámos quais as pessoas, nós perguntámos quantos em relação à Câmara Municipal, quantas pessoas. E a Câmara Municipal, tem que ter essa informação, porque as baixas por covid19, têm que estar mencionadas. -----

Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, pelo **PS**. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

Muito bom dia, cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia, senhores secretários, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores membros desta Assembleia, senhoras e senhores Presidentes de Junta e demais presentes nesta Assembleia. -----

Em relação a esta questão do referendo, há um ponto essencial, que é a tomada de decisões estruturais tal e qual como diz a lei do referendo, e que, às vezes, pelos vistos, é tão mal interpretada, deve ser devidamente analisada e sedimentada. A questão da abertura ou da manutenção do encerramento da Ponte Romana ou da Ponte do Trajano, era uma questão que se mantinha em aberto no espírito e na mente dos flavienses e que urgia esclarecer. Confesso que fiquei surpreendido, havia muitas pessoas que na altura eram a favor do seu encerramento e, entretanto, mudaram a sua barricada e passaram a ser a favor da abertura. Mas, também, há que considerar que há 12 anos atrás, as circunstâncias eram diferentes, e não existia, por exemplo, um projeto da Nacional2, nem esse percurso tinha a projeção mediática que atualmente tem, e essa mesma dialética, e esse mesmo movimento, veio a acicatar mais a turba. Pelo que se impunha clarificar, em definitivo, essa questão. Sim ou não ao trânsito na ponte, salvo o devido respeito, não venham os detratores alegar que já tinha existido uma votação na internet em data anterior. Não consideramos a internet, ainda, um meio de sufrágio democrático a que acresce que nenhum valor se lhe pode atribuir, pois não se reveste de qualquer legitimidade legal, e todos nós sabemos perfeitamente bem as manigâncias que podem ser feitas e truques que podem ser arquitetados por trás desse mesmo anonimato. Por trás do teclado de um computador, ou seja, fidedignidade zero. -----

Esteve muito bem a Câmara Municipal de Chaves, neste caso, ao lançar mão do meio mais democrático que existe, que é o referendo. Numa atitude de grande humildade, de grande espírito democrático, de grande abertura cívica, colocou esta mesma questão à consideração da população, retirando essa decisão do recato, e daquilo que, por vezes, é o isolamento dos gabinetes, para a entregar à douta e sábia decisão do povo. Por exemplo, muitas vezes falamos tanto de países desenvolvidos como a Suíça. É muito habitual em muitos municípios Suíços, em questões estruturais lançarem mão deste mesmo instrumento. Ou seja, habituemo-nos e participemos mais, porque, aqui, também se levanta outra questão, houve uma fraca adesão. Essa fraca adesão não deve ser motivo de regozijo, antes pelo contrário, essa fraca adesão deve ser motivo para uma ponderada discussão, porque nós aqui, e toda classe política está a errar, porque se as pessoas não participam na chamada democracia participativa, é porque existe um definhar, a reflexão deve funcionar como um apelo à responsabilidade cívica, à responsabilidade democrática, à urbanidade e á lealdade. Não é através do uso de argumentos pífios, não é através da criação nas redes sociais de perfis para atacar seja o que for que se vai servir a democracia. Devemos ter isso em consideração, apontam por exemplo a incompetência. A incompetência é, muitas das vezes, ignorar-se os prazos legais como foi a apresentação da proposta fora de prazo, é ignorar a obrigatoriedade de relatórios de 4 em 4 anos a pontes e pontões, é isso que muitas das vezes é esquecido, que não deve ser usado como argumento político para esgrimir situações que tornam a atuação política mais dúbia. Portanto, é assim que nós entendemos. E, por último, devemos sublinhar o clarificar desta questão, a determinação da mesma se manter encerrada, permite uma enorme clarificação de forma inequívoca, a candidatura deste mesmo monumento a património da humanidade. Parabéns Senhor Presidente, parabéns pelo exemplo, colhe todo o nosso apoio e assim esperemos que continue. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

André Fontoura Faria pelo PSD. -----

Os meus cumprimentos. E brevemente, pois o meu tempo não é muito. -----
Senhor Presidente, relativamente à importância da participação política, eu reconheço que, de facto, é importante que houvesse essa participação política dos cidadãos, o senhor Presidente já o fez e bem, algumas vezes a propósito de algumas sessões, nomeadamente neste anfiteatro, a propósito da questão do projeto para o Balneário Termal. Acho que esses instrumentos são de facto fundamentais e permitem aos cidadãos promover a discussão política e, aí, sugerir as suas próprias alterações aos projetos. Aquilo que está em causa mesmo em relação aos referendos, não é a não possibilidade de os mesmos acontecerem, é importante que até possam ser promovidos. É um bom exemplo do ponto de vista democrático, mas relativamente a matérias em relação às quais se justifique efetivamente, senhor Presidente. Eu creio que, aqui, caiu numa teimosia, ao procurar trazer a debate a um não assunto, e os resultados acabam por espelhá-lo, senhor Presidente. Relativamente a outras matérias, com certeza, poderia fazer sentido, poderia ser bem interpretada a promoção deste referendo e, portanto, acho que neste aspeto estamos esclarecidos. Ninguém está aqui numa lógica confrontacional, acho que isto é bastante factual. Relativamente a esta obsessão e compulsão do senhor Presidente, em vir persistentemente, buscar o passado político do PSD, eu sei que é importante conhecer o passado político, mas como já o disse nesta Assembleia, é importante, sobretudo, para compreender melhor o presente e projetar melhor o futuro. Senhor Presidente, eu também poderia tecer considerações a propósito do anterior executivo Socialista. O que o senhor Presidente assessorou, a propósito de algumas decisões, mas não o faço por uma questão de elegância, estamos em 2020 não estamos em 2001, senhor Presidente, estamos em 2020, vamos olhar para a frente, poderia fazê-lo, mas por uma questão de elegância não o farei, e o senhor Presidente sabe bem dos erros. O buraco e a obra adjudicada, o ringue de patinagem que lá foi deixado, pronto falam por si só. E, portanto, senhor Presidente, relativamente ao contrato, prevê um prazo de execução de sessenta dias, tanto quanto sei, e o único documento que resultou dele, até agora, ou até às vésperas do referendo, foi esse documento. -----

Nuno André Monteiro Coelho Chaves, pelo PS. -----

Renovo os meus cumprimentos, a minha intervenção é só para me dirigir ao senhor membro desta Assembleia, André Faria, para lhe reiterar a importância e de lhe recordarmos a história, sobretudo aquilo que foram os 16 anos de governação do Partido Social Democrata, neste Concelho. Porque, ainda agora, o senhor membro desta Assembleia acabou de dizer um disparate. Quando fala do ring de patinagem lá deixado, não foi deixado pelo Partido Socialista, foi construído pelo seu executivo, foi construído pelo seu executivo. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse. -----

Senhor membro desta Assembleia, André Fontoura, não me meta na guerra, porque não está a dizer coisas corretas, não vale a pena e não me queira meter no debate. Aquele projeto que lá está, não existia no momento da adjudicação. Não está a dizer coisas corretas e eu não quero ter debate consigo. Vamos ter calma. Peço que tenham contenção. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

Seguidamente o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----
Muito bom dia. Reitero cumprimentos a todos. Dizer que noto uma evolução, uma evolução grande. Quem se recorda da posição inicial, assumida pelo PSD, sobre o referendo? É que seria ilegal. Que seria inconstitucional. Ainda, alguém se lembra sobre um famoso texto muito fundamentado sobre a ilegalidade e a inconstitucionalidade do referendo? Pois, pasme-se, pois pasme-se! De facto, foi uma iniciativa que foi promovida pela Câmara Municipal, aproveitou para corrigir outro erro crasso e, uma mentira, sim! Não foi o Presidente da Câmara que o aprovou. O Presidente da Câmara, tomou a iniciativa. Quem o aprovou, foi este Órgão. Peço desculpa, quem o aprovou foi este Órgão. E, portanto, quem aprovou o referendo, foi a Assembleia Municipal, não foi o Presidente da Câmara. E, a verdade, é que esta mentira dita muitas vezes, até pode passar a ser verdade, mas não é verdade. Portanto, o Presidente da Câmara, cumprindo uma promessa eleitoral, tomou a iniciativa de propor aos Órgãos, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, e foi aprovada. E se foi aprovada, é porque colheu os votos a favor não só da bancada do Partido Socialista, senão não seria aprovada. Como sabem, na Assembleia Municipal, o Partido Socialista está em minoria, sabem disso? Sabem aritmética? É estranho! Sim, essa estranheza é porquê? Chegou ao fim de três anos e não sabia isto? Muito bem. E, portanto, para dizer o que? Não me envergonho das decisões que tomei, compromisso assumido, compromisso cumprido. Os cidadãos pronunciaram-se como quiseram. Quiseram não votar? Muito bem. Tive familiares que não votaram. E bem, legitimamente. Pessoas que votaram a favor e pessoas que votaram contra. Mas, cumpriu-se a democracia, é assim que tem que ser, temos que respeitar. Trazendo à colação as palavras que já foram, aqui, produzidas, o que nós devíamos fazer era um reforço à democracia, não era falarmos contra nós devíamos era apelar que participassem mais, que lutassem a favor ou contra ou de outra forma. O que nós temos que fazer, é dar credibilidade à democracia e aos seus representantes. E, para isso, nós não podemos fazer parte daqueles que fazem parte do CHEGA, que acham que a democracia deve voltar aos tempos de há 50 ou 60 anos atrás. E, portanto, noto uma evolução, uma evolução das ilegalidades, do inconstitucional! Agora a evolução, e já vamos um pouco mais à frente, já percebemos que afinal era legal, era constitucional, que é o cumprimento de uma promessa, que os cidadãos se pronunciaram. Eu já disse isto, não o devia dizer, nunca quis pronunciar-me sobre esta matéria, sobre o voto contra ou a favor, mas quem vive comigo e está próximo de mim, sabia qual era a minha opinião, sobre esta matéria. Expressei-a, era manter a ponte, apenas, com tráfego pedonal. Essa sempre foi a minha opinião. Agora, eu disse e repito, ser Presidente da Câmara, não é substituir-se aos cidadãos, é ouvir as maiorias e cumprir o que elas determinam, isso é que é ser democrata, democrata não é impor a sua vontade. Eu sou representante de outros, não me represento a mim próprio. E, portanto, foi isso que eu quis dizer, nem sempre fui bem interpretado, é verdade. Se calhar, tenho que comunicar melhor. Depois, dizer outra coisa, sabe que quem não é orgulhoso do seu passado, não merece ter futuro. Ao estar sempre preocupado com o passado, é porque não reconhece que a herança é boa. Se vem aqui dizer e se fica tão chateado, por que me refiro a uma série de questões e fica com isso zangado, só pode ser por reconhecer que a herança é má. Só para dizer outra coisa, eu tenho um respeito enorme pelo Jerónimo de Sousa, devo dizer e fica aqui esta ressalva, por essa militância, por esse compromisso, discordando de muitas coisas que ele diz, mas fica esta ideia. Pelo menos é persistente, é consistente naquilo que vai dizer em defesa dos trabalhadores, é coerente, coisa que nem sempre outras pessoas são. Depois dizer, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

senhor membro desta Assembleia, veio aqui dizer que quer ir mais lá atrás, mas eu não me importo de falar mais de trás, pode falar de mim, e quanto à elegância estamos conversados, porque aquilo que o senhor membro desta Assembleia, diz muitas vezes nas redes sociais e noutros sítios, não demonstra elegância. Portanto, dizer que não é em nome da elegância, provavelmente, muitas vezes, é em nome da falta de argumentos, é que não o faz. Por isso, dizer outra coisa, sabem que os primeiros dois mandatos do PSD, na Câmara Municipal, foram feitos à custa de um projeto ganho e conquistado por um homem que está ali sentado naquela mesa, Altamiro Claro e que se chama “Pólis”, sim dois mandatos. Dois mandatos, seguidos. E, portanto, eu orgulho-me muito de pertencer à equipa que de uma forma modesta, sem grande “apport”, porque, de facto, não era eu que gizava nenhuma estratégia, nem tinha grande protagonismo político, mas orgulho-me de ter feito parte e orgulho-me muito em ter sido Chefe de Gabinete do Professor Altamiro Claro, que está aqui, e hoje é Presidente da Assembleia Municipal. Orgulho-me disso. Orgulho-me. Não quer dizer que não tenha cometido erros, sim, mas orgulho-me. E, portanto, para encerrar este debate, dizer que se cumpriu a democracia, e sempre que isso acontece, devemos-nos sentir satisfeitos e orgulhosos. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 – APROVAÇÃO DE ATA DA SESSÃO ANTERIOR -----

A ata número dois, referente à sessão ordinária realizada no passado dia 30 de junho de 2020, foi colocada à apreciação, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os membros desta Assembleia. Três membros desta Assembleia, não participaram na votação pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a ata se refere. Posta à votação, foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 2 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação da Informação. -----

Muito bom dia, senhor Presidente da Mesa e demais membros. A informação que, normalmente, é disponibilizada neste contexto, tem a ver não só com a atividade mais relevante, mas, também, com questões relativas aos trabalhos de empreitadas em curso, a questão que tem a ver com o contencioso administrativo ou comum que o Município tem. Mas, também, quanto à questão de natureza da informação económica e financeira. Permitiam-me, aliás, como sempre faço, porque é do conhecimento de todos essa informação e se alguma questão, porventura, mereça, digamos, uma análise ou um esclarecimento suplementar, certamente que os senhores membros desta Assembleia Municipal, o solicitarão. Mas não queria, contudo, deixar de dar nota, aqui, de um aspeto que me parece ser pertinente. É sobre a informação económico-financeira. Finalmente, o Município de Chaves, deixa de ter um alerta precoce. Como sabem, existe uma ficha que se chama ficha do Município, aonde tem alguns indicadores mais relevantes sob o ponto de vista económico e financeiro e de recursos humanos. Durante muitos anos havia uma nota de preocupação, não sei se liam isso com atenção ou não, mas chamava-se, um alerta precoce, porquê? Porque a dívida total do município era superior à receita corrente líquida dos três últimos exercícios. Isto era uma preocupação. O que é que isto significa? Significa que a dívida do município era superior àquilo que o município tinha de receita corrente, não de capital. Felizmente, depois de dois anos e meio foi possível que essa nota negativa, que era uma sinalização



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

de má gestão, tivesse sido removida. Porque se é certo que durante muito tempo nós tivemos sempre dívida muito acima daquilo que era, então, a média da receita corrente líquida dos últimos três exercícios e, portanto, tínhamos aí, nesse contexto, sempre um excesso de cerca de oito milhões de euros de excesso. Nós, hoje, podemos dizer que o Município de Chaves, está abaixo dessa linha. Nós sabemos, que neste momento em particular, tendo em atenção o ano de 2019, sabemos que a receita corrente anda nos vinte e oito milhões e quatrocentos e dez mil euros. A verdade é que a dívida do município, se nós tivermos em consideração a dívida a 24 de setembro de 2020, se tivermos em consideração que aquilo é dívida total, incluindo aqui, também, duas componentes que concorrem para essa dívida, que são as operações extraorçamentais, basicamente e vulgarmente ditas, digamos as contas que dizem respeito às cauções dos empreiteiros, mas, também, às obrigações que nós temos por causa do FAME. O valor, se nós considerarmos isso tudo, é de vinte e seis milhões trezentos e noventa mil euros. Portanto, abaixo dos tais vinte e oito milhões quatrocentos e dez mil euros. Mas se quisermos ter por referência, excluindo essas componentes, ou seja, excluindo as não orçamentais, então o valor da dívida andarás nos vinte e três milhões oitocentos e quarenta e nove mil euros. Portanto, fica aqui esta nota, que é uma nota importante, que me parece um indicador absolutamente claro, que não deixa margens para dúvidas relativamente àquilo que é a melhor situação económica e financeira do Município. Hoje, também, podemos dizer que a margem absoluta da capacidade de endividamento são dezanove milhões e novecentos e vinte e cinco mil euros. Claro está, isso não permite a utilização em cada ano desse montante, porque em cada ano só pode ser usado, vinte por cento desse valor. De qualquer das formas, isto em concreto, compara com uma margem negativa que havia no final do ano de 2017, de quatro milhões setecentos e trinta e um mil euros. Ou seja, passamos a ter uma margem de dezanove milhões, quando antes tínhamos excesso de dívida e, por isso, é que entrámos em saneamento. Fica aqui esta nota. Portanto, para quem não tem visão e não tem orientação fica só este caminho. -----

Seguiram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

Francisco António Taveira Ferreira, pelo **PSD**; -----

Bom dia. Vamos ultrapassar o protocolo, cumprimentos a todos. Nesta Informação Municipal, consta que no dia 28 de setembro, o senhor Presidente, teve uma audiência com a Ministra da Saúde. A questão é, é possível dar-nos algumas informações, particularmente as que forem boas? -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Sim, essa reunião aconteceu por videoconferência. Nessa reunião estiveram presentes, não só a senhora Ministra da Saúde, como também os dois Secretários de Estado, quer o antigo Secretário de Estado, Manuel Sales, quer o novo Secretário de Estado Serra Lopes, bem como membros do respetivo Gabinete, esteve também presente uma vogal do Conselho Diretivo, que eu não conhecia, foi a primeira vez que foi possível partilhar algumas questões com ela. Mas, também, todo o Conselho de Administração do Centro Hospitalar, incluído a Diretora Clínica. Esta reunião já estava pedida há meses, mesmo antes da pandemia nós tínhamos pedido uma reunião à Senhora Ministra para fazer o ponto de situação de um conjunto de assuntos que nós tínhamos discutido em Lisboa, no seu gabinete, em abril de 2019. Nós tínhamos colocado uma série de questões à Senhora Ministra, nessa altura que nos deixou algumas notas expressas, relativamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

a alguns desses dossiers. E, portanto, o que nós queríamos, era fazer a avaliação e a validação da evolução dos vários dossiers. Posso partilhar com todos, a questão em concreto, que tinha a ver com o ponto de situação, relativamente, ao processo de adjudicação das obras de qualificação do bloco operatório da Unidade Hospitalar de Chaves, era um dos assuntos. Outro assunto, era o ponto de situação relativo ao processo de criação do serviço de Cuidados Paliativos com 20 camas. Outro assunto era o ponto de situação relativo à criação de vagas subsidiados ou carenciadas. Outra questão tinha a ver com a evolução relativamente à contratação de recursos humanos particularmente assistentes operacionais e assistentes técnicos. Outra das questões tinha a ver com a evolução e o compromisso relativamente, ao progressivo aumento do reforço com as metas pediátricas na urgência médico-cirúrgica, no sentido de alargar claramente o atendimento da especialidade de pediatria no respetivo serviço de urgência. Também queríamos saber como estava a evolução daquilo que era a carteira de serviços, relativamente a uma série de consultas externas, a evolução de alguns problemas que havia com Dermatologia, Cardiologia, Urologia, Neurologia, Reumatologia, enfim, um conjunto de especialidades que, na nossa perspetiva, precisavam umas de serem criadas e outras serem reforçadas com mais recursos ou com mais tempo a essas mesmas consultas. E por fim, a última questão era o reforço de autonomia de gestão e de governação clínica em relação à Unidade Hospitalar. Eram estes os temas e era isto que tinha estado em cima da mesa em 2019. Nós quisemos fazer essa avaliação no início deste ano, não foi possível, a pandemia também foi a razão invocada para que a reunião não tivesse acontecido. Mas, reiteradamente, esse pedido foi feito e aconteceu por esta via no dia 28. Neste contexto, foi possível abordar um conjunto de questões, naturalmente, estas: Relativamente ao bloco operatório tivemos a oportunidade, mais uma vez, de manifestar o nosso desagrado da forma como o processo foi montado, não por este Conselho de Administração, mas pelo anterior, que o segmentou em dois. E isso fez com que o processo, depois, não tivesse tido um desfecho adequado. O preço base também era bastante inferior àquilo que o mercado, eventualmente, seria a demandar. A verdade é que neste momento o processo de adjudicação das obras de requalificação que já tinha sido aberto há um ano, é verdade! Tinha sido adjudicado a uma empresa, mas um dos concorrentes impugnou essa decisão, e o processo estava pendente no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela. Como sabem, por conta daquilo que é o contencioso dos contratos sempre que há uma impugnação, suspendem-se os efeitos, ou seja, não podemos avançar, fica ali congelado e cristalizado. A senhora Ministra, disse-me que tinha havido uma decisão já na semana anterior, não tenho, agora, presente a data, talvez dia 10 ou 12, não dia 17, acho eu, por aí, de setembro, não dá provimento à impugnação, dizendo que, provavelmente, no dia 1 de Outubro, transitaria em julgado a decisão, seria tornada definitiva e o processo que já se encontrava em Tribunal de Contas, e poderia ter uma evolução rápida. E, portanto, que era previsível, não havendo o recurso da decisão judicial, que até ao final do ano, as obras pudessem ter início. Esta questão mereceu, naturalmente, também, uma consideração que era, se com as obras iriam encerrar os blocos, e se não iriam dar apoio, designadamente, ao serviço de urgência? Disse que não, que essa solução estaria acautelada e, portanto, que haveria ainda assim atividade cirúrgica para manter o serviço de urgência. Quanto à questão dos Paliativos, queríamos perceber exatamente qual era o ponto de situação? Quanto a isto, mostrámos muito desagrado, percebemos que só avançará se houver Fundos Comunitários. Ou seja, o projeto que está feito e que não estava feito à data, mas que existe, foi-nos dito que custaria 970 mil euros, que era o valor deste projeto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

relativamente à transformação, penso que é no quarto piso para este serviço 900 mil euros. Também é verdade, que este investimento consta numa coisa que se chama mapeamento dos investimentos de saúde no Programa Operacional Regional do Norte. E, portanto, acredito que seja possível que este projeto possa ter uma comparticipação de 85%, não está garantido, mas nós também faremos nesse contexto aquilo que estiver ao alcance no sentido de que a decisão possa ser favorável, porque entendemos que era muito importante que acontecesse. De qualquer das formas, ficou a crítica, até é pública, que sendo um serviço de carência, porque todos nós sabemos que os Cuidados Continuados, em particular os Paliativos, têm uma fraca resposta em todo o contexto nacional, e seria importante que este serviço pudesse ser instalado em Chaves. Ficou essa crítica, porque na nossa perspetiva com ou sem Fundos Europeus, deveria ser inscrito no plano de investimentos do próximo ano do Centro Hospitalar. Relativamente às vagas carenciadas estavam todas ocupadas e que não haveria 7 ou 8, não tenho, neste momento, presente de memória. Depois, relativamente aos recursos humanos, foi-nos dado nota que teriam sido contratados, até por causa da pandemia, foram contratados 20 enfermeiros, 4 assistentes operacionais e alguns assistentes técnicos, e que esses contratos, alguns deles, foram prorrogados recentemente por causa de uma decisão excecional do Conselho de Ministros, que permite, mesmo àqueles contratos que não foram celebrados na precedência de um procedimento de recrutamento nos termos da contratação normal, foram prorrogados mas esses não sabe se não vão cessar e, portanto, ficou essa dúvida em cima da mesa. Relativamente à Pediatria no serviço de urgência, foi-nos dito, e eu manifestei estranheza e estupefação, que em três dos sete dias, já têm em presença física médico pediatra, não sabia, reconheço, e eu disse, se isso é verdade, é importante que deem evidência e que comuniquem. Ainda assim, agora é importante que se faça um esforço para os quatro dias que faltam também, tivessem uma solução dessa natureza, e ficou o compromisso de contratar serviços, foi esse o compromisso que ficou em cima da mesa. Porque, neste momento, não haveria qualquer disponibilidade de Pediatras para virem para o Centro Hospitalar, disse, até mais, que contrariamente ao que acontecia no passado, só existem três ou quatro pendentes no Ministério das Finanças, para ser autorizado. Porque, como sabem, havia necessidade de autorizar a contratação de recursos humanos, designadamente médicos. e que, neste momento, a situação não tinha grande expressão e que tinha havido uma evolução positiva. Quanto à questão das consultas externas, acho que a única consulta que é nova, e aproveito para saudar a intervenção do membro desta Assembleia, Isabel Seixas, que deu aqui uma nota daquilo que é a panóplia de vários serviços de especialidade que contrariamente ao que se disse, aumentaram e não diminuíram. Portanto, não é verdade que se diga que perdemos valências na parte da consulta externa, ganhámos, isso é importante que se diga, não podemos continuar a dizer uma mentira. Acho que a consulta nova foi Reumatologia, se não me engano. Olhando para toda a informação que nós fomos apurando no sítio do Centro Hospitalar e no Portal da Saúde, fomos coligindo alguns dados, percebemos que há consultas que estão com um tempo médio de atraso muito significativo. Percebemos, também, claramente, que o Covid também teve um impacto negativo, mas ainda assim, eles entendem que é possível recuperar, sendo certo, que continuamos com algumas consultas em situação crítica, designadamente Oftalmologia e Cardiologia. Também chamámos à atenção para a questão da cirurgia, manifestámos a estranheza de algumas decisões que não são compreensíveis relativamente à suspensão do bloco em Chaves, quando nenhum dos quatro blocos existentes em Vila Real, ficou suspenso. Portanto, que essas coisas fossem partilhadas, e que houvesse sempre um critério de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

equidade territorial nessas decisões, porque ninguém percebe as decisões que, muitas vezes, são tomadas que nos parecem injustas e centralistas. Relativamente à questão do reforço de autonomia de gestão, foi, considero, uma desconversa. Foi dito que já tem adjuntos e, portanto, que essa figura resolve a questão. Não foi possível avançar mais sobre a autonomia funcional, não avançámos muito sobre a autonomia funcional, é verdade! Ficou isso em cima da mesa. Depois, é verdade que nos foi sendo partilhada alguma informação, e ficou um compromisso, compromisso que foi, digamos assim, até saudado pela senhora Ministra. Começaremos a fazer obrigatoriamente reuniões de dois em dois meses com o Centro Hospitalar e com o Diretor Executivo do ACES e a Direção Clínica, para quê? Para começarmos a acompanhar a evolução da saúde nas várias dimensões, e para que possamos, e ficou o compromisso que teremos agenda, e que no fim da agenda serão comunicadas as principais conclusões dessa reunião. Aproveito para dizer que nós temos cooperado com o Ministério da Saúde, seja com o Centro Hospitalar, ou seja, com a ACES. Como sabem, temos cooperado quer em meios logísticos, quer noutros tipos de apoios, somos nós que continuamos a transportar os testes quer para o IPB, quer para a UTAD, que vão sendo feitos diariamente no Concelho, fazemos isso! Também estamos em cooperação com os Centros de Saúde, como sabem, vai começar um processo de vacinação e estamos a fazer isso. Vamos ter uma reunião com todos os Presidentes de Junta, para ver se nós conseguimos que em todo o concelho, o processo de vacinação seja mais próximo dos cidadãos com a Câmara Municipal, com as Juntas de Freguesia e com os Centros de Saúde. Queremos que a vacinação seja feita nesses locais. Pediram, ainda, mais uma cooperação, e a verdade é que não conseguimos encontrar solução, que era, nós podermos criar um espaço físico para fazer o atendimento às doenças respiratórias. A verdade é que estamos à procura, ainda não foi encontrado o, município não tem nenhum espaço disponível, para o efeito, é verdade nenhum espaço físico, é uma preocupação! Porque separar os doentes que apresentam suspeitas de uma qualquer doença respiratória e neste período de outono/inverno, vão aumentar, mas não há espaço físico. Mas, ainda assim, mostrámos disponibilidade para essa cooperação, porque sabemos que nas comunidades as soluções devem ser encontradas de forma colaborativa e não por oposição. -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela CDU; -----

Ainda, sobre a questão da saúde, a membro desta Assembleia, Isabel Seixas, mencionou algumas especialidades, nomeadamente, Nefrologia e se há consulta de Nefrologia, para mim, é uma novidade completa, duvido seriamente. Há aspetos inquestionáveis, um deles é que a diversidade de consultas aumentou. Mas, também, há aspetos de retrocesso nas consultas de Reumatologia, que antes tinha consultas em Chaves, deixou de ter, e também outras especialidades, penso que talvez por causa da pandemia. Talvez tenham reduzido por causa da saída a tempo parcial de médicos. Uma das questões que não foi, aqui, levantada pelo senhor Presidente da Câmara, mas penso que terá sido objeto de discussão, prende-se com dois aspetos: Um diz respeito à questão do acelerador linear para a radioterapia no hospital? Este acelerador, penso que já ultrapassou o prazo médio de validade e o que é que vai acontecer? A reivindicação de há muitos anos, é de que haja um segundo acelerador para poderem funcionar em conjunto e suprir as avarias que são bastante frequentes, com enorme prejuízo para os doentes. Quando vier o segundo, se é que vem, já vem substituir o primeiro e vamos continuar só com um. A questão essencial é, e eu vou dar três exemplos concretos, o senhor Presidente da Câmara, não sei se confundiu, penso que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

sim, o que é que aconteceu? Com os concursos que abriram agora, e que demagogicamente, mas não é só este Governo, o anterior também fazia a mesma coisa, são concursos para colocar os especialistas recém-formados que já estão nos sítios, e que não acrescentam gente nova aos Hospitais. Porque as pessoas que são contratadas, sobem de escalão, mas mantêm, no essencial, as funções que estavam a desempenhar, com uma agravante, no serviço de Hematologia, tínhamos falta de especialistas, temos necessidades, o Governo entendeu que não abria vaga, tinham sido pedidas duas, o que é que vai acontecer no serviço de Hematologia, do Centro Hospitalar, vai perder um profissional que está a trabalhar neste momento e que vai sair para ganhar vaga noutra Hospital, mas nós não temos lista de espera. Mas passemos para o serviço de Neurologia, lista de espera, especialista recém-formado no serviço a querer ficar no Hospital, o Governo não abriu vaga. Mas passemos para a Urologia, serviço que abre os noticiários todos com a lista de espera que, aliás, já foi reduzida de forma significativa nas patologias mais importantes, não há vaga, não é fácil continuar a aguentar os hospitais do interior, quando as políticas se ficam muito no que se diz e muito pouco no que se faz. A questão das vagas carenciadas encheu os telejornais, há dois ou três anos, sabem quantas vagas carenciadas houve para especialistas no Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, oito. Sabem o que é que isto dá? Quando num Centro Hospitalar que tinha que ter vinte vagas, só abrem oito vagas? Depois estão uns a trabalhar e ganham mais 800 euros, do que os outros que estão ao lado? Penso que não há seriedade na forma como se estão a resolver estes assuntos. E, portanto, vamos ouvir e nós registamos. Percebo o interesse do senho Presidente da Câmara, nestas conferências com o Ministério da Saúde, estamos a aguardar que na próxima Assembleia Municipal, que é daqui a mais de dois meses, as reivindicações se venham a efetivar. É indispensável que se volte a levantar a voz da CIM, dos Presidentes de Câmara, aliás, isso, às vezes, é dito nas entrelinhas pelo próprio poder da Administração Hospitalar, é preciso que a pressão política das Assembleias das Autarquias, seja feita, porque, nitidamente o Centro Hospitalar, está outra vez a ser um parente pobre da saúde do país. Isto não é demagogia, acreditem que é rigorosamente verdade. A Unidade de Cuidados Paliativos em Chaves, é importante, até num aspeto que não foi focado, é que se for feita no hospital, no internamento, é gerida pelos médicos do hospital, e serve que população? A população do Centro Hospitalar, porque os que entram na da rede nacional, podem ir fazer cuidados paliativos para 200 quilómetros de casa, era tão importante, isso! Continua empancada. São estes aspetos em que parece, às vezes, que falta poder dos Conselhos de Administração e falta poder de pressão política, porque há coisas a mais que são muito prometidas e não cumpridas. Já vi abrir garrafas de champanhe pelo segundo acelerador linear há três anos, ainda nem as obras começaram e demoram pelo menos um ano a ser feitas, mas não vão ser feitas, pelos vistos! -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----
Relativamente às questões que o membro desta Assembleia, Manuel Cunha, colocou, e, aproveitou no que diz respeito a algumas das especialidades que, porventura, possam ser melhoradas, se me quiserem fazer essas sugestões, porque nós não sabemos, muitas vezes, se houve uma afetação menor ou maior do recurso, se quiserem partilhar com o Presidente da Câmara, o Presidente da Câmara tem, pelo menos, a capacidade de perceber o problema, de o resolver não sei. Agora, se quiserem partilhar connosco, designadamente esta questão de que houve uma diminuição das primeiras consultas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

A mim preocupa-me, porque é a acessibilidade que está em causa, significa o quê? Que as pessoas que estavam a ser seguidas, continuam a ser acompanhadas, mas os novos doentes não vão ter resposta aos seus problemas de saúde, portanto, fica esta nota. Relativamente a algumas das questões concretas, ajudem-me com questões concretas, porque se não forem concretas, depois é difícil fazermos a sua defesa. Portanto, aqui fica este apelo para questões concretas. Certamente, há, aqui, profissionais que trabalham na Unidade Hospitalar de Chaves, se quiserem partilhar comigo, partilhem por email: nuno.vaz@chaves.pt, é simples, para que possamos depois discuti-las naquelas reuniões que são feitas para que essa questão possa ser partilhada. Reconheço que o acelerador linear não foi falado por mim, o que eu falei, foi o da ressonância magnética, essa sim eu falei! Para mim esse assunto já estaria tratado, pensei que já estaria numa fase mais avançada. É uma questão importante, é para colocar em Vila Real, nem é para colocar em Chaves. Mas é importante, e eu reconheço a importância, na dimensão da Oncologia, é importante, desde já fica registado que na próxima reunião será levantada essa questão. Relativamente, e não disse há pouco, espera-se que durante o mês de outubro, nós tenhamos pela primeira vez no Hospital de Chaves, a ressonância magnética, esta decisão, ainda que com todas as questões que possam ser suscitadas, fica esta nota de investimento, seja ele porque via for, seja direto ou por contrato, fica essa noção em concreto. Senhor membro desta Assembleia, Manuel Cunha, não falei dos recursos humanos, nem das vagas previstas, eu falei de assistentes operacionais e de assistentes técnicos, só. Não falei dos especialistas e, não falei dos concursos, não falei disso, não fui eu que falei. Eu falei, apenas, do reforço de recursos humanos, de enfermeiros, de assistentes operacionais e de administrativos, que foram feitos de forma excepcional por causa do Covid e que permitiu, nalguns casos, fazer contratações sem concurso, foi só. Disse que não sabia, se esses que viram, agora, os seus contratos prorrogados, se os vão manter ou não, foi só. Não falei de médicos, contrariamente ao que o membro desta Assembleia, diz, curiosamente, o Conselho de Administração, ficou incomodado por eu ter feito “queixa” à senhora Ministra. E, portanto, se queriam a minha ajuda, até podiam ajudar-me a dar argumentos, mas não. Mas de qualquer das formas, fica anotada essa questão. Fizemos um desafio que eu, há pouco, não partilhei, que é, em vez de sermos nós que andamos aqui tipo Sherlock Holmes, a tentar compilar informação nos vários Sites, falando com vários profissionais, agregando informação para que nós possamos saber, e aí, uma palavra de apreço ao meu chefe de gabinete, para nós termos informação, para sabermos quais são os que estão a evoluir bem ou os que estão a evoluir mal com o sistema dos semáforos, não é nas consultas, nas primeiras consultas, nas cirurgias, nas várias especialidades, naquilo que foi feito e naquilo que não foi feito, temos um registo disto, temos para memória futura. De qualquer das formas, alguma da informação que nós demos, disseram que estava desatualizada. Então, nós lançamos um desafio, partilhem connosco a informação em vez de sermos nós a andarmos à cata dela, e já agora, partilhem connosco uma coisa fácil, que são os recursos humanos. Digam-nos claramente qual tem sido a evolução dos recursos humanos por todos os grupos e permitam-nos outra coisa, afetem-nos por Unidade Hospitalar, ainda que seja parcialmente, ou seja, pode haver um recurso humano a pedir 20 horas na Unidade A, 30 horas na Unidade B, façam isso. Ficou o desafio, esperemos que seja concretizado. Porque vai ser uma das questões que nós vamos abordar na próxima reunião. É essa informação que nós precisamos, saber não só sobre os recursos humanos, não só sobre a atividade assistencial, mas também com a atividade cirúrgica, queremos saber tudo isto. Portanto, é essa a mesma intenção. Depois dizer, nós gostaríamos, e esse foi um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

pedido, que se incrementasse o número das vagas carenciadas. É claro que isso, gera uma situação de alguma injustiça, os que estão cá, têm uma remuneração, os que vêm de novo, têm uma remuneração superior. Mas isto, só se resolve quando, e perdoem-me esta minha frontalidade, quando a Ordem dos Médicos, tiver uma postura diferente, a sério! Desculpem, eu acredito em duas coisas e vou dizê-lo aqui e reafirmá-lo, já o disse à senhora Ministra, e já o tinha dito à anterior. Primeiro, eu só acredito no incremento substancial de qualidade, quando nós separamos público/privado. Quando quem presta serviço no público, não possa prestar serviço no privado. Acredito, convictamente, num Sistema Nacional de Saúde com profissionais em exclusividade, com melhor remuneração e uma progressividade inerente, intimamente ligada à produtividade! Considero, que a segunda solução passaria por uma alteração do paradigma, ou seja, acabar com a concorrência desleal entre o público e privado o privado a ser alimentado, criado, em grande medida, pela ADSE e por outros serviços convencionados. Não pode haver concorrência desleal, eu não posso ir a um serviço de urgência e pagar 4 euros, porque tenho a ADSE, e vou a uma porta ao lado e pago 20 euros. Isto não é possível, tem que se resolver isto. Posto isto, considero também que a Ordem dos Médicos tem que adotar, mais vezes, o papel de defensor dos doentes e não apenas o defensor dos médicos. -----

António Manuel Pires de Almeida, pelo **PS**; -----
Bom dia, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor secretário da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores vereadores, ilustres membros desta Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Senhor Presidente da Câmara Municipal, no mapa que nos apresentou referente à atividade Municipal, constava que no dia 10 de setembro, teve uma reunião de trabalho com a Administração da Super Bock Group, foi uma reunião que gostaria que o senhor Presidente, partilha-se connosco, com esta Assembleia, porque há um descontentamento generalizado sobre o encerramento do Parque de Vidago. As gentes de Vidago, estão a sentir-se injustiçadas. O critério de equidade, em relação ao Parque de Pedras Salgadas, é motivo de desagrado. Gostava que o senhor Presidente, fizesse o favor de partilhar connosco o resultado dessa reunião e eventualmente estar preparado ou estarmos preparados para o movimento de contestação que possa surgir com esta medida, arbitrária tomada pelo Conselho de Administração da Super Bock Group. Se numa primeira fase se entendeu como justificado o encerramento do parque, hoje pensamos que isso não se justifica nem se justificará. É esta a pergunta que eu tinha para fazer. Muito obrigado. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----
Renovo os cumprimentos. De facto, o tema merece aqui alguma partilha, pelo menos de informação. De facto, havia uma preocupação, relativamente à possibilidade de acesso e de utilização do parque do hotel que foi manifestada algures no início do Verão. Foi manifestada essa preocupação. À data, contactámos com o diretor do hotel, e o diretor desta operação disse-nos, é por razões sanitárias, por questões de saúde pública, que o hotel estava fechado. Como sabem, ficou fechado durante algum tempo. Mas a verdade, é que a grande argumentação foi por razões de saúde pública. Tinha, que estar vedado o acesso. Insistimos nesta questão antes de férias, antes do mês de agosto, quisemos reunir com o Conselho de Administração, não foi possível, só foi possível no dia 9 de setembro de 2020, eu e o senhor Presidente da União das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

Freguesias de Vidago, Rui Branco, fomos à sede da Super Bock Group, ao Porto, e fomos falar com um dos seus administradores que se chama Cláudio Rodrigues Mateus. De facto, as questões que nós lhe colocámos foram exatamente essas que o membro desta Assembleia, António Pires de Almeida, aqui colocou. Designadamente, esse sentimento de injustiça e de desigualdade relativamente ao Parque das Pedras Salgadas, foi uma das questões que nós colocámos. Outra questão, é o sentimento de pertença, de memória das populações de Vidago, relativamente ao seu parque. E, portanto, este sentimento de injustiça e de algum tratamento discriminatório a que a população de Vidago, sentia e estava a ser alvo. E, portanto, foi isso que nós lhe fomos dizer. Falámos também das questões relacionadas com a importância que o parque tem para a vila de Vidago, sabermos bem a importância que tem em termos socioeconómicos pelo número de postos de trabalho que emprega diretamente, também contribui indiretamente para a relevância em termos turísticos que tem para Vidago, que tem para Chaves, eu diria, mesmo, que tem para a região. Sabemos todos da importância que aquele complexo formado pelo Hotel Parque e o campo de golfe têm para esta região. Sabemos todos disso. E sabemos, também, a importância que tem, sobretudo, para a imagem do nosso território, seja para os aquistas, seja para aqueles que já fazem as rotas da ecovia, designadamente, aqueles que fazem a Rota da Água e que são alguns espanhóis e de outras nacionalidades que têm um ponto de procura e referência numa das fontes situadas no parque. Foram estas questões que nós fomos suscitar à Administração, com bastante veemência e que nos preocupavam. Na verdade, é que se fomos preocupados, viemos, ainda, mais preocupados. O que é que nos foi dito? Foi-nos dito que verdadeiramente, as razões que levaram ao encerramento do parque, tinham a ver com razões de saúde pública, mas que, ainda, tinha a ver com a proteção, sobretudo, dos seus hóspedes, mas que isso, ainda assim, tinha feito com que a quebra de turistas que se hospedaram em Vidago, foi brutal. Disseram, que estavam com um prejuízo acumulado de milhões de euros e que a situação era de tal forma grave e preocupante que estavam a ponderar encerrar a atividade para o próximo ano. Este Administrador, disse-nos que quando foi contratado para o Grupo, que a sua missão era tornar sustentável aquele complexo hoteleiro, era começar a ter equilíbrio nas contas, como sabem a operação sempre foi negativa em mais de 1 milhão de euros por ano, a verdade é que o seu funcionamento estava posto em causa, e que, de facto, neste momento, tinha muitas dúvidas sobre a viabilidade da operação, e disse-nos mais que teriam todo o gosto e todo o prazer em permitir o acesso ao parque, e que entendem e concordam connosco que, de facto, o parque é importante. Têm conhecimento desse sentimento de pertença, apesar de ser privado como toda a gente sabe. O parque não é público, o parque é privado, é propriedade deste Grupo que é a Super Bock Group. Têm, naturalmente, aí, um conjunto de compromissos históricos com a população, há uma identificação e uma apreensão, pelo menos, em termos de memória das populações da zona de Vidago e da Ribeira de Oura. Isso é evidente, e nas palavras deles, pelo menos nos termos que nos foram comunicadas, querem partilhar isso com todos. Mas dizem-nos e ficaram de nos dizer, se eu, eventualmente, cometer alguma imprecisão ou, porventura, disser tudo, depois convidava o senhor Presidente da Junta, Rui Branco, a vir aqui e a completar alguma informação que eu, porventura, a tenha dito de forma errada ou tenha sido insuficiente. Na altura, no final deste mês ou início do próximo, estariam a ponderar se dariam continuidade ou não à atividade do hotel. Portanto, no decorrer dos meses de outubro, novembro e dezembro fariam uma reflexão sobre o encerramento ou não para o próximo ano. Todos sabem, também, que alguns dos trabalhadores temporários do hotel e do complexo foram dispensados. Os contratos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

não foram renovados. Isto, penso que é do conhecimento das gentes de Vidago. E, portanto, isso gerou em nós uma enorme preocupação. Foi-nos dito, também, em resposta à pergunta que eu lhes coloquei, que foi: O Grupo está a preparar-se para vender o hotel? Diz-se por aí que este Grupo quer vender o hotel e quer concentrar-se apenas na cerveja e na água. Responderam que não, que isso não era verdade, que não pretendiam vender e que continuam empenhados na recuperação do hotel. Foi-nos dito que o processo estava, e era muito, muito crítico. Quanto à questão das Pedras Salgadas, e à aparente discriminação, o que nos foi dito foi o seguinte: Que o Parque das Pedras Salgadas, não pode ser fechado, porque é aberto, porque é atravessado por uma estrada, porque tem moradores, porque tem acessos para outras localidades e para outros moradores, e, portanto, nós só não fechamos o Parque das Pedras, porque é fisicamente impossível. Não há nenhum tratamento discriminatório. Até me disse mais, eu vou partilhar com vocês, que o parque verdadeiramente importante é o de Vidago. O que tem verdadeiramente muita utilização e muitos utentes, é o de Vidago, porquê? Ele disse que o Parque das Pedras Salgadas, era um local de passagem, e que, de facto, também o número de turistas não suscitava grande preocupação. Mas a razão pela qual não está fechado, é apenas porque não pode ser vedado fisicamente. Perante esta argumentação eu não consegui contrapor nada e o senhor Presidente de Junta, também não, porque isso é verdade. Tem moradores atrás. Se é mentira, eu digo que é mentira, não sei, mas é local de passagem? Tem acesso a particulares? E não tem vedação? Pronto, se isto é verdade e nós temos que nos confrontar com a verdade e com a mentira. Mas atenção, eu não vim preocupado com a questão do encerramento durante mais dois ou três meses, isso não me preocupou, porque eles disseram: se a situação evoluir favoravelmente nós daqui a um mês abrimos o parque. Eu vim de lá preocupado com outra coisa, que é, imaginem que suspendem a atividade do hotel? Ainda se lembram quando o hotel esteve em obras, alguém se lembra? Eu acho que Vidago se lembra! Imaginem que este Grupo, entende suspender a atividade durante 6 meses, fazem um “layoff” tradicional, por exemplo, ou outra coisa qualquer, isso vai ser terrível para Vidago e terrível para Chaves, na minha opinião, sinceramente. Nós ainda argumentámos com a questão de que havia um contrato escrito com a Junta de Freguesia de Vidago e de Oura. Sabem uma coisa? Ele existiu, mas foi denunciado em 2010, eu até o trago aqui, para nós podermos olhar para ele. ----- Houve um protocolo que foi assinado em 19 de junho de 2007, com quatro exemplares, os outorgantes foram Vidago Melgaço e Pedras Salgadas, e assinaram, designadamente: Pires de Lima, conhecido por muita gente, o doutor João Batista, Eduardo Júlio Alves Brás e Raul Fernandes Salvador. Este contrato foi assinado e dizia: *“Contrato válido por 3 anos renovável automaticamente se não for denunciado por nenhuma das partes no prazo de 30 dias”*. Sabem o que é que aconteceu a este contrato, foi denunciado em 2010, portanto, desde 2010 que não há protocolo. Vamos agora então para o conteúdo, para as cláusulas, para as obrigações e para os compromissos que tinha este protocolo. Eu, até, trago aqui uma síntese, porque já sabia que me iam colocar esta pergunta. Mas pensei que era o PSD, não pensei que era o PS! Vamos ver o compromisso. *“Compromisso contratual entre a UNICER, Município de Chaves, Junta de Freguesia Vidago e a Junta de Freguesia de Oura, celebrado em Vidago no dia 19 de junho de 2007, compromissos assumidos “Permitir o acesso racional e equilibrado às pessoas ao Parque de Vidago, salvaguardando sempre, os princípios da proteção ambiental e segurança”*, mesmo que o contrato estivesse em vigor, bastava invocar a questão da segurança para que fizessem a suspensão do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

acesso. Segunda questão *“Garantir condições especiais de acesso ao Campo de Golfe de Vidago, aos residentes de Oura e de Vidago”* -----
Terceira *“Manter a tradicional política de acesso gratuito às Fontes Termas do Parque de Vidago, por parte dos residentes de Vidago e de Oura”* -----
“20 mil euros, por ano à Freguesia de Vidago e de Oura”. -----
Este contrato válido por 3 anos, como já disse, foi denunciado, significa que desde 2010, não há contrato, foi denunciado pela Vidago Melgaço e Pedras Salgadas. Portanto, neste protocolo a Unicer” *compromete-se de forma genérica a desenvolver esforços para a instalação pela Câmara Municipal de Chaves, de um Balneário Termal que já existe em Vidago. O qual não poderá utilizar o nome que incluía a designação SPA*” isso está vedado, não pode, é importante ler os contratos, *“Que complemente a oferta da Unicer”*. Ou seja, toda a atividade Termalista do Balneário Pedagógico Termal de Vidago, tinha que ser complementar, portanto, sempre para além daquilo que a Unicer, poderia fazer. A seguir *“competia à Unicer, criar as condições para o fornecimento de água para tais fins termas de acordo com a disponibilidade das mesmas”*, se tivesse água fornecia, se não tivesse água não fornecia. *“O Balneário Pedagógico de Investigação e Desenvolvimento de práticas termas de Vidago, tem como objetivo propiciar aos Termalistas, tratamentos que permitam a recuperação e manutenção de condições físicas para alcançar um estado de plena satisfação”* digamos que isto é a sua missão. No contrato que foi feito entre o Município de Chaves e a Vidago Melgaço e Pedras Salgadas, por causa do fornecimento da água, porque sem água não há balneário e o balneário tem uma função complementar, relativamente, ao balneário do concessionário, o concessionário Vidago Melgaço e Pedras Salgadas, é agora a Super Bock Group, o que é que acontece neste protocolo, *“O Município Chaves e na altura o que é que foi acordado? Foi acordado que este contrato valeria durante 20 anos, e que a Vidago Melgaço e Pedras Salgadas, ficaria obrigada a fornecer no máximo 30 metros cúbicos de água por dia na época alta, salvaguardando sempre as limitações que possam ocorrer no Sistema aquífero e hidromineral. Se houvesse água, fornecia, se não houvesse água, não fornecia, isto em linguagem muito comum. Depois “o fornecimento dependerá sempre das disponibilidades da Vidago Melgaço e Pedras Salgadas, a prioridade da utilização é sempre, em caso de escassez, da Vidago Melgaço e Pedras Salgadas”*. O preço que a Câmara paga, e paga ainda, por causa da água que é fornecida, é 2,20 euros o metro cúbico, é o preço que a Câmara paga neste momento à empresa. O preço equivale ao somatório da taxa de exploração cobrado pela Direção de Energia e Geologia e de uma taxa cobrada pela Junta de Freguesia de Oura. Fiquei a saber que Oura, afinal, ainda recebe qualquer coisa por causa disto, não sei se é verdade ou mentira, é o que lá está escrito. A Câmara paga uma taxa pela água que lhe é fornecida, 2,20 euros que ainda remunera parte de uma taxa de utilização por causa da passagem das condutas no território que fica na Freguesia. Agora, o que eu pedia a todos, a todos os membros desta Assembleia Municipal, que refletissem, se entenderem que a solução é nós tomarmos uma posição pública de censura, de crítica à Super Bock Group, no sentido de criticar as decisões tomadas, com isso, na minha perspetiva, estarmos a danificar também a imagem da Região. Porque, estamos a dizer ok, há aqui um problema, não vamos dizer que não há problema nenhum, e a Super Bock Group, vem dizer, não há um problema de saúde pública, portanto, na prática estamos a vender problemas, esta é a minha ideia. Segunda questão, se esta Assembleia, entender, se todos entenderem que é vantajoso em termos negociais, nós fazermos uma posição conjunta, da Junta de Freguesia, da Câmara Municipal, da Associação Vidagus Termas, de todos os empresários, uma posição pública de censura a esta conduta, e como nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

sabemos que não é ilegal, porque não há nenhuma obrigação. Mas, ainda assim, há alteração daquilo que eram as práticas históricas, nós estaremos na linha da frente, se entendermos que isso é vantajoso, mas devemos ponderar bem se isto ajuda ou não ao processo de recuperação. Se isso é vantajoso, em última análise, para os de Vidago e para os de Chaves, se for útil para todos, fá-lo-emos com certeza. Fica só esta reflexão que é uma reflexão conjunta. -----

O Presidente de Junta da Freguesia de Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paranheiras - **Rui Manuel Branco Rodrigues**; -----
Senhor Presidente da Mesa, senhora e senhor secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, caros colegas Presidentes de Junta e senhoras Presidentes de Junta, membros desta Assembleia, comunicação social. Relativamente a este assunto, e o senhor Presidente acho que foi bastante claro sobre esta situação, nós falámos no caminho sobre quais as melhores medidas que devíamos tomar, depois daquela reunião e, sinceramente, vim de lá muito preocupado com o que está a acontecer. O Parque e a operação do Vidago Palace, encerraram como têm conhecimento no início de março. Reabriu o Parque para o acesso dos golfistas em maio, no início de maio os golfistas puderam começar a utilizar o Campo de Golfe e isto porque a Direção-Geral de Saúde, permitiu que o Golfe seria uma daquelas atividades desportivas que podia iniciar a sua atividade. No dia 26 de junho, o Hotel Palace, abriu o seu funcionamento com algumas limitações mesmo a nível do SPA, porque as normas são muito exigentes, e por isso com algumas restrições, muitas! Eu, individualmente, se quiser ir ao Vidago Palace, tomar um café, almoçar, ou jantar desde que seja por marcação, o acesso está garantido, bem como os Termalistas que estão a usar o Balneário Termal, explorado pela empresa municipal, também podem fazer a toma da água. Isto de uma forma muito, muito clara é isto que está a acontecer. O certo é que Vidago, é muito procurado. Em relação ao acesso ao Parque de Vidago, tenho a dizer que há muita gente a parar naquele portão para aceder ao Parque, não só a população que o quer usufruir, mas, também, todos aqueles que passam na nossa região e passam com um destino, visitar o Vidago Palace, que tem sido ao longo destes anos um dos ex-líbris, de que nos orgulhamos, não só para Vidago, para o Concelho e mesmo ao nível do Alto Tâmega. Quando estamos a falar de promoção, se repararem, o Hotel tem que aparecer, é quase obrigatória, porque ter um hotel de cinco estrelas daquela qualidade é muito bom. Mas quando nós ouvimos da parte de uma administração que os valores que se comentam e o senhor Presidente, falou em cerca de um milhão de euros negativos na operação, mas creio que são valores superiores, muito provavelmente entre os dois e três milhões de euros que a operação é negativa ao longo destes anos. E quando chegamos a uma situação em que a maior perda que a hotelaria teve, não foi só a nível da restauração, mas também a nível das dormidas, embora no nosso destino, creio que até houve um incremento, um grande crescimento e os números falam por si. Tivemos ontem a Assembleia-geral, presidida pelo engenheiro Vítor, da Vidagus Termas, estivemos a fazer a análise das visitas e o certo, é que a procura do destino aumentou, principalmente, nos meses de julho, agosto e setembro. Esta situação que a Administração pondera em poder equacionar toda a operação, é muito preocupante, não podemos esquecer que o Hotel Palace, dá e traz para Vidago, muito, muito negócio à restauração de Vidago. Tudo o que anda à volta daquilo que é a economia turística de Vidago, depende muito, eu não digo a 100%, mas ter aquelas portas fechadas e ter aquele hotel fechado, será um desastre total para a nossa economia. No seguimento dessa mesma reunião e conversando com o Senhor Presidente, sobre isso. Na minha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

opinião como Presidente de Junta, e assumo aqui essa posição, nós, neste momento, deveremos ter alguma cautela com as posições públicas que possamos vir a tomar sobre este assunto, nesta fase. Vamos aguardar por aquilo que nos vai ser transmitido até aos meados do próximo mês relativamente ao acesso ao parque. O próprio Grupo, comprometeu-se até ao final deste mês, e hoje, é o último dia do mês em que eles irão internamente tirar as suas conclusões sobre a questão da operação Vidago Palace. A seguir, iremos ter que tomar as posições que acharmos necessárias. Não, podemos esquecer uma coisa que é muito importante, e isso ficou registado para sempre. Quando falamos em fazer movimentos, ir para a entrada do portão, mobilizar a população, não se esqueçam daquilo que aconteceu quando a água de Vidago, foi para as Pedras Salgadas, para ser engarrafada na fábrica das Pedras Salgadas. Houve, uma reunião no salão Nobre dos Bombeiros de Vidago, em que muitas das situações que lá foram abordados, eram situações pessoais, e quando chegou o momento de ir para a rua, ninguém foi. E a água foi para as Pedras Salgadas, e perdemos uma riqueza que tínhamos na nossa Freguesia, a fábrica estava implantada na Freguesia de Oura, mas estamos a falar de uma Ribeira de Oura, em que os postos de trabalho, que supostamente, teriam que ser sempre garantidos, não foram. A partir do momento em que as pessoas começaram a chegar à idade da reforma, as pessoas que continuaram tiveram que ir para as Pedras Salgadas e as que foram contratadas foram do Concelho de Vila Pouca de Aguiar. Portanto, quem ficou a perder foi o Concelho de Chaves, quem ficou a perder, foi a população de Vidago. E, nesta fase, com esta informação que nós tivemos acho que, devemos ser ponderados, ter algum cuidado naquilo que vamos fazer, ter em atenção que devemos, também, ouvir a outra parte. Porque a grande perda que o Palace Hotel, teve foi ao nível dos eventos, porque no que diz respeito à parte das dormidas, eles também tiveram um ligeiro acréscimo no mês de agosto, mas no que diz respeito aos eventos, e como sabem, o hotel recebeu o prémio de melhor hotel para casar no mundo, essa notoriedade provocou uma grande procura em termos de clientes, e estamos a falar em clientes de média-alta que traz muito dinheiro para Vidago, e que dá movimento também à economia. Portanto, na minha opinião, e assumo mais uma vez, repito, na qualidade de Presidente da União das Freguesias, devemos ser ponderados e aguardar. Outra informação que nos foi dada e que também é importante, o hotel não era para abrir, ponderaram seriamente em poder manter o Hotel em “layoff”, conforme a necessidade e conforme o governo mantivesse esses apoios. Abriram-no no sentido de tentar perceber qual era a melhor solução em termos da operação, é certo que a Super Bock Group, tem uma responsabilidade com Vidago e Pedras Salgadas, porque temos que falar também da concessão da água, não é? Se voltarmos um bocadinho atrás, e é certo que este contrato que foi rescindido, deixou ter validade, mas o certo é que há uma concessão que tem mais de cento e poucos anos, e essa concessão tem que ser vista e analisada. Nesse sentido, nós também estaremos disponíveis com a Câmara, com a população, com todos, para conseguirmos encontrar a melhor solução. Mas nesta fase vamos ter algum cuidado com aquilo que dizemos e com aquilo que afirmamos publicamente. Obrigado. -----

Eduardo Júlio Alves Brás, pelo PS. -----

Senhor Presidente da Mesa, vou ser muito breve. Vou falar da concessão da água. A Super Bock Group, tem responsabilidades, porque a concessão da água obriga-os a ter uma unidade hoteleira aberta e em ter o SPA Termal aberto. Porque, caso contrário, se fecham o hotel ou fecham o SPA, ou seja, o Balneário Termal, também podem perder a concessão, isto dito pelo doutor Ricardo Sá Fernandes, que nos ajudou a fazer esses



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

protocolos de que hoje se falou. E, ainda, houve um outro protocolo que foi negociado nas costas da Freguesia de Vidago e da Freguesia de Oura, mas isso é outra questão. O doutor Ricardo Sá Fernandes, pode ajudar-nos a resolver o assunto, se eles avançarem com a ideia de encerrar, porque com a concessão da água eles têm obrigações, não têm só benesses. Era só isso que eu queria dizer. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----
Sobre esta perspetiva, e naquilo que já foi sendo a intervenção do Presidente da Junta e do membro desta Assembleia, Eduardo Brás, é preciso ter alguma ponderação e alguma sensatez, sobre esta matéria. Não podemos tomar esta posição de que eles têm as obrigações da concessão, essas também são alteráveis, e, portanto, essa visão unilateral que tudo tem a ver com a concessão da água e que os obriga a fazer tudo. Como sabem, é possível suspender durante uns tempos, ou seja, eles poderão ter argumentos, agora, por causa da pandemia para terem a atividade suspensa durante um ano. Se, a tiverem suspensa durante um ano, qual é o impacto económico para a população? Nessas condições, não implica de imediato o resgate da concessão. É preciso, ter a noção que a concessão hidromineral, a concessão da água natural, é um argumento que nós podemos usar, mas é um argumento que nós temos que usar no limite, sempre. Eu acho que nós temos que, em qualquer processo de negociação, vendo agora qual é a posição que o Conselho de Administração, toma ou vai tomar por estes dias ou já tomou, se, de facto, mantém ou não mantém a unidade hoteleira a funcionar. E a seguir num processo negocial crescente, eu sou daqueles que defende que os processos negociais não se podem começar pelo fim, não podemos usar o argumento principal e depois vir recuando, não! O que nós temos que fazer é, nós temos que defender em conjunto aquilo que é o interesse de Vidago, e o interesse de Chaves, não é só de Vidago. Há pouco atrevia-me a dizer que quando nós olhamos para uma coisa que fica no território, o território é o Concelho, não é apenas Vidago. O que acontece em Travancas ou em Soutelo ou em Soutelinho é do Concelho. O que acontece em Vidago, agora, também nos preocupa, e portanto, temos de ter esta visão que é o todo que interessa e não a parte, o todo interessa muito, e todos nós temos a noção clara da importância, da relevância não só económica, social e de emprego, mas até a dimensão simbólica. Nós temos no território aquela joia da coroa, aquele parque, eu acho que é excecional aquele hotel, o campo de golfe, a água, enfim, já se perdeu a questão da captação e do engarrafamento de água de Vidago, acho que foi a principal perda, o que na minha opinião, sinceramente, até hoje uma das coisas que mais afetou a atividade, e na minha dimensão, foi a perda, essa sim, era absolutamente decisiva. Aliás, não é por acaso que a Super Bock Group, só põe em evidência a água das Pedras, a Vidago quase não se consegue no mercado, quase não existe a Vidago, nós para comprarmos Vidago para os eventos, temos sempre alguma dificuldade, e já perceberam que nós, sempre que há eventos institucionais da Câmara Municipal de Chaves, o que é que lá está? A água de Vidago! Não sei se têm notado, sempre há água de Vidago ou água de Campilho, não temos água das Pedras, porquê? Porque entendemos que é importante esta dimensão simbólica. Agora, queria pedir a todos, e também à população de Vidago, aqui através dos seus porta-vozes, que olhem para esta questão de uma forma ponderada e equilibrada e que nós façamos as medidas extremistas que tiverem que ser feitas no momento adequado. Não temos medo de as tomar. Tenho medo, é que seja contraproducente e que venha a afetar quem nós queremos defender. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 4 – 30/09/2020

António Manuel Pires de Almeida, pelo PSD; -----
Vou ser muito breve. Já, aqui, foi referido o contrato de concessão da água de Vidago, que implica compromissos e obrigações. É bom recordarmos que recentemente com a permissão do transporte da água para as Pedras Salgadas, esta medida teve um grande prejuízo para Vidago. Esta medida anulou muitos postos de trabalho e acabou por desvalorizar o ativo principal que é a água, que neste momento está a ser engarrafada ou retirado o gás da água de Vidago para as de Pedras Salgadas. O grupo, teve benefícios indiretos com esta decisão unilateral, e muito por culpa do executivo do PSD, que no momento liderava a Câmara. Houve um documento que foi assinado com o objetivo de requalificar o parque, mas permitindo que este facto acontecesse. Hoje, é uma consequência dessa decisão muito gravosa para a Freguesia de Vidago. Na altura foi chamada à atenção para esse facto, mas foi ignorado. É bom que estejamos de acordo, temos que ser ponderados, porque o momento é de muita dificuldade para todo o turismo e, sobretudo, para o turismo de topo que o Hotel Palace representa. Nós temos que estar conscientes de que as medidas têm que ser adequadas para aplicar na hora própria. Só estou a alertar e quis fazê-lo, porque pode, eventualmente, vir arredondar nalguma situação de contestação. Isto é para evitar que aconteça, queria alertar este órgão que é a Assembleia Municipal, para o descontentamento que graça em Vidago. Era só isto. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Logo de seguida, por volta das treze horas e vinte minutos, foi interrompida a sessão para o almoço, sendo os trabalhos retomados às quinze horas. -----

PONTO 3 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO GERAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA E DAS ZONAS DE ACESSO AUTOMÓVEL CONDICIONADO, EM VIGOR NO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 54/GAP/2020. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Boa tarde para todos. Cumprimento o senhor Presidente da Mesa e restantes elementos, os senhores Vereadores, os membros desta Assembleia, senhoras e senhores Presidentes de Junta, comunicação social, público e, naturalmente, uma palavra de apreço para os funcionários da Câmara Municipal que dão apoio a esta sessão da Assembleia Municipal. Temos, neste momento, para apreciação da Assembleia Municipal, uma alteração ao regulamento geral das zonas de estacionamento de duração limitada e das zonas de acesso automóvel condicionado. É sabido que é um regulamento que precisava de alguns ajustamentos, enfim, de algumas precisões e de algumas alterações. É verdade que a principal motivação subjacente a esta iniciativa tem a ver com algumas interpelações que o Executivo Municipal recebeu, designadamente, de alguns comerciantes que manifestaram a preocupação pela falta de rotação do estacionamento condicionado nalgumas zonas da cidade. Estamos a falar, como é sabido por todos, da questão da disciplina de estacionamento, naquilo que são chamadas áreas do centro histórico da área de reorganização urbana (ARU). Portanto, apenas de uma parte daquilo que é a área de influência da cidade. O que se pretende com esta proposta, e já se percebeu claramente que há um conjunto de ruas e de novas artérias que estão incluídas nas zonas de estacionamento de duração limitada. E, portanto, sujeitas ao pagamento. Há aqui algumas alterações. Quem teve a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

preocupação ou a disponibilidade para conhecer o texto, perceberá que há uma proposta inicial de um projeto que foi objeto de discussão pública que previa algumas soluções diferentes, sobretudo, no que diz respeito àquilo que é o tarifário, os preços. No âmbito da discussão pública foram recebidas, sobretudo, duas propostas mais estruturadas, uma da ACISAT e outra da GEMC, que incidiram globalmente sobre os mesmos aspetos, sobre a questão da forma como era construído o preço, também noutro aspeto, a questão que tem a ver com a possibilidade ou não de fazer ajustamentos às áreas de estacionamento de duração limitada. Isto foi objeto de uma apreciação nos serviços técnicos, designadamente dos serviços que têm estas matérias e chegou-se à conclusão que havia um conjunto de aspetos que deveriam ser acautelados, portanto, deveriam incorporar a proposta definitiva. É verdade, que esta proposta, em sede de discussão em reunião de Câmara, foi, ainda, objeto de alguns contributos suplementares o que permitiu que esta proposta tivesse sido votada por unanimidade no Executivo Municipal. Depois, terei toda a disponibilidade para prestar algum esclarecimento suplementar, mas o que se pretende aqui, é, sobretudo, com esta medida incrementar a rotação nalgumas zonas da cidade. Sabemos todos que existem algumas ruas e algumas artérias que têm pouca flexibilidade na rotação do estacionamento. É verdade que os automóveis ficam lá estacionados desde as 8:00h da manhã, às 19:00h, isso cria, como já foi identificado e partilhado pelo conjunto de comerciantes, alguma dificuldade de acesso, não só aos estabelecimentos, mas também aos próprios serviços públicos. E, portanto, o que se pretende, é incrementar a rotatividade no estacionamento, e fazer com que, sobretudo, nestas zonas de mais serviços e de mais estabelecimentos comerciais, possam ter acesso ao estacionamento, outras pessoas que necessitam de estadas mais curtas. A proposta final evoluiu relativamente à inicial, há um incremento no que toca ao valor dos preços. Isto traduz-se basicamente no seguinte: na primeira hora o pagamento é um cêntimo por minuto; na segunda hora é um cêntimo e meio por minuto e na terceira hora são 2 cêntimos, o que equivale a 0,60€, 0,90€ e 1,20€, respetivamente. Fica aqui o compromisso de que esta alteração será acompanhada na sua evolução no que diz respeito à dimensão financeira para percebermos se, efetivamente, em resultado desta proposta há aqui um incremento financeiro substancial, e se, por outro lado, a questão da rotação, aquilo que é o objetivo central dessa proposta, está a ser alcançado ou não. E, portanto, far-se-á uma avaliação semestral daqui a 6 meses, quer na lógica financeira, quer na lógica daquilo que é a rotação, ouvindo designadamente os comerciantes. Relativamente, à questão financeira percebendo se, efetivamente, há um incremento de receita ou se não há. Por outro lado, é preciso dizer que neste caso não há apenas a inclusão de novas áreas, há também a exclusão de uma área. Por exemplo, o parque junto ao Forte São Francisco, que tem cerca de 50 lugares, deixará de ser pago para ser gratuito, porque há ali, de facto, alguma concentração não só daqueles edifícios adjacentes, que muitos deles não têm associado ao próprio apartamento um lugar de estacionamento, mas também, como é sabido, tem uma pressão muito significativa por causa da Escola Secundária Fernão de Magalhães. Portanto, era isto que eu gostaria de partilhar convosco, e convidá-los a votarem favoravelmente a proposta. Para que, com isto, possamos ter uma cidade mais atrativa e mais disponível para receber a todos aqueles que querem comprar no comércio local. -----
Seguiram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

Nuno André Monteiro Coelho Chaves, pelo PS; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

Muito boa tarde a todas e a todos. Renovo, naturalmente, os cumprimentos, cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal, e na sua pessoa cumprimento o senhor secretário e a senhora secretária, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves, senhores vereadores e aproveito para cumprimentar de uma forma particular o vereador Carlos Penas, que se juntou a nós agora da parte da tarde, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, caras e caros membros desta Assembleia, minhas senhoras e meus senhores. -----

“Em relação a esta Proposta de Alteração do Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada e das Zonas de Acesso Automóvel Condicionado, estabelecer aqui um conjunto de considerandos e desde logo, portanto, dizer que desde 1998 ou 1999, não conseguindo precisar concretamente o ano, mas desde essa altura que a Cidade de Chaves adotou um sistema de estacionamento pago à superfície, visando criar rotatividade nos lugares disponíveis na zona mais central da cidade. -----

A regulação do estacionamento nas cidades é, reconhecidamente, uma das principais ferramentas para alterar comportamentos ao nível da escolha modal dos cidadãos; e tem dois objetivos principais - contribuir para um modelo de repartição modal mais equilibrado e para a qualificação do espaço público em contexto urbano. -----

O predomínio pela utilização do automóvel reflete-se, entre outros aspetos, na pressão elevada da procura sobre o estacionamento em várias zonas da cidade, sobretudo no centro histórico, com todas as consequências negativas que dessas circunstâncias resultam, designadamente a desqualificação do espaço público, criação de barreiras à circulação pedonal ou em bicicleta, constrangimentos de trânsito e a maior sinistralidade rodoviária. -----

A tarifação do estacionamento no centro da cidade contribui para uma redução efetiva do número de veículos que estacionam por longos períodos de tempo e, conseqüentemente, induzirá um aumento da rotação de veículos, permitindo-se, deste modo, que as áreas de maior atracção turística e interesse comercial disponham de uma oferta constante de lugares. -----

O atual Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada e das Zonas de Acesso Automóvel Condicionado, na base do qual se têm vindo a instalar novas zonas de estacionamento de duração limitada, se encontrava desatualizado e as sucessivas obras de requalificação e revitalização que o centro histórico tem sido alvo, bem como a crescente evolução da atividade e diversidade de estabelecimentos comerciais instalados nas principais artérias comerciais da cidade, impunham a atualização do referido regulamento. -----

Submetido à discussão pública, foram apresentadas propostas de alteração das tarifas de estacionamento no sentido da diminuição dos valores das tarifas inicialmente propostas; e da penalização da 2.º e 3.º horas relativamente à primeira, privilegiando, nesta justa medida, o estacionamento de duração inferior a uma hora. -----

O Grupo Municipal do Socialista manifesta a sua total concordância com os pressupostos das propostas apresentadas e regista com agrado a postura do atual executivo autárquico, por mais uma vez, demonstrar humildade e abertura para acolher e incorporar contributos. -----

Assim, a proposta de alteração do regulamento estabelece como principais intervenções a organização da oferta de estacionamento, o controlo do estacionamento de longa duração, a reserva de oferta para utilizadores específicos, o incremento da eficácia da fiscalização do estacionamento ilegal no espaço público e a formalização de oferta de estacionamento na via pública. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

Neste contexto fáctico, devidamente diagnosticado e experienciado, mostra-se imperiosa a instituição de uma política de gestão integrada de estacionamento que permita ao Município alterar o paradigma e inverter o predomínio do automóvel individual na mobilidade concelhia, sendo esse o quadro de motivação que incorpora o conteúdo normativo do presente regulamento. -----

A organização da oferta de estacionamento na zona central da cidade constituiu um dos vetores fundamentais da estratégia preconizada, prevendo-se a implementação de zonas de estacionamento de duração limitada e a expansão dessa zona de estacionamento tarifado da cidade, garantindo-se, conseqüentemente, uma acrescida coerência e regulação do estacionamento e a atratividade decorrente da qualificação do espaço público e da imagem urbana. -----

A nova oferta de estacionamento será devidamente complementada com a implementação de sinalização de encaminhamento para os vários arruamentos ou bolsas, onde a oferta será formalizada e com uma maior fiscalização do estacionamento. -----

A instituição de bolsas de estacionamento formal associado às funções residenciais e comerciais constitui, naturalmente, um dos aspetos estruturantes do presente diploma regulamentar, resultante, inclusiva e nomeadamente, da constatação da carência que se verifica no que concerne a esta tipologia de estacionamento. -----

Na prossecução de medidas tendentes à progressiva mitigação e resolução desta problemática, encontram-se previstos procedimentos administrativos especificamente vocacionados que permitirão o estacionamento não tarifado de viaturas associadas a frações coincidentes geograficamente com as zonas de estacionamento tarifado previstas, proporcionando-se, assim, um tratamento diferenciado e de discriminação positiva aos cidadãos que se encontrem nessas circunstâncias, estando esse direito somente dependente da titularidade dos dísticos previstos e contemplados na presente proposta de regulamento. -----

Por fim, dizer que o Grupo Municipal do Partido Socialista saúda a disponibilidade demonstrada pelo executivo para uma posterior avaliação dos pressupostos que levaram à concretização desta proposta, revelando mais uma vez humildade, mas sobretudo transparência e boa fé na gestão autárquica. -----

O PS votará a favor desta proposta.” Muito obrigado. -----

Gonçalo André Nascimento Alves, pelo CDS; -----

Senhor Presidente da Mesa e demais membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal e membros da Vereação, caros senhores e senhoras, renovo os cumprimentos da manhã. O estacionamento pago em Chaves, sofre da situação atual. O ordenamento na Cidade de Chaves, sofre de algumas incongruências, não acompanhou as alterações do trânsito, nem as obras realizadas nos arruamentos, e padece de alguns estrangulamentos. Em junho de 2018, o CDS, apresentou uma moção relacionada com o estacionamento ilegal, pois reconhecia muitos dos problemas existentes com especial enfoque no período do Verão. Depois da proposta apresentada em discussão pública, foi verificado que a proposta de alteração no Verão, impactava em duas áreas essenciais, o tarifário e a zona de limitação de estacionamento de duração limitada. Se em termos da zona delimitação a análise é complexa, em termos de tarifário a proposta, na altura, constituía um aumento de 50% no valor hora do estacionamento de superfície o que implicava um valor superior ao de Braga, Guimarães ou Vila Real. Esta situação era o reflexo real da motivação para esta alteração. Ao aumentar o custo de estacionamento diário de cobrança a proposta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

visava, meramente, em garantir a sustentabilidade financeira da Empresa Municipal. No entanto, recebemos agora a proposta final. É de saudar o recuo em toda a linha por parte da Autarquia, na alteração de tarifário quanto à zona de limitação de duração limitada. E, apesar do ponto 2, do artigo 45, referir que por deliberação da Câmara Municipal, poderão ser aprovadas outras zonas de estacionamento de duração limitada que são abrangidas pelo disposto neste regulamento, existem algumas zonas que o CDS, considera que a proposta criará entropias nos arruamentos circundantes, por falta daquilo que a economia define pelo princípio da racionalidade. Ou seja, os agentes económicos, neste caso os automobilistas, escolhem entre as várias possibilidades existentes, aquela que maximiza a sua utilidade ou garanta a máxima satisfação dado o custo monetário associado. Retirando o jargão económico, se eu taxar o estacionamento aqui, e se ali for gratuito, eu vou para ali. Para este caso, são exemplos disso, o eixo que não foi taxado, nomeadamente, no Largo da Lapa, Largo da Petisqueira, Rua da Aliança até à Rua do Terreiro de Cavalaria, a Rua Cândido Sotto Mayor, cuja alteração fará a acumulação do estacionamento no Beco do Canto do Jardim, Terreiro da Madalena, Rua Doutor José Timóteo Montalvão Machado, Rua do Sabugueiro ou na Rua de São Roque ou, então, também, na Alameda do Tabolado que criará a entropia na Rua Doutor João Morais. Também não consideramos muito normal, mas como esta proposta pelos vistos vai ser alterada, o largo em frente ao Hospital, não fazer parte desta zona de limitação dadas as suas circunstâncias perante aquele equipamento público. Da nossa parte e perante estas questões, o CDS, abster-se-á na votação. Obrigado. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----
Boa tarde, novamente. Só para dar nota, fico perplexo, quando nós fazemos uma proposta e a pomos à discussão, certamente que é com a intenção de que os contributos sejam apresentados, e que eles possam melhorar a decisão, foi isso que fizemos. Dizer que há um recuo em toda a linha, parece-me injusto, inadequado e impróprio. Nós precisamos que as propostas sejam mais robustas, capazes e informadas. E, portanto, o que nós pretendemos sobre esta matéria, é uma coisa muito simples. O que queremos verdadeiramente é melhorar a acessibilidade da rotação do estacionamento, é isso que está em causa, e fica aqui o compromisso que nós avaliaremos em cada momento, aquilo que vai ser resultado desta medida. Porque, caro membro desta Assembleia Municipal, sabe que a questão da sustentabilidade da Empresa Municipal, da GEMC, já tinha sido conseguida o ano passado. Atrevo-me a recordar outra vez que pela primeira vez na história desta empresa, houve um exercício positivo, o único, 2019. É verdade que a expectativa para este ano era muito grande. É, verdade! Também, é verdade que foi perfeitamente quebrada e claramente desalentada com esta situação de Covid, que fez com que a quebra seja muitíssimo grande, vamos ter um ano muito mau nas dimensões todas. De qualquer das formas, não é esse o propósito, não é essa a ambição, não é essa! A questão, não serão 10 ou 15 mil euros, que farão a diferença num desempenho negativo de milhares de dezenas, ou se calhar mais de duas centenas ou três centenas de milhares de euros, não será isso, verdadeiramente o que nós queremos, é ajudar a melhorar a acessibilidade, o que nós queremos, é melhorar a rotação. Não sei se fui eu que percebi mal ou bem. Falou do princípio da racionalidade dos agentes económicos, enfim, eu acho que os automobilistas não são, neste caso, agentes económicos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 4 – 30/09/2020

Carlos Afonso de Moura Teixeira, pelo PSD; -----
Muito boa tarde a todos, novamente. Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores e senhoras Presidentes de Junta, caros membros da Assembleia, caros amigos, caros vizinhos. -----
Enfim, focando-nos no essencial, que é o documento que nos é proposto, não entrando nas questões de argumentação de quem foi que fez, e por que somos um partido responsável, apesar da proposta conter um aumento de preços, vamos votar a favor. -
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com 53 votos a favor e 2 abstenções. -----

PONTO 4 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS. LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO E RESPETIVOS DIPLOMAS LEGAIS DE ÂMBITO SETORIAL. EXERCÍCIO DO DIREITO DE NÃO ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA SAÚDE NO ANO DE 2021. PROPOSTA N.º 56/GAPV/2020-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----
Boa tarde, novamente. -----

Atrevo-me, por uma questão de economia, lembraram aquilo que foram as considerações que foram feitas sobre esta matéria, exatamente há ano atrás e que justificaram a tomada de posição ou pelo menos a formulação da proposta, por não aceitação desta competência em matéria de saúde. A única novidade que existe nesta matéria, é que o prazo limite para a aceitação obrigatória passou de 2021 para 2022. E, portanto, há um diploma que veio prorrogar esse prazo, significa que os Municípios, têm no limite a possibilidade de não exercer essa competência até 2022. Portanto, a proposta que aqui é apresentada e, que está neste momento submetida à consideração dos membros desta Assembleia Municipal, é a manutenção da não aceitação dessa competência. Se temos presentes, e eu não vou expender muitas considerações relativamente àquelas que já foram ditas no ano anterior, e que em muitos casos, houve até uma sintonia de argumentação no que respeita à maioria dos membros desta Assembleia Municipal. Esta não se trata verdadeiramente de uma reforma de descentralização administrativa. Na minha perspetiva, estou a vincular-me apenas a mim, entendo estas matérias não têm a capacidade e a suscetibilidade de induzir ou de incrementar a qualidade da prestação de serviço. Relativamente a esta matéria, entendemos nós, que são basicamente questões de natureza, de tarefas, de questões acessórias, como sejam pagamento de faturas, de aquecimento, de água, de questões de manutenção, de suportar os custos com as viaturas, enfim, questões importantes, mas para nós, não decisivas naquilo que pode ser a melhoria da qualidade do serviço. Outra das divergências tem a ver com aquilo que é a avaliação dos recursos financeiros adequados para a concretização daquilo que é o serviço público essencial na área da Saúde. Há uma divergência, porque entendemos que os valores que estão propostos, não sofreram nenhuma alteração relativamente ao ano anterior. Portanto, os mapas que foram partilhados são exatamente os mesmos. Na nossa perspetiva, e tendo em atenção a necessidade de fazer a substituição e a aquisição de mais viaturas que incrementem, por exemplo, na área da saúde, mais cuidados na comunidade, sejam na saúde comunitária, sejam na saúde familiar. Relativamente, à necessidade de fazer obras de requalificação nos próprios edifícios aonde é exercida esta competência, nalguns casos há necessidade de fazer a sua ampliação, entendemos que os recursos financeiros que estão afetos a esta competência são manifestamente insuficientes. E,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

portanto, entendemos nós que tendo o Município, ainda, um caminho a percorrer no sentido do reforço da sua saúde financeira e económica, entendo que não é este o momento para que o Município subsidie estas intervenções. Apesar de gostarmos muito do princípio da subsidiariedade e estarmos convencidos que as decisões são mais uteis, mais capazes quando forem tomadas mais próximo dos cidadãos. Concluo dizendo que as considerações e as opiniões sobre esta matéria são exatamente as mesmas do passado, apenas com uma nuance, a pandemia veio por em evidência as fragilidades de alguns recursos que faltam nesta matéria. Entendemos que é preciso continuar a negociar para que por um lado haja um reforço dos meios financeiros, mas, também quiçá, alterar o próprio âmbito e a natureza das competências que eventualmente possam ser transferidas para os Municípios, para que, efetivamente, possam por ter uma palavra a dizer no horário de funcionamento dos Centros de Saúde, ou possam ter uma palavra a dizer, nem que seja de natureza consultiva, naquilo que é a chamada carteira de serviços. -----

Seguiram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela CDU; -----

Muito obrigado. Renovo os cumprimentos. Vamos por partes, volto a dizer, embora depois caia no risco de ser monótono, o que nós precisamos, é de uma regionalização. Precisamos de uma regionalização como forma de criar um patamar entre as Autarquias e o Governo Central que ajude a coordenar políticas de Saúde, de Educação, de Transportes, etc. Nós vamos ter agora as eleições, que são no fundo uma farsa, das Direções ou de parte das Direções das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, como uma forma encapotada de parecer que estamos a fazer alguma descentralização, quando muito, estaremos a fazer uma desconcentração. Até nesta pandemia, nós vemos a importância na Saúde de haver uma articulação nacional dos cuidados de Saúde. O princípio da subsidiariedade é válido, é fácil. Ouçam as Autarquias, os Conselhos de Administração, as Direções dos Centros de Saúde, a ARS Norte, o Ministério da Saúde, os Sindicatos, os Profissionais, os Assistentes Operacionais, os Assistentes Técnicos, os Enfermeiros, os Médicos. Ouçam, para depois não fazerem asneiras, é assim que se resolve. Mas não é com delegação de competências, que cheira sempre a um alijar de responsabilidades, isto agora já não é da nossa responsabilidade. Não se aperceberam, e isto não é nenhuma crítica é só uma constatação, a quantidade de vezes que o senhor Presidente da Câmara, falou nas centenas de milhares de euros que gasta exatamente por competências que têm sido sucessivamente delegadas, e que no princípio parece ser tudo um mar de rosas. Agora, pelos vistos, mesmo no princípio, já não parece ser um mar de rosas em termos de participações. Mais tarde todo o peso cai em cima das Autarquias, cria uma malha que depois é impossível de analisar, porque aquela Autarquia responde melhor do que aquela outra, quando essas responsabilidades são do Governo Central. A CDU, apoia esta proposta de não aceitação, como apoiará todas as propostas em que responsabilidades essenciais como Saúde e Educação continuem a ser do Governo Central, porque se quiserem trabalhar próximo e ouvir, há montes de mecanismos previstos que podem ser muito úteis para que as coisas funcionem melhor. Votaremos a favor da não aceitação. -----

Nuno André Monteiro Coelho Chaves, do PS; -----

Em relação a este Ponto da Ordem de Trabalhos, começar por dizer e relembrar que: -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

“A Lei nº 50/2018 de 16 de agosto estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local. -----

O Decreto-Lei n.º 23/2019 e o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de Janeiro, concretizam o quadro de transferência de competências para os municípios e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde e da educação, respetivamente, num processo gradual em que cada município poderia assumir as competências para as quais considerasse estar preparado, progressivamente, até que essas competências fossem transferidas com caráter obrigatório, num prazo inicialmente previsto para 1 de janeiro de 2021. -----

Considerando que, no pretérito dia 12 de agosto, foi publicado o Decreto-Lei n.º 56/2020, o qual vem prorrogar o prazo de obrigatoriedade da aceitação das competências na área da saúde e da educação, até 31 de março de 2022. -----

A prorrogação do prazo para as áreas da Saúde e da Educação é justificada com a necessidade de garantir o sucesso total de um processo de grande complexidade, no quadro de enorme exigência e assegurando sempre a melhor qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. -----

Os municípios e entidades intermunicipais que não pretendam assumir competências nestas áreas durante o próximo ano têm de o comunicar à Direção-Geral das Autarquias Locais até 31 de dezembro de 2020. -----

Esta decisão tem um enorme significado, pelo reconhecimento de que não estão reunidas as condições para transferir essas competências e indicia um recuo que não é de minorizar. -----

Isto porque a descentralização não se resume à transferência de competências da administração central para a administração local. Isto não é descentralização. Descentralizar não é ser executor das políticas definidas por outros. Descentralizar implica execução, mas implica também decisão de planeamento, programação e quando aplicável fiscalização. Portanto não se está perante um processo de descentralização, mas sim de transferência de problemas por resolver, sem estarem garantidas condições e meios. -----

O que pode colocar em causa a universalidade das funções sociais do Estado e contribuir para o incremento de desigualdades e de assimetrias entre territórios e não se assegura nem melhor serviço público, nem coerência na organização do Estado ao nível local, regional e central. -----

Por isso, para o Grupo Municipal do Partido Socialista o que se impõe é a revisão do processo de transferência de competências e a promoção de uma verdadeira descentralização, que permita a articulação entre os três níveis de poder, central, regional e local, com a criação das regiões administrativas, eleitas diretamente pelo povo e potencie a melhoria dos serviços públicos através de uma delimitação de competências que assegure ao Poder Local e Regional os meios necessários, no respeito pela sua autonomia administrativa e financeira e uma efetiva coesão territorial. Ainda assim, consideramos que a transferência de competências poderá constituir uma mais valia e a garantia de qualidade no acesso aos serviços públicos, através de uma gestão autárquica rigorosa, criteriosa e eficiente, como a que tem sido protagonizada pelo atual executivo. Consideramos ainda que cada vez é mais importante a proximidade da autarquia aos cidadãos na resolução dos seus problemas. -----

No entanto, será determinante garantir o financiamento necessário para o exercício das atribuições cometidas, para que o Município de Chaves goze plena de autonomia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 4 – 30/09/2020

administrativa, financeira e patrimonial, garantindo-se a igualdade de oportunidades para todos. -----

Relativamente à proposta da não aceitação do exercício das competências no domínio da saúde no ano de 2021, e em coerência com a tomada da decisão da Assembleia Municipal, em 11 de Setembro de 2019, não houve alteração das razões que sustentaram tal decisão, nomeadamente: -----

O mapa com os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização a transferir para os municípios, bem como a listagem dos imóveis afetos aos cuidados de saúde primários cujas competências de gestão, manutenção e conservação são transferidas para as câmaras municipais nos termos do n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, não é suficientemente esclarecedor, porquanto: -----

i) Os Mapas sobre os encargos anuais parciais - trabalhadores; Imóveis próprios; Custos logísticos - com as competências descentralizadas não estão cabalmente explicitados;

ii) O Mapa sobre o n.º de trabalhadores, remunerações e encargos anuais, não é claro sobre o n.º de trabalhadores: em funções; previstos no mapa de pessoal; necessários para corresponder às necessidades atuais; se os valores indicados se reportam, apenas, às remunerações, ou, se incluem os descontos obrigatórios e outros suplementos remuneratórios, mormente trabalho suplementar; -----

iii) O Mapa sobre os Imóveis próprios, indica os custos anuais, mas não indica/descreve a natureza dos custos em concreto, nem o estado de conservação dos mesmos; -----

iv) O Mapa sobre os Custos Logísticos, não especifica a natureza dos custos logísticos por imóvel, não prevê custos dos arranjos exteriores e não prevê os custos dos seguros dos estabelecimentos de saúde; -----

Perante a insuficiência da informação acabada de identificar, o Grupo Municipal do Partido Socialista entende que não é possível aceitar e exercer as novas competências na área da saúde, nem continuar a gerir, bem e responsabilmente, os recursos públicos municipais, sempre limitados.” -----

Gonçalo André Nascimento Alves, pelo **CDS**; -----

Senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal, caras senhoras e caros senhores. Perante uma pandemia em que os recursos da Administração Central e Local, são extremamente escassos, mais ainda do que numa situação normal, é quase incompreensível que este processo não tenha sido suspenso, eu diria, mesmo, que é insólito que as Autarquias ainda tenham de continuar a votar estas transferências de competências. A realidade mudou, mas parece que a forma de pensar do Governo manteve-se, e nem a rejeição consecutiva da generalidade dos Municípios, em aceitar a maioria das competências, nomeadamente as da Educação e da Saúde, que o Governo pretende entregar, alterou o “modus operandi”. O Governo que fez uma Lei que transfere responsabilidades, tarefas e compromissos, mas não atribui os meios e recursos necessários para a sua execução, não suspendeu um processo que nasceu torto e continuará torto. Dizem, nomeadamente, no PS e no PSD que a santíssima regionalização, aquele mito e pelos vistos na CDU, também, aquele mito do regime que resolverá todos os problemas criados por esta descentralização de competências realizada de forma mal preparada e atabalhoada. Lamento, é que o senhor Primeiro-Ministro, mostre pouca coragem para avançar com esse processo de regionalização, tendo que o fazer pela porta do cavalo com a eleição das Direções da CCDR. Do lado da Autarquia, a nossa crítica é a mesma. Fala-se na minuta, numa reflexão interna, mas a reflexão interna não produz relatórios técnicos, não faz análises objetivas, não revela valores concretos, ou sequer elabora um mero comentário crítico sobre o assunto. Ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

invés, estes diplomas são tratados pela Câmara Municipal, com opacidade, secretismo, confidencialidade, como se estivéssemos a tratar de uma questão quase de segurança nacional em que esta Assembleia Municipal, somente deve subscrever a posição do Executivo. Outros Municípios, apresentam relatórios concretos com dados sobre as razões pelas quais rejeitam as competências. É, também, nesse contexto que o CDS, relança o desafio tão importante como votar estas rejeições, nós votaremos a favor, porque não consideramos que estejam reunidas as condições necessárias para que o município possa assumir os compromissos. Tão importante quanto isso, é avaliar a execução das competências que foram aceites por este Município. O que é que é feito delas? Qual é o seu nível de execução? O que é que foi feito? E iniciativas? Ações? Quais são os seus resultados visíveis? Porque aceitou-se, mas não se sabe muito bem para quê? Por isso, tal com referi antes, o CDS votará a favor da rejeição de competências. Obrigado. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----
Boa tarde a todos, novamente. Ponderei entre fazer uma intervenção ou não fazer, mas vou fazer, duas considerações muito breves. Quanto àquilo que foram as posições assumidas pelos membros desta Assembleia, Manuel Cunha, quer pelo membro desta Assembleia, Nuno Chaves, subscrevo integralmente os argumentos, podiam ser invariavelmente os mesmos da nossa parte ou da vossa. Naturalmente que as questões são essas, e comungamos da mesma visão e também da visão da importância da regionalização e daquilo que podia ser relevante para estes territórios, deixo aqui um desafio. Porque é que os grandes centros não querem a regionalização? Porque é que os grandes centros, as áreas metropolitanas não querem a regionalização? Fica aqui a pergunta. Depois, alguém encontrará a resposta. Portanto, só os do interior e dos territórios mais frágeis é que querem a regionalização. Alguma coisa aqui acontecerá, e eu não me atrevo a citar Max. De qualquer das formas, há aqui, certamente, uma luta de classes, mas é uma luta de pessoas que vivem em regiões diferentes. Depois, dizer ao membro desta Assembleia, Gonçalo Alves, que mesmo votando a favor, ainda assim, tem sempre necessidade de fazer críticas, quer ao Governo, quer à Câmara Municipal, ao mesmo tempo que vai colocando uns “postes” no Facebook, para mostrar que tem dinamismo. Dizer-lhe o seguinte, muito rapidamente, faz-me lembrar aquela história “de alguém que transporta alguém nas costas e que a sua ânsia de picar é tão grande que pica o transportador e acabam os dois mortos” sabe é um pouco esta ideia. Penso que conhece esta imagem. É um pouco isso. Mesmo votando a favor, ainda assim, tem necessidade de fazer um conjunto de considerações, de críticas e de insinuações, algumas delas injustas. Mas é assim. É também um estilo e nós temos que fazer jus ao estilo que vamos tendo, portanto, entendo que deve ir por aí, provavelmente foi um estilo que a bancada do CDS, na Assembleia da República, foi assumindo e deu no que deu, esperemos que não seja pior nas próximas legislativas, porque essa forma sempre truculenta de intervir, pode ser que leve a algum sítio. Esperamos que sim, que de facto, tenha sucesso, não é isso que eu desejo, mas de qualquer das formas é o caminho que escolheu. Comecei por dizer que a questão de não aceitação é substantiva, são razões substantivas, nem são sequer, e isso são outras razões suplementares, mas não é mais 5 mil euros ou menos 5 mil euros. É que eu verdadeiramente, não acredito, mas sou eu que não acredito, designadamente na saúde que é o que está em causa, tenha a capacidade de acrescentar qualidade à prestação dos cuidados, não acredito, ainda que no futuro possa ser aberto um processo negocial e que os valores que estão afetos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 4 – 30/09/2020

venham a ser os corretos, e aquilo que são as indefinições, as omissões, que foram muito bem explicitadas aqui pelo membro desta Assembleia, Nuno Chaves, sejam corrigidas, mesmo assim, eu continuo a pensar da mesma forma. Esta Lei, a Lei quadro 50, não dá outra alternativa aos Municípios, pelo menos, se não for alterada. Eu também tenho a expectativa que possa a vir ser alterada, teremos todos que cumprir a Lei e aceitar essa competência, e faremos, certamente, o melhor que soubermos e podermos. De qualquer das formas, dizer-lhe claramente que não há opacidade, que não há o intuito de não partilhar informação, muito pelo contrário, partilharemos toda a informação que formos tendo. Nós, às vezes, temos falta de informação relativamente a esta matéria. Esperemos que o processo seja ainda mais aberto. Relativamente às competências que foram aceites, estão a ser exercitadas, não alteram muito a atividade que é a atividade normal do Município, algumas delas já estavam a ser exercidas ou, pelo menos, exercidas materialmente sem mandato. Sabemos bem o queremos fazer e o que estamos a fazer, e disso não tenha dúvidas. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 5 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS. LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO E RESPETIVOS DIPLOMAS LEGAIS DE ÂMBITO SETORIAL. EXERCÍCIO DO DIREITO DE NÃO ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO NO ANO DE 2021. PROPOSTA N.º 57/GAPV/2020. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo os cumprimentos. No essencial, podíamos aplicar “mutatis mutandis”, aqui às considerações que foram feitas, relativamente à proposta anterior e àquilo que são também as suas motivações. Apesar de tudo, dizer que relativamente à Educação, aí porventura, a capacidade de poder melhorar a qualidade do serviço seja bastante maior do que aquela que é relativamente à Saúde. Porque, verdadeiramente, nós sabemos que nesta área, não só se transferem, digamos, as funções que são referidas na Saúde, mas também os Assistentes Técnicos. De qualquer forma, devo dizer-lhes, aqui, à semelhança do que acontece na Saúde, em que só são transferidos os Assistentes Operacionais, aqui também são os Assistentes Técnicos. Na Saúde são apenas Assistentes Operacionais, porque a parte do secretariado clínico não faz parte dos trabalhadores a serem transferidos. Mas estava eu a dizer que neste caso concreto e no caso concreto do Concelho de Chaves, de facto, é uma questão muito pertinente. Estamos a falar de um conjunto muito alargado de tarefas e de funções, algumas delas até podem ter relevância relativamente ao processo de aprendizagem e ensino. É verdade, de uma forma indireta. Com certeza, porque não teremos responsabilidades na área pedagógica, nem científica. Mas, dizer que aqui, mais do que na anterior são divergências sob o ponto de vista financeiro. Tivemos penso que a oportunidade aquando da discussão deste assunto no ano passado, dizer que temos aqui uma divergência de cerca de meio milhão de euros, relativamente àquilo que nós entendemos que é o envelope financeiro que devia estar associado a esta matéria, e aquele que nos é proposto. Dizer, que apesar disso, apesar de mantermos essa atitude, continuamos a fazer investimento em áreas que não são da competência do Município, e vamos continuar a fazê-lo, com certeza! Agora, obviamente, em dimensões distintas, uma coisa é fazer o que é um complemento, o que é um apoio suplementar, outra coisa, é enquanto obrigação própria. Isso é obrigação da Administração Central. Estamos esperançados que este processo, possa sofrer uma evolução, sofrer evolução no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

sentido de ser alterada a própria Lei-quadro, ou se não for possível esta via, poderem ser revistos os valores que estão referentes a esta competência, seja alterando algum dos critérios, designadamente os recursos humanos, porque tem a ver com uma Portaria, que está muito desatualizada, e devia ser repensada, para que os recursos afetos sejam distintos, bastante maiores, sabemos todos da insuficiência. Mas, também, quer me parecer que neste domínio aquilo que se perspectiva para o futuro, é algo menos gravoso do que no caso da Saúde. Como já todos percebemos, existe um conjunto de medidas, que estão a ser preparadas pela Administração Central, que visam requalificar algum do edificado, algumas das instalações, seja através dos Municípios que agora vão poder ter a possibilidade de substituir tudo o que são as coberturas de amianto, mas também, fazerem aquisição de outros materiais. O Governo está a preparar, como sabem, um pacote tecnológico, no sentido de disponibilizar aos jovens, equipamento informático, também acesso à internet, ao mesmo tempo que estarão pensadas outras medidas no sentido de que aquilo que é uma crítica feita pelos Municípios, sobretudo, àquilo que é a inadequação das instalações e da necessidade da sua requalificação. Mas, também, o do respetivo apetrechamento que em muitas escolas se sente, e é prioritário que possa ser atenuado. Aí, de alguma forma, um dos grandes óbices que nós temos apontado à possibilidade de aceitação desta competência, poderá assim ficar mitigado, não digo resolvido, mas mitigado. Mesmo assim, de acordo com a informação que nós temos hoje, no ano de 2020, de acordo com as propostas que existem e com o conhecimento que temos. A proposta que nós apresentamos, e que foi sufragada por unanimidade na Câmara Municipal, é a continuação da assunção da deliberação tomada nos anos pretéritos, não aceitação desta competência. -----
Seguiu-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

Nuno André Monteiro Coelho Chaves, pelo PS; -----
Renovo os meus cumprimentos. Começava, ainda, em relação ao assunto anterior, mas em relação à forma sobretudo e à postura que o representante desta Assembleia do CDS, Gonçalo Alves, tem tido na presente e em pretéritas Assembleias. Portanto, dizer-lhe muito claramente que o Grupo Municipal do Partido Socialista, já percebeu qual a estratégia e a natureza, dessa mesma estratégia por si prosseguida, à diversas Assembleias. Sempre com o intuito de criar nublosa em relação à discussão dos assuntos, mas fazendo-o sempre de forma, pouco substantiva e preparada. -----
E, portanto, dizer-lhe muito claramente, que o Partido Socialista, não contribuirá, para essa sua estratégia e muito menos o acompanhará. -----
Portanto -----

“No que respeita ao Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, entende o Grupo Municipal do Partido Socialista que o mesmo continua a suscitar dúvidas, não existindo conhecimento sobre a real extensão e alcance das competências nos vários domínios das mesmas, nomeadamente: -----

- i) Mapeamento dos edifícios e equipamentos escolares que necessitam de investimentos de construção de novas infraestruturas, bem como de intervenções de requalificação e modernização de grande dimensão; -----*
- ii) Financiamento das operações de investimento e respetiva tipologia/custos padrão; --*
- iii) Critérios e fórmula de cálculo para a determinação da dotação máxima de referência do pessoal não docente por agrupamento de escolas ou escola não agrupada; -----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

iv) *Quantos trabalhadores estão atualmente afetos ao exercício das competências elencadas e pertencentes nos estabelecimentos de ensino do Ministério da Educação e quantos são necessários;* -----
vi) *Manutenção ou não das regras/critérios de implementação das medidas de apoio à família, no âmbito da escola a tempo inteiro;* -----
vii) *Fórmula de financiamento das despesas de transporte escolar;* -----
viii) *O montante (ou uma estimativa) que o Estado tem gasto no exercício das competências a transferir;* -----
Não são conhecidos os montantes das transferências financeiras do Estado para as entidades que vão receber as novas competências; -----
A apreciação geral sobre o processo, o conjunto de implicações financeiras, humanas e organizacionais, a ausência de conhecimento sobre as matérias a transferir, as condições e as suas implicações levam a que, responsabilmente e na defesa dos interesses da autarquia e dos flavienses, se rejeite, novamente, a assunção, a partir de 1 de Janeiro de 2021, das competências na área da educação”. -----
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 6 – PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL DE CHAVES. INFORMAÇÃO Nº 016/PC/2020. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----
Boa tarde a todos. Eu, aqui, se a digníssima Mesa e os membros da Assembleia Municipal, me permitissem, ia fazer uma ligeira apresentação, porque, de facto, este é um assunto que daria, apenas e tão só, para uma Assembleia Municipal. Dizer que a alteração deste Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, resulta de uma necessidade de atualização do Plano existente. É um Plano que foi feito e foi contratualizado fora, que foi acompanhado pelo nosso Gabinete Técnico Florestal, e mereceu o parecer favorável da Entidade que tutela esta matéria, ou seja, da ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. Dizer uma coisa muito clara, de facto, houve necessidade de fazer um ajustamento deste Plano. É um Plano que pretende responder a situações de catástrofe, para uma resposta articulada, de forma, digamos, em escada desde os Planos Nacionais, Planos Regionais e Planos Locais. Visa preparar melhor todos, e definir melhor as competências e as responsabilidades entre os interlocutores, os meios e os recursos para as situações de calamidade que todos nós desejamos que não aconteçam. Entendo que um Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil nunca se encontra finalizado, pelo facto de se tratar de um processo em aberto, uma vez que necessitará sempre uma continuada reflexão e um incessante contributo de todos para que se torne cada vez mais operativo e mais adaptado à realidade. -----
Seguiu-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, pelo **PS**; -----
Muito boa tarde, renovo os meus cumprimentos. -----
Aproveitando, apenas só para fazer aqui um cumprimento especial ao senhor vereador Carlos Penas, que nos acompanha agora pela parte da tarde pela primeira vez. Em relação a esta questão a verdade é que o mundo mudou. O mundo vive atualmente uma situação sem paralelo, que há um ano atrás, nós achávamos ser, impossível de viver. Não adianta fazermos qualquer tipo de retrospectiva, porque nunca imaginámos, e se calhar, todos olhávamos com alguma ironia para uma situação como esta, dizendo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

seria impossível, pois todos confiávamos e acreditávamos que a ciência poderia dar resposta a esta pandemia. Mas, a verdade, é que além desta pandemia que a todos nos condiciona, a natureza tem-nos oferecido algumas situações extremas como aquelas que ainda recentemente se viveram quer com os fogos florestais no nosso Concelho, quer, até, com aquela forte trovoadas que assolou o nosso Concelho e outros Concelhos limítrofes, que causou diversos estragos. O Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, reveste-se da maior importância, não só por ser um documento estruturante, mas também, por concatenar toda a informação necessária em caso de emergência ou de calamidade por catástrofe. Todos nós, infelizmente, já sentimos de alguma forma e muitos dos que aqui estão presentes, ainda nestas catástrofes provocadas pelos incêndios bem recentes, que ocorreram foram vítimas, ou seja, viveram na primeira pessoa aquilo que ninguém deseja viver. Aqui se destaca, todavia, no que diz respeito ao Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, a articulação de todos os intervenientes no âmbito da Proteção Civil, sem querer retirar qualquer espaço e importância a cada um deles, dando como exemplo: os Serviços de Saúde, os Serviços de apoio, de Logística e outros. Não nos podemos esquecer das Associações Humanitárias de Bombeiros, como uma parte central e crucial desta atuação. ----- E, neste campo, temos que reconhecer que este Executivo Camarário, tudo tem feito para dotar estas mesmas Associações dos meios necessários, portanto, para acorrerem às situações de calamidade, a estas situações de necessidade. Reconhecemos e sublinhamos os reforços dos apoios com diversas medidas, entre as quais se elenca a constituição de três equipas de intervenção permanente, as famosas EIP, dando uma garantia de segurança e prontidão de 24 sobre 24 horas, melhorando a prontidão de socorro, acorrendo de forma mais célere e eficaz onde são necessárias. A manutenção dos subsídios para contratar meios humanos e de segurança, o reforço dos subsídios no âmbito do combate à pandemia, o recente Protocolo, todos nós, de uma maneira geral, o conhecemos, pois foi bastante publicitado na comunicação social. O recente Protocolo celebrado com as Corporações dos Bombeiros do Concelho, falamos de três Corporações, com o reforço de financiamento de mais de 28%, em relação a anos anteriores. Os apoios dados para o combate aos fogos rurais, e sem cometer qualquer inconfidência, o acompanhamento próximo e atento de todas as situações graves que vivemos no nosso Concelho, como foram os fogos recentes, onde o senhor Presidente da Câmara, esteve presente, tal e qual, como eu e mais algumas pessoas que estão aqui presentes, tivemos oportunidade de testemunhar pessoalmente, como ele se inteirava de tudo quanto se passava. Essa proximidade, parecendo que não, reveste-se, também, do maior interesse sob o ponto de vista humano, e até, sob o ponto de vista de ânimo para aqueles que estão no terreno. Claro que é importante que faça todo este empenho e que exista reciprocidade quer das Associações Humanitárias de Bombeiros, quer dos demais meios de apoio constantes do Plano, o que certamente irá colher. Bem-haja senhor Presidente, pois temos um Concelho dotado de bons meios para garantir a segurança e integridade de todos quantos aqui residem, bem como, daqueles que nos visitam. Muito obrigado. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade-----

PONTO 7 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ENTIDADES DO GRUPO AUTÁRQUICO. INFORMAÇÃO Nº17/DGF/2020. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

Boa tarde, de novo. Estes dois documentos de Prestação de Contas, das três entidades que aí estão identificadas, só foram agora encaminhados para os órgãos municipais, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, porque não chegaram oportunamente para serem integradas naquilo que normalmente acontece, que é, aquando da Prestação de Contas, ou seja, todos os documentos de Prestação de Contas que tenham chegado aos Serviços Municipais, que permitam acomodar e integrar o próprio dossier da Prestação de Contas, relativamente àquelas entidades em que o Município é associado. Estamos a falar, e se a memória não me atraiçoa, da Resinorte, da Associação Nacional de Municípios e da Associação de Municípios da Estrada Nacional 2. -----
Portanto, esta matéria é para conhecimento dando conta daquilo que é a Prestação de Contas Económica/Financeira dessas mesmas Associações e para que conheçam um pouco aquilo que foi, não só a atividade, mas também o seu estado de saúde financeira e económica e os compromissos que, porventura, tenham, e para conhecer melhor a atividade destas Associações nas quais o Município participa. Sendo que a matéria em causa, esta sim, é para conhecimento. -----

Não houve intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 8 - AUDITOR EXTERNO/EMIÇÃO DE RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – 2020. INFORMAÇÃO Nº23/DGF/2020. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----
Repetindo-me. Muito boa tarde a todos. Dizer que neste Ponto, vou ser muito telegráfico. Muitas das considerações que tinha entendido fazer nesta matéria, já as fui fazendo no Período Antes da Ordem do Dia, de qualquer das formas, este documento, é um documento que é feito pelo Revisor Oficial, designado pela Assembleia Municipal, e que dá nota aqui, enfim, da evolução económica e social, mais na dimensão orçamental. De qualquer das formas, é um sinal, e resulta destes documentos a evolução francamente positiva da situação económica/financeira do Município, que, claramente, anos após anos, desde 2018, tem melhorado substancialmente, é nosso propósito que assim aconteça para que o Município de Chaves, não continue a fazer parte daquele lote de Câmaras que tem uma situação financeira difícil. E que nós possamos não ficar sempre naquele sistema de ter sempre dificuldades financeiras para tomar algumas decisões. E, portanto, o que nós queremos, é ganhar maior autonomia financeira para termos maior autonomia na decisão. -----

Seguiu-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

Fátima Liliana Fontes Correia, pelo **PS**; -----

Renovo os meus cumprimentos, agora da parte da tarde. -----

“Não querendo maçar os presentes com uma análise mais minuciosa de dimensão económico-financeira, não poderia deixar de fazer uma pequena apreciação sobre a demonstração de resultados do Município referente ao primeiro semestre de 2020, aqui vertida no relatório de auditoria intercalar. -----

Quanto à análise orçamental pode ressaltar-se que a taxa de execução global da receita é de 46,08% e da despesa é de 39,39%. -----

Em termos absolutos o total da receita regista uma variação positiva de 9.964.058,35 € em relação a igual período do ano anterior. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

No lado da despesa verifica-se uma diminuição no lado das despesas correntes e um aumento nas despesas de capital. -----

No que diz respeito ao balanço, regista-se um significativo incremento do Ativo relativamente ao término do período anterior resultante, essencialmente, do aumento do valor dos ativos fixos tangíveis em cerca de 2 milhões e 600 mil euros, para o qual contribuíram a execução das empreitadas de reabilitação do cineteatro, da remodelação e ampliação da escola do caneiro, equipamentos elétricos para a rede de iluminação pública, a requalificação da margem direita do rio Tâmega e o restabelecimento integral da ciclovia Chaves-Vidago. -----

Em relação ao passivo, a evolução é francamente positiva pois regista-se uma redução de cerca de 15 milhões de euros de dívida desde finais de 2017 até à data atual. Esta redução é ainda mais significativa se tivermos em consideração o forte volume de investimento que o Município se encontra a realizar. -----

Assim, à data de 30 de junho o Município apresenta um Resultado Líquido do Exercício positivo, em linha com o registado no período homólogo, no valor de 1.543.363,66 € que, no parecer do revisor oficial de contas, permite alavancar a sua estrutura económica e financeira, contribuindo para o reforço do equilíbrio financeiro, financiamento dos seus investimentos. -----

De referir ainda que, para além de positivo, este resultado é um resultado íntegro, sem recurso a truques contabilísticos uma vez que toda a informação financeira se encontra registada nas contas do Município. Por fim, apenas me resta felicitar a competência demonstrada.” -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 9 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS/BENS DE INSTALAÇÕES MECÂNICAS E AVAC PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS, NO ÂMBITO DO AVISO NORTE-03-2017-42 “EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NAS INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL” – DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE. CONCURSO PÚBLICO Nº6/UCP/2020. PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Boa tarde novamente. Dizer que apesar da informação que foi anexa a este Ponto da Ordem de Trabalhos e que instrui este assunto, dizer que a matéria se explica de forma muito simples. Como sabem, o que está em causa, é de facto uma contratação no âmbito de um procedimento de eficiência energética, neste caso dos edifícios que é financiado não a Fundo Perdido, mas sim por instrumento financeiro sem qualquer custo de remuneração de capital. Dizer que a necessidade de obtenção de autorização por parte desta Assembleia, tem que ver com compromissos plurianuais. No caso concreto estamos a falar de um contrato cuja expectativa da produção dos efeitos se concretize em dois anos, ou seja, 2020 e 2021, por força da chamada Lei dos compromissos e pagamentos em atraso da Lei nº8/2012 de 21 de fevereiro, que suscitou tanta polémica. Naturalmente, tem que haver uma pronuncia por parte deste Órgão, relativamente à autorização dos encargos que têm a ver com o ano de 2021, em concreto, no que respeita ao Lote 1, que integra Fornecimento e Instalação de Equipamentos de Instalações Mecânicas e AVAC, nos Edifícios Pólis, Biblioteca, Casa dos Magistrados 1, Casa dos Magistrados 2, Câmara Municipal e Paços dos Duques de Bragança, 198.841,66euros, e no que diz respeito ao Lote 2, Fornecimento e Instalação de Equipamentos de Instalações Mecânicas(grupos de bombagem)e instalação solar para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

produção de AQS nas Piscinas Municipais – Quinta do Rebentão, 31.400,40 euros. Portanto, o que se põe à consideração, é autorização relativamente aos compromissos plurianuais deste procedimento de contratação pública. -----
Não houve intervenções. -----
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 10 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE DE ALUNOS, EM CIRCUITOS ESPECIAIS, PARA O ANO LETIVO DE 2020/2021. CONCURSO PÚBLICO URGENTE Nº7/UCP/2020. PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----
Boa tarde novamente. Eu como não quero que a atividade Municipal seja opaca, nem que seja pouco transparente, cá vimos nós explicar convenientemente os assuntos. Esta proposta tem todos os aspetos da proposta anterior, apenas com uma particularidade, e é importante que possa ser conhecida pelos membros desta Assembleia Municipal. Estamos a falar, neste caso, do contrato na sequência do procedimento prévio à contratação. Estamos a falar de um Concurso Público Internacional para o transporte terrestre de alunos, ou seja, de transporte escolar. Disse de manhã que havia o transporte escolar principal que é estruturado naquilo que são as linhas de transporte público e cuja decisão de contratação é feita por ajuste direto com a respetiva concessionária nos termos da legislação de enquadramento. Neste caso concreto, são circuitos especiais, são outros circuitos, em áreas que o transporte público terrestre de passageiros não garante essa mobilidade. Este é um concurso público que teve que ser iniciado, como já disse, cerca de 3 meses antes da data, a partir do qual possa produzir efeitos. Estamos a falar sempre da necessidade de lançar este concurso aí por maio ou junho. À data, como todos sabem, ainda há pouca informação sobre a forma como vão ser constituídas as turmas e as necessidades. De qualquer das formas, assume-se sempre que a base para esta contratação é a resultante da execução do contrato anterior, o mesmo aconteceu no caso em concreto. Relativamente à questão concreta que aqui está suscitada, é exatamente idêntica aquela que foi enunciada e explicitada no Ponto anterior, e tem a ver, claramente, com os encargos financeiros que são produzidos e cujos efeitos gere responsabilidades no ano de 2021. No caso concreto houve uma decisão praticada por mim no uso de competência excecional que depois foi ratificada pela Câmara, e que agora se pede que seja ratificada pela Assembleia Municipal, por uma questão de urgência de tomar esta decisão. Ou seja, para podermos ter à data do arranque do ano escolar este contrato em vigor. É preciso que se diga que é verdade que o contrato que já foi subscrito e já foi assinado, tem efeitos financeiros não apenas no ano financeiro de 2020, mas também no ano de 2021. Como sabem, o ano letivo é diferente do ano civil, mas também do ano económico. E, portanto, o que está aqui em causa, é a ratificação do despacho e depois da deliberação da Câmara Municipal, relativamente à assunção de compromissos plurianuais relativamente ao contrato relativo ao transporte de alunos em circuitos especiais. -----
Seguiu-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

António José dos Santos, pelo PSD; -----

Boa tarde a todos. Renovo os cumprimentos, da parte da manhã. Só queria satisfazer uma curiosidade, porque não sei. Senhor Presidente, no ano letivo anterior havia um conjunto de carreiras de transporte para os alunos. Agora, no início deste ano letivo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

verificou-se que algumas delas foram suprimidas. O que eu gostaria de saber era, quem foi que suprimiu essas carreiras que os alunos utilizavam, principalmente os que tinham aulas no período da manhã e que iam embora depois do almoço, quem é que as suprimiu? Foi alguma indicação da DGS, que tinham que suprimir carreiras? Foi a empresa de camionagem que habitualmente fazia esse transporte que tomou a iniciativa? Gostaria de saber. Obrigado. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Boa tarde, novamente. Cumprimento a Mesa e nela todos os presentes nesta sala, sejam membros da Assembleia, ou não. Dizer que a questão que é suscitada parte de um pressuposto errado. Curiosamente, para o ano letivo 2020/2021, há mais transporte do que havia no ano anterior, não há menos, há mais, e não foram suprimidas carreiras, foram incrementadas carreiras. O desafio que eu deixo, é que identifique quais são as carreiras que foram suprimidas? Porque não basta deixar, aqui, a afirmação não fundamentada que foram suprimidas. Pode-o fazer agora, ou pode-o fazer mais tarde, nós validaremos se de facto é verdade, a seguir direi que o que eu disse era uma inverdade, e se, de facto, o que tiver acontecido não devesse ter acontecido, será corrigido. Mas, de qualquer das formas, a informação que eu tenho disponível, é que relativamente ao transporte público terrestre de passageiros, aquele que está concessionado, como sabem, existe no Concelho um concessionário de transporte público que ganhou um concurso, que tem uma concessão de servir transporte público, portanto, presta um serviço público. Esse é um assunto que vai ser objeto de procedimento de Concurso Público Internacional. Provavelmente, dentro de um ano ou dois haverá novo prestador, não sabemos se é o mesmo se é outro, porque vai haver um Concurso Público Internacional, que vai ser promovido no âmbito da CIM(Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega), porque é a autoridade de transporte, não só exercendo competências próprias, mas exercendo também competências delegadas, competências essas, delegadas por este Município, em data anterior ao exercício por parte deste Executivo Municipal. Dizia eu que essa é uma matéria que tem regras, que tem controlo relativamente à supressão de carreiras que tenham sido concessionadas, e quem pode ou não pode autorizar essa supressão, é a autoridade de transportes, seja a do Alto Tâmega, da CIM, seja a Nacional. Mas a informação de que disponho, é que não houve supressão de carreiras, houve sim um incremento. A questão que pode ser suscitada, e que, porventura, pode ter motivado esta sua dúvida, tem a ver com outra coisa que eu de manhã tive a oportunidade de dizer. Nós tivemos oportunidade durante o mês de junho ou julho, não só nós, dizemos aos Diretores dos Agrupamento de Escolas, mas também a CIM, a própria CIM, mandou um ofício aos senhores Diretores dos Agrupamentos de Escolas, a dizer que era importante que a programação do próximo ano escolar fosse feita em concertação e em colaboração não só com a CIM, mas também com as próprias Câmaras Municipais, para que? Para que não acontecesse o que está a acontecer neste momento, é que se fizeram horários sem ter em consideração os transportes existentes, porque as escolas sabiam que a rede de transportes existente qual é? É aquela que resulta das várias linhas, não só as linhas, mas também horários, ou seja, nós sabemos que há um conjunto de aldeias e localidades que têm transporte público a chamada carreira pública que se realiza todos os dias ou de segunda a sexta-feira, e que se realiza nalguns horários, e a escola também sabia. E a escola também sabia que nós temos esta proposta e este caderno de encargos, relativamente aos horários foram apresentados e discutidos no Conselho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

Municipal de Educação. Portanto, os senhores Diretores têm acento neste Conselho, souberam exatamente qual era a proposta, aliás até foi nessa reunião do Conselho Municipal de Educação, que foi aprovado o plano de transporte escolar em sede de Conselho Municipal de Educação, toda a gente o conhecia. Mas se é verdade, porventura, que em resultado da necessidade de cumprir algumas regras ou recomendações de saúde pública que exigissem que as organizações dos tempos letivos presenciais tivessem que ser alteradas e que contrariamente ao que acontecia no passado em que havia uma concentração maior de aulas de tempos letivos de manhã e menos de tarde. Agora, provavelmente, o que se fez foi um desfasamento, e bem, para ter menos alunos ao mesmo tempo, desfasando-os para que ao mesmo tempo houvesse menos alunos no espaço do recinto escolar e na própria escola. Isso resultou que nalguns casos, porventura, haverá alguns alunos que não têm, neste momento, transporte à hora que poderiam ter, quer no início dos tempos letivos do início do dia ou ao fim do dia. Tive oportunidade de dizer, de manhã, que essas questões estão todas a ser equacionadas, para que possamos perceber se há várias soluções para melhorar o conforto e a qualidade para estes alunos, e que são algumas das que eu enunciei de manhã, seja aquela que pode ser, eventualmente, algum ajustamento. Vejo agora difícil, porque devia ser feito logo no início do ano letivo, aquando da elaboração dos horários, que era permitir que o autocarro que leva, pudesse trazer, ou seja, que leva por exemplo o secundário ou leva o 2º e 3º ciclo e depois traz o outro ciclo, e isso era possível. Agora para fazer uma solução destas parece muito mais difícil, isso implicaria, provavelmente, rever todos os horários. Mas, de qualquer das formas, olhar para este problema e dizer outra coisa que às vezes também é preciso ter em consideração, no nosso Concelho só cerca de 700 alunos é que são transportados, cerca de 700 alunos. Essa questão é mais problemática nos 2º,3º ciclos e no secundário, porque relativamente ao pré-primário e ao 1º ciclo a Câmara Municipal, tem garantido esse horário sem nenhuma dificuldade. Portanto, tem a ver com uma questão de melhor concertação, melhor organização, melhor comunicação e todos a remar para o mesmo lado, é isso que é fundamental. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 11- PROPOSTA DE EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO POR DESERÇÃO - PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL “ENTREPOSTO FRIGORÍFICO COM SALA DE DESMANCHA E CORTE MISTA” DA SOCIEDADE “SERRAGADOS – COMÉRCIO DE GADO LDA.” – DECISÃO DEFINITIVA - INFORMAÇÃO Nº 29/DSC/2020, DA ENG.ª CLÁUDIA FERREIRA, DE 18.03.2020 – PARA CONHECIMENTO. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Boa tarde a todos. Esta proposta vem a esta Assembleia Municipal, para conhecimento, porque o Órgão que aprovou o regulamento dos projetos de interesse municipal, é este Órgão deliberativo, e, portanto, vem a esta Assembleia para tomar conhecimento. Tem a ver com o desinteresse manifestado por esta empresa relativamente a um Lote. É uma empresa que tem sede em Chaves, é uma empresa que para os mais distraídos, é provavelmente das empresas que tem um volume de negócios mais relevante, tem sempre, em todos os anos, entre 10 a 11 milhões de euros de volume negócios. É um empresário originário do Concelho de Montalegre, que comercializa, sobretudo, carne. Tinha intenção de fazer num dos lotes do Parque de Atividades, uma sala de desmanche, evoluiu e pensa fazer ou tomar conta de um matadouro. É verdade que com a pandemia essa questão ficou suspensa, mas este empresário tinha intenção de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

não só trazer as carcaças, depois fazer o desmanche e a embalagem, mas tinha intenção de fazer o matadouro. Claro está que para um matadouro, o lote não era o lote indicado, provavelmente, também não seria a localização indicada, porventura, existem nesta região soluções distintas. De qualquer das formas, foi-lhe dito, que da nossa parte, dar-lhe-íamos o estímulo necessário e o pouco que entendêssemos oportuno no sentido que pudesse melhorar aquilo que é o escoamento da produção pecuária que tem este Concelho. Era importante, na nossa perspetiva, que independentemente desse matadouro se poder localizar em Chaves ou noutra qualquer Concelho do Alto Tâmega, era importante que pudesse ser construído, porquê? Porque, certamente, isso facilitaria e diminuiria o custo aos nossos produtores pecuários que têm que levar o seu gado para abate seja em Vinhais, seja em Famalicão. E, portanto, de qualquer das formas, dizer que este é um investidor comprometido com o Concelho, eu diria comprometido com o Alto Tâmega. Esperemos que esta dinâmica que tem demonstrado nos últimos tempos, possa ser prosseguida. Dizer ainda, por outro lado, que também é uma decisão que nós promovemos, porque a verdade, é que todas as intenções e todos os compromissos relativamente a lotes que não sejam para dar sequência, é importante que sejam destratados, ou seja, que fiquem sem efeito, porque temos outros interessados que, porventura, querem efetivamente fazer investimento, e isso é muito importante. Felizmente, o número de Lotes que estão disponíveis, são apenas no Parque de Atividades, e, ainda assim, nem sempre são os mais idóneos para aquilo que são as atividades que se pretendem promover. -----
Não houve intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 12 - PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DE UMA “ZONA 30” NO CENTRO HISTÓRICO DA MADALENA, INFORMAÇÃO Nº 216/DPM/2020, DA DIVISÃO DE PROJECTOS E MOBILIDADE, DO SR. ENG. CIVIL, FRANCISCO RODRIGUES ALVES, DATADA DE 28.08.2020. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----
Boa tarde, novamente, esta proposta era uma proposta que poderia ter vindo cá em momento anterior, entendi eu, que não fazia sentido, trazê-la antes da discussão e da realização do referendo, mas devia ser uma proposta depois de realizado esse ato. Esta proposta, no essencial, pretende acolher algumas sugestões que foram sendo apresentadas quer pela Junta de Freguesia da Madalena e Samaiões, quer por alguns comerciantes, seja pela recolha de alguns dos nossos turistas e que nos instaram a podermos fazer algumas alterações na Madalena. Alterações desta natureza, mudando o sentido de trânsito, fazendo algumas intervenções no espaço público, naturalmente vão alterar a vida das pessoas. Vamos, por isso, fazer esta proposta acompanhando-a, monotonizando-a, percebendo se efetivamente as vantagens que se pretendem alcançar que é maior dinamismo, maior mobilidade, maior circulação, mas, ao mesmo tempo, em segurança para as pessoas, se poderão ser alcançadas ou não. Portanto, esta proposta que tem como título “Zona 30”, e Zona 30, será o limite de velocidade de circulação nestas artérias. Como se perceberá, a proposta tem um objetivo central que é alterar o sentido do trânsito nalgumas das ruas, designadamente, a Rua Cândido Sotto Mayor que é a que, neste momento, faz o sentido de saída, vai fazer o sentido de entrada, ou seja, quem chegar à rotunda da Estrada Nacional 2, e vai em direção à Madalena, em vez de virar à direita vai em frente, depois vira à direita ao fundo. Portanto, fazem exatamente o circuito ao inverso. O que nós propomos fazer, é a alteração do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º. 4 – 30/09/2020

sentido de circulação de trânsito automóvel na Rua Cândido Sotto Mayor, na Rua São João de Deus, na Rua do Sabugueiro e na Rua Doutor José Timóteo Montalvão Machado. Com esta proposta, que se assume ser de natureza experimental no sentido de circulação automóvel, será, por isso, monitorizada pelos serviços municipais competentes, tendo em vista avaliar o mérito da mesma, podendo, se necessário, haver em momento posterior algumas propostas de ajustamento e alterações que se revelem pertinentes. As motivações subjacentes a esta proposta são aumentar a segurança rodoviária neste espaço urbano, favorecer a mobilidade dos utilizadores mais vulneráveis, potenciar as funções de acessibilidade e de socialização em espaço público e, como foi dito, o incremento de mobilidade e da atração desta zona da Madalena. Gostaria de dizer que quando nós falamos da Madalena, não nos estamos a reportar aqui apenas ao núcleo histórico da Madalena, porque a Madalena, é uma coisa bastante diferente, com uma dimensão territorial, económica, social e empresarial bastante distinta, quando nós dizemos que a Madalena está a definhar, é porque não conhecemos bem a Madalena, a Madalena é muito mais abrangente. Tem um conjunto de atividades económicas dinâmicas, tais como: grandes superfícies, empresas ligadas à distribuição, aos atalhados, aos eletrodomésticos, aos automóveis e empresas de combustíveis e outras. Nós, muitas vezes, tomamos a parte pelo todo, dizemos que a Madalena é apenas aquele núcleo histórico. E, portanto, aí terá que haver alguma reconversão. As alterações que se propõe e que estão estruturadas nestas motivações são: elevação da faixa de rodagem no entroncamento da Rua Doutor José Timóteo Montalvão Machado, com a Rua Cândido Sotto Mayor, com o objetivo de impor uma redução efetiva da velocidade praticada nessas vias, um estreitamento da Rua Doutor José Timóteo Montalvão Machado, o reforço da sinalização vertical e horizontal, o reposicionamento de algumas passadeiras existentes em locais mais adequados, algumas vão ter lombas redutoras de velocidade, execução de novas passadeiras e recuperação de passadeiras existentes. Pretendemos, também, a execução de pavimento texturado no acesso às passadeiras para apoio aos peões com dificuldade de visão. Queremos também a criação de lugares de estacionamento para cargas e descargas, criação de lugares estacionamento para motociclos, junto à rotunda do Km 0, da Nacional 2, organizando e realizando algum do estacionamento de motociclos que se vai verificando, adequação de lugares de estacionamento para a reorganização de espaço público. Portanto, é a proposta que aqui deixamos. Dizer que é uma proposta cuja expressão financeira não é muito relevante. Não é verdadeiramente isso que está a ser submetida à consideração, à apreciação e votação desta Assembleia, mas apenas a questão da dimensão do trânsito. Por outro lado, aproveito já, para dizer que amanhã inauguraremos um serviço municipal na Madalena, toda a Divisão Social passará para a Madalena, para aquilo que era, antigamente, o espaço ocupado pela Chaves Social. Seguiu-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

O Presidente de Junta de Freguesia da Madalena e Samaiões, **João Manuel Almeida Pinto**. -----

*Esta questão da circulação do trânsito já tem sido debatida entre mim e o senhor Presidente da Câmara Dr. Nuno Vaz e o senhor vice-Presidente Dr. Francisco Melo, responsável pela competência do trânsito já há uns meses a esta parte. -----
Então o que é que motiva esta alteração do sentido de circulação do trânsito? Nós a nível cultural e ao nível dos eventos temos implementado uma dinâmica, penso eu, que se verifica um pouco por toda a Freguesia e, portanto, também no conjunto destes fatores necessitávamos de uma alteração física e essa alteração, do nosso ponto de*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

vista, passa de momento pela alteração do sentido de circulação do trânsito. O que acontecia até à data é que quem se dirigia à Freguesia entrava por uma zona menos nobre, uma zona que no nosso ponto de vista apresenta um total abandono, falamos da Rua Dr. Timóteo Montalvão Machado pois o edifício que confronta com a Rotunda do quilómetro zero denigre um pouco a imagem do que é o centro histórico da Madalena. Também agora com a verificação do movimento e da dinâmica resultante das pessoas que vêm ao quilómetro zero para iniciar a viagem da Estrada Nacional 2, entristece-me o facto de não terem acesso direto ao centro histórico e à zona comercial. ----- Quem chega ao km 0 contorna a rotunda e acaba por estacionar nesse local, ou acaba por sair para uma rua que em nada representa a beleza do Centro Histórico da Madalena. Com esta alteração do sentido do trânsito, os visitantes passam a poder usufruir de uma entrada direta, podendo aceder, como referi, à zona comercial, ficando também mais propício o estacionamento e afixação das pessoas na cidade. ----- Também referi ao senhor Presidente da Câmara, que com a alteração do sentido da circulação do trânsito seria indispensável a criação de uma zona de parquímetros e porquê? Porque na Rua Cândido Sotto Mayor os automobilistas estacionam para ir às conhecidas tasquinhas e bares da Madalena, naquela área, é sabido que existem 13 tasquinhas, entre cafés e restaurantes, portanto é um número acentuado face à área que apresenta esta parte da freguesia, o que exige uma melhor organização ao nível do estacionamento. A implementação dos parquímetros irá ser uma forma de evitar que os automobilistas estacionem as suas viaturas durante o dia todo e que ocupem o estacionamento mais considerado o mais importante, porque impede o estacionamento a pessoas que pretendem ir a lugares de serviços rápidos, como à farmácia, o quiosque, as mercearias etc. Os parquímetros vêm obrigar os cidadãos, moradores e comerciantes que ocupam diariamente e de forma duradoura o estacionamento, a estacionar as suas viaturas, por exemplo na Travessa da Galinheira, onde existe um parque grátis, para que de seguida possam usufruir dos seus momentos de lazer. Além disso também temos a questão da Ciclovía, sendo esta uma questão que também me tenho debruçado e porquê? Porque a Ciclovía sofre uma interrupção ao chegar à zona da Madalena e o que acontece maioritariamente é que as pessoas que pretendem fazer o circuito da Ciclovía ao chegar ao Jardim Público têm tendência a voltarem para trás, porque as pessoas vão de bicicleta, com as crianças e com os seus animais de estimação e da forma que se apresenta atualmente o sentido do trânsito, ao atravessarem a estrada, junto à ponte romana, na saída da Ponte Romana, ficam sem visibilidade dos carros que se apresentam de frente, isto é, o trânsito que vem da Igreja de São João de Deus. ----- Desta forma com a alteração do sentido da circulação do trânsito tantos as pessoas como os automobilistas passam a ter mais visibilidade, verificando-se maior segurança e fluidez quer para uns, quer para outros. Além disso, também os vários cruzamentos que existem nesta zona da Freguesia não são atualmente funcionais, porque na maior parte destes não existe visibilidade dos automóveis que se apresentam dos lados opostos, a sinalização é confusa e com esta alteração do sentido do trânsito irá com toda a certeza verificar-se melhor circulação automóvel. Tal como referiu o senhor Presidente da Câmara é uma questão que podemos apontar como experimental, pois não teremos problemas no futuro, caso se verifique que a decisão para a freguesia não foi a melhor, em recuar desta decisão e voltar à atual forma. Do meu ponto de vista, pois sou um dos defensores desta proposta, acredito que esta decisão vá valorizar o Centro Histórico da Madalena, criando mais dinâmica e convidando as pessoas que chegam ao quilómetro zero e restantes visitantes a aceder à zona mais nobre para que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

seguidamente possam ir estacionar e permanecer pela freguesia para que possam visualizar os monumentos e os edifícios existentes, para que possam realizar compras na zona comercial e também para apreciar a nossa gastronomia regional. Esta alteração faz parte da minha visão para que seja possível tornar a Madalena mais atrativa. ----- Tenho fortes expectativas quando ao seu crescimento e desenvolvimento da Madalena, sei que a maior parte dos flavienses desconhece que existe neste momento uma forte procura de imóveis e um grande investimento imobiliário que se irá refletir nos próximos anos, e que todo este desenvolvimento vai levar a Madalena ao reconhecimento que ela merece de parte do resto da cidade e do Concelho. Obrigado". -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 13 - ALTERAÇÃO DA SINALIZAÇÃO VERTICAL DE ORIENTAÇÃO NO NÓ DO IP3/A24 COM A EN 103 – PROJETO DE EXECUÇÃO – CHAVES – INFORMAÇÃO Nº 219/DPM/2020 – DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SRº ENGº ABEL PEIXOTO, DATADA DE 10.07.2020. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Boa tarde. Devo dizer que esta é uma proposta que faço com enorme orgulho e com muita satisfação. Estamos a falar de uma proposta que, na minha perspetiva, não só era a ambição de muitos flavienses, como, também, é uma proposta que visa corrigir uma decisão errada, relativamente àquilo que é a sinalização direcional na antiga IP3/A24. Como todos sabem, quem vem da direção de Vila Real/Chaves ou Vidago/Chaves, a primeira saída não está devidamente sinalizada, nem na aproximação, nem na saída há alguma indicação, relativamente a Chaves. Esta era uma interrogação de toda a gente, que há muito tempo nos vínhamos debatendo com o porquê da razão. Eu sou daqueles que nunca percebeu a razão pela qual desde a primeira hora a sinalização direcional não fazia ali referência a Chaves. Entendo que devia fazer referência a Boticas, mas também a Chaves. Porque, verdadeiramente, a cidade e o núcleo populacional mais próximo daquela saída é Chaves. Devia ter lá uma menção a Chaves Sul. A verdade, é que, estranhamente, nunca tinha sido tomada uma decisão, nem nunca tinha sido evidenciada esta necessidade. E, portanto, quando chegámos à Câmara Municipal, logo que assumimos a liderança do Executivo Municipal. Esta foi uma das questões que mereceu a nossa atenção. A verdade, é que se revelou bem mais complexa do que aparentemente parecia ser. Percebemos primeiro que havia um conjunto de interações pelo anterior Executivo relativamente a esta matéria. Interações feitas através de via postal, designadamente, para as Infraestruturas de Portugal e para a Concessionária, no sentido de que esta alteração no sentido direcional fosse feita, mas vieram sucessivamente indeferidas. Nunca foi possível ter um parecer favorável, é preciso ter um parecer favorável destas entidades, e daí a nossa interrogação. Então tentámos perceber o porquê desta decisão. Percebemos rapidamente, depois de uma conversa com a concessionária, que a questão era de natureza financeira, mais uma vez financeira. Porque, claro está, se esta saída em direção a Chaves estiver devidamente sinalizada, é natural que o número de utilizadores daquela via que saem na primeira saída para Chaves, seja maior, isso vai diminuir o quê? Vai diminuir a remuneração da concessionária. Porque como sabem a concessionária é remunerada em função do número de passagens dos veículos e, portanto, significa o quê? Quem sair ali já não vai ter que pagar mais uns centimos no próximo pórtico e esta é que é a razão. A verdade é que fizemos algumas contas e percebemos que, se calhar, naturalmente que são contas falíveis, são meras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

estimativas, se calhar estamos a falar de 60, ou 70 mil euros ano, porventura. E isso motivou a resistência da concessionária, mas depois de alguma diplomacia e de alguma insistência foi possível ter o parecer favorável da entidade que tutela esta matéria que deu parecer favorável à colocação de sinalética direcional relativamente à cidade de Chaves, com a designação Chaves Sul. Pensávamos nós que a questão era simples e que a questão era rapidamente resolvida. Podem acreditar que tivemos que fazer um projeto contratando os técnicos especialistas nesta matéria, estivemos cerca de 9 meses à espera depois de muitas interações para que o parecer fosse relativamente à colocação, não sei se são três ou quatro placas, não sei, mas vou dizer: com indicação na aproximação a 2000 metros, tinha apenas “Boticas/Carvalhelhos”, vai ter “Chaves Sul/ Boticas/Carvalhelhos” na aproximação a 100 metros da saída tinha só em direção a Norte “Chaves/Espanha /N103 Boticas” vai passar a ter “A24/Chaves/Espanha/N103 Chaves Sul/Boticas” e depois tem logo na saída, naquele placar branco com letras pretas, vai passar a ter não só “N103 Boticas” mas vai passar a ter “N103 Chaves Sul/Boticas” e depois na saída em concreto vai ter lá, finalmente, espero eu, uma placa “Chaves Sul”. E, portanto, aquilo que eu trago hoje a esta Assembleia, é a aprovação desta alteração de sinalética para que nós possamos, a seguir, contratar os serviços, e podermos efetivamente corrigir um erro histórico e devolver um pouco daquilo que era a expectativa dos flavienses. Todos os que passavam lá e passavam muitas vezes, ninguém percebia a razão pela qual isto acontecia. Esperemos que agora nós possamos corrigir isto, porque é um sinal e sei que é simbólico, mas é da simbologia que muitas vezes vivemos e as construções dos projetos também fazem de símbolos. Sempre que nós conseguimos alguma coisa, sempre queremos mais alguma coisa, é assim, é verdade, nunca nos damos por satisfeitos, faz parte da condição humana, é bom, motiva-nos. De qualquer das formas, devo dizer que a proposta que nós apresentámos ainda era mais ambiciosa, mas não foi possível. Quando se entra em processos negociais, é preciso transigir. E, portanto, nós gostaríamos que tivessem acontecido outras coisas, não foi possível, designadamente isso e outras coisas que teremos oportunidade de falar ainda, por exemplo, só nos deixam por “Chaves Sul” naquele sentido, no sentido inverso já não podemos mexer em nada. Eu costumo dizer, acho que passinho a passinho chegaremos lá, vamos fazer este, e depois vamos lutar pelo próximo. Obrigado. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 14 - SOLICITA A COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E ESPELHO E A TROCA DE CAIXOTES DO LIXO E ECOPONTOS – RUA DE NABELHOS/TRAVESSA DE NABELHOS, JUNTA DE FREGUESIA DE OUTEIRO SECO – PROCESSO N.º 849/19 – INFORMAÇÃO N.º 192/DPM/2020, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 24.06.2020. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Caro Presidente, boa tarde. Boa tarde à Mesa, boa tarde aos senhores vereadores, renovo cumprimentos a todos os membros da Assembleia, à digníssima assistência, aos colaboradores que dão apoio a esta Assembleia Municipal. Eu não posso estar mais de acordo. De facto, esta era uma daquelas matérias em que, provavelmente, faria todo o sentido estar noutra Órgão, mas “dura lex, sed lex”, e, portanto, como a Lei existe, e ainda não conseguimos arranjar uma interpretação distinta desta, e não conseguimos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

encontrar uma solução, temos que a propósito dos assuntos mais complexos, menos complexos, mais comezinhos ou menos comezinhos, tem que vir a esta Assembleia Municipal, sob pena da colocação desta sinalização ser ilegal e um dia a Câmara ser, eventualmente, responsabilizada se houver um acidente, um sinistro ou outra coisa do género. Vêm e virão sempre aqui estas propostas como já perceberam, não só vêm à Assembleia Municipal, como na verdade, para as formalizar, para as preparar leva tempo, são recursos humanos, ou seja, estamos a falar de um engenheiro civil que tem que fazer todo este trabalho para que? Para que às vezes se coloque um ou dois sinais, que se colocariam no local de forma imediata. Mas enfim, esta é uma obrigação legal, temos que cumprir os ditames da Lei, e nessa perspectiva, temos que garantir que a forma está cumprida e não apenas a substância. Foi uma questão que foi suscitada pelo senhor Presidente da Junta de Outeiro Seco, que entendeu que a questão era pertinente, os serviços relacionados com a mobilidade tiveram igual opinião, e vem aqui uma proposta que foi submetida ao Órgão Executivo que concordou com ela, agora vem à Assembleia Municipal, para que, em definitivo, esta proposta possa ser aprovada e possa ser depois implementada, porque todas estas decisões têm um custo de implementação no respetivo local. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 15 - PEDIDO DE MATERIALIZAÇÃO DE LUGAR DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS DE PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA – RUA VISCONDESSA DO ROSÁRIO, SANTA MARIA MAIOR – MARIA FILOMENA DOS SANTOS GRAÇA – PROCESSO N.º 411/20 – INFORMAÇÃO DA DPM N.º 220/DPM/2020, DO ENG. BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 14.07.2020. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

A proposta não deixa dúvidas, tem a ver com a criação de um lugar de estacionamento que se reputa de necessário na Rua Viscondessa do Rosário. O que proponho, é que se aprove esta proposta por razões de mobilidade relativamente a pessoas com essas deficiências. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 16 - RESPOSTA AO PEDIDO DE CRIAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO E DE CARGAS E DESCARGAS NA RUA 25 DE ABRIL E RUA DO TABOLADO – HOTEL IBIS STYLES CHAVES – PROCESSO N.º 47/19 – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE N.º 310/DPM/2020, DO ENG.º ABEL TEIXEIRA PEIXOTO, DATADA DE 10/09/2020. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Esta proposta, tem a ver com uma constatação e com um pedido, neste caso concreto, pelo promotor do Hotel Íbis Styles, que teve e que tem alguns constrangimentos desde o início. O que se propõe aqui, é melhorar um conjunto de atividades acessórias. Por um lado, ter também ali um local de cargas e descargas que é fundamental para essa operação, também uma autorização para dois lugares de estacionamento privativos que vão apoiar o Hotel. O que proponho, é que se aprove por reconhecimento aquele que foi o grande investimento que este promotor fez no Concelho. Acho que era importante



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 4 – 30/09/2020

que esta Assembleia também o reconhecesse, apesar de ser numa matéria de expressão bastante limitada. Obrigado. -----

Aproveito para me despedir do senhor Presidente da Mesa, dos senhores vereadores e da senhora vereadora, naturalmente uma palavra de apreço e de cumprimento para todos e pedindo que me ressalvem algum excesso que possa, porventura, tido. Dizer que foi um prazer participar nesta Assembleia Municipal, já tinha, diga-se, alguma saudade, já havia algum tempo que não tinha esta oportunidade. Despedir-me também do público e dos colaboradores do Município. Portanto, até à próxima Assembleia Municipal, que será, em princípio, em dezembro. Muito obrigado. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada unanimidade. -----

Cumpridos todos os pontos da Ordem de Trabalhos para esta Sessão, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, propôs que fosse aprovada a ata, sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata, tendo a respetiva deliberação sido tomada, por unanimidade. -----

Por último agradeceu a forma elevada como decorreram os trabalhos, e deu por encerrada a sessão da Assembleia Municipal. -----

Para constar foi lavrada a presente ata, assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim, Maria de Fátima dos Santos Machado Silva, que a transcrevi, e também assino. -----

O Presidente da Mesa: _____

O Primeiro Secretário da Mesa: _____

O Segundo Secretário da Mesa: _____

A Trabalhadora afeta à AM: _____